



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

RENAN SAAB RODRIGUES MANAIA

**OS ESPAÇOS DA PROSTITUIÇÃO:  
A HISTÓRIA DE ASSIS NARRADA PELOS PROCESSOS  
CRIME (1930 – 1963)**

LONDRINA  
2010

RENAN SAAB RODRIGUES MANAIA

**OS ESPAÇOS DA PROSTITUIÇÃO:**  
A HISTÓRIA DE ASSIS NARRADA PELOS PROCESSOS  
CRIME (1930 – 1963)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social.

Orientador (a): Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares

LONDRINA  
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca  
Central da Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M266e Manaia, Renan Saab Rodrigues.

Os espaços da prostituição : a história de Assis narrada pelos processos crime (1930-1963) / Renan Saab Rodrigues Manaia. – Londrina, 2010.

145 f. : il.

Inclui bibliografia.

Orientador: Marco Antônio Neves Soares.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

1. História social – Teses. 2. Prostituição – Assis (SP) – História – Teses. 3. Sexo e direito – História social – Teses. 4. Crime sexual – História social – Teses. I. Soares, Marco Antônio Neves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1:613.882

RENAN SAAB RODRIGUES MANAIA

**OS ESPAÇOS DA PROSTITUIÇÃO:**

A HISTÓRIA DE ASSIS NARRADA PELOS PROCESSOS CRIME (1930  
– 1963)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social.

Orientador (a): Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares  
UEL – Londrina – Pr

---

Prof. Dr. Solange Ramos de Andrade  
UEM – Maringá - Pr

---

Prof. Dr. Gabriel Giannattasio  
UEL – Londrina – Pr

Londrina, 28 de outubro de 2010.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus avós Anna Saab & Luís Nogueira e Irene (Magnólia) de Moura & Orides  
Rodrigues Manaia.

Ao querido primo Alexandre Saab Rodrigues Junqueira.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela confiança e força nos anos de estudo, ao meu irmão que entre abraços e conflitos é um grande elo de força em qualquer projeto, me apoiando, incentivando e empurrando e a Deus.

Agradeço a todos meus familiares avós, tios, primos entre tantos outros, por caronas, livros e muitas histórias que ajudaram na construção do texto.

Agradeço aos grandes amigos de Birigui, Brasília, Casa Branca, Assis, Foz do Iguaçu, Guarulhos, São Paulo, Paris, Pouso Alegre, Floreal, Rio Claro, Londrina pelo incentivo, paciência em ouvir as histórias e as dicas brilhantes que foram me dadas.

Agradeço a professor Doutor Marco Antônio Neves Soares pela orientação, dicas e auxílio durante toda a pesquisa e pelo aceite do projeto. A professora Margareth Rago pelo auxílio de longos anos e as fabulosas mulheres do CEDAP, da UNESP de Assis, Marlene, Maria, Bel entre outras que colaboraram para a pesquisa separando processos, permitindo acessos às fontes e porque não dizer de indicarem esse tema tão brilhante.

Agradeço à CNPq, pela Bolsa concedida, a qual proporcionou a possibilidade da dedicação adequada a este trabalho.

Agradeço imensamente a Doutora Ana Paula Rodrigues de Moraes pela correção, dedicação, paciência, apoio, incentivo, alegria e amor dedicado a mim e a esse trabalho durante sua realização, sem a sua existência nada disso teria sido concretizado.

Agradeço por fim a Jimbo, Layne, Kurt, Renato, Dalton, Caio, José Ruben, Ítalo e F. Scott pela ajuda psicológica em momentos difíceis e agradáveis.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. *Os espaços da prostituição: a história de Assis narrada pelos processos crime (1930-1963)*. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

A presente pesquisa discute as questões relacionadas à zona de meretrício e a prostituição na cidade de Assis, São Paulo, entre os anos de 1930 a 1964, período no qual a cidade concretizou a sua urbanização e o seu destaque regional devido ao comércio, sistema educacional, a ferrovia e sistema religioso. Diante disso, utilizamos os processos criminais encontrados no CEDAP localizado na UNESP de Assis para nós dar sustentação a nosso objetivo. Junto aos processos crimes analisados através dos seus discursos buscamos construir uma história da prostituição da cidade no período destacado.

**Palavras-chave:** Prostituição. Zona de meretrício. Processo crime. Análise do discurso. Cotidiano. Assis – SP, 1930 – 1964.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. *Fraternal pleasures: the other side of the city of Assis – SP: through the criminal cases between 1930 to 1964*. 2010. 145f. Master Thesis in Social History by Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

This study discusses issues related to area of prostitution and prostitution in the city of Assis, São Paulo, between the years 1930 to 1964, during which the city realized its urbanization and its prominence due to regional trade, educational system, the railroad and religious system. Therefore, we use criminal cases found in CEDAP located at UNESP, Assis, for us to give support to our goal. Along the processes crimes analyzed through its discourses seek to build a history of prostitution city in the period highlighted.

**Keywords:** Prostitution. Prostitution area. Criminal process. Discourse analysis. Daily. Assis-SP, 1930-1964.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 EU SOU A LEI</b> .....	17
1.1 FLOR DA PELE.....	22
1.2 DOIS LADOS DA ZONA .....	27
1.3 A PASSAGEM .....	31
1.4 OLHOS PERMISSIVOS E VIGILANTES .....	36
<b>2 COMISSÁRIOS E SOLDADOS</b> .....	43
2.1 QUER BAILAR COMIGO? .....	44
2.2 PASSOS CONTADOS.....	47
<b>3 CORPOS CINTILANTES</b> .....	56
3.1 A TRANSEUNTE E O OLHAR .....	60
<b>4 CORTINAS ABERTAS</b> .....	68
4.1 ONDE VOCÊ MORA? .....	71
4.2 UMA SIMPLES CASA DE “DORMIR” .....	72
4.3 OS QUARTOS DO PRAZER.....	75
4.4 A ILUSTRE CASA DE LAZINHA .....	77
4.5 CORTINAS ABERTAS .....	81
<b>5 AMORES PERROS</b> .....	89
5.1 A LEVEZA DO AMOR.....	90
5.2 QUANDO O AMOR ACABA.....	93
5.3 AMORES DOENTIOS (POUCA SORTE) .....	96
5.4 O BILHETE .....	99
<b>6 PEQUENOS PRAZERES FRATERNASIS</b> .....	104
6.1 FUGITIVAS OU ENCONTRADAS? .....	108
6.2 YUNGA SOARES: A PEQUENA NOTÁVEL! .....	117

<b>7 BOEMIA, ÁLCOOL E CONFUSÃO</b> .....	121
7.1 BEBER, CONVERSAR E FAZER CONFLITOS.....	124
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134
<b>9 FONTES</b> .....	138
<b>REFERENCIAS</b> .....	139
<b>ANEXO</b> .....	142
ANEXO A - Abaixo Assinado .....	143

## INTRODUÇÃO

No aniversário da cidade de Assis, quando completaria 100 anos, diversas atividades foram promovidas para comemorar o seu centenário. O tão aguardado desfile tradicional pela Avenida Rui Barbosa naquele ano seria diferente, teria como principal função contar a história da cidade.

As escolas foram incumbidas de buscar a história assisense para preparar o desfile pesquisando junto aos seus familiares histórias que poderiam ser narradas e expostas no desfile. Alguns pontos interessantes foram apresentados pelas crianças da cidade, mostrando que elas seriam a verdadeira história de Assis, por ser o seu futuro.

A carência de informações oficiais sobre Assis fez com que, às pressas, a Câmara Municipal de Assis encomendasse um livro oficial para narrar a história da cidade. Para oficializar essa narrativa, buscaram um historiador e para deixar numa linguagem mais acessível, contrataram um jornalista<sup>1</sup>. A conclusão dessa oficialização da história é o livro *Assis. Passado, presente e futuro*.<sup>2</sup>

Esse livro acaba se tornando recortes de memórias das principais famílias tradicionais de Assis, não contando a história da população em geral, transmitindo a idéia de que tudo acontecia em torno dessas famílias e que se não houvesse a participação delas, não haveria história.

Outro tema começa a recair sobre a cidade, qual seria a frase que destacaria e diferenciaria a cidade das outras da região? Após algumas buscas, encontram uma frase proferida pelo governador Armando de Salles Oliveira, no qual, num discurso, afirmou que “para que a Cidade Fraternal de Assis possa afirmar-se livre daquele *imenso campo de papoulas, onde tudo adormece e se esquece*”. Partindo dessa frase que fora a pedra fundamental do livro citado, as autoridades de Assis decidiram incumbir o termo *Cidade Fraternal* como tema da cidade, entretanto, vale a pena refletir.

Partindo da frase busca-se aqui encontrar outra *cidade fraternal* de Assis, portanto diferente da que se encontrava no livro considerado como oficial. Surge desse modo, um problema, como encontrar essa outra cidade de Assis?

---

<sup>1</sup> No livro Antônio Lázaro de Almeida Prado é apresentado como jornalista, entretanto, ele é também um literato e um dos criadores da FAFIA futura UNESP.

<sup>2</sup> PRADO, Antônio Lázaro de Almeida & MORELI, Maria Sílvia Moraes Nórdia. *Assis. Passado, presente e futuro*. Assis: Conosco, 2003.

Procuramos livros e teses sobre a cidade que diferenciasssem dos discursos encontrados para sustentar a ideia do livro. O primeiro livro suscetivelmente trabalhado foi sobre a Diocese de Assis, intitulado *Diocese de Assis: Notas históricas e Pastorais* do Pe. José Carlos D'Angelo e Ivan A. Manoel<sup>3</sup>, que contava a história o processo da vinda e consolidação da Diocese de Assis.

Outro trabalho foi à dissertação de Marlene Gasque intitulada *Amores Ilícitos*<sup>4</sup>, a qual discute os discursos sobre a moral e a sexualidade feminina dentro dos crimes de sedução que ocorreram na cidade de Assis no período de 1940 a 1968. Gasque buscou construir seus discursos através dos processos-crime encontrados no CEDAP, observando os diversos lados que constituem a trama jurídica<sup>5</sup>, com advogados, testemunhas e o juiz, destacando outro lado da cidade.

A dissertação de Priscila David, intitulada *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto*<sup>6</sup> também foi importante a partir dela, David procurou entre os anos de 1950 a 1979 destacar esses crimes buscando entender as práticas femininas e as representações do Poder Judiciário com relação a mulher. Para sustentar isso, David utilizou os processos-crime como fonte para sua pesquisa.

A dissertação que pode ser considerada a pedra fundamental deste trabalho foi a de Ivana G. Simili intitulada *Memória da prostituição: lembranças da “casa da Antonieta”*<sup>7</sup> buscava constituir a trajetória da casa de prostituição mais conhecida da região e de Assis:

Muito mais que conhecer o cotidiano de uma casa de prostituição, visamos explorar os momentos lembrados e a riqueza das imagens, para que fôssemos levados pela narrativa a imaginar como era a casa e a vida na Casa da Antonieta. Buscamos ser reportados ao lugar e suas pessoas, para ter provocada nossa imaginação e sermos induzidos a imaginar, através das mulheres, aquilo que as pessoas imaginaram para tentar entender como reagiram no passado em contato com aquele mundo e as recordações que guardam no presente.<sup>8</sup>

<sup>3</sup> D'ANGELO, José Carlos & MANOEL, Ivan A. *Diocese de Assis: Notas Históricas e Pastorais*.

<sup>4</sup> GASQUE, Marlene Aparecida de Souza. *Amores Ilícitos: Discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução*. (Dissertação de Mestrado) UNESP, Assis, 1994.

<sup>5</sup> CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro, Graal, 1983

<sup>6</sup> DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)* (Dissertação de mestrado) UNESP, Assis, 2009.

<sup>7</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da Prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”* (Dissertação de mestrado). UNESP, Assis, 1995

<sup>8</sup> Idem. Pg19-20

Simili chama a atenção por trabalhar outra história do cotidiano, não aquela encontrada no livro sobre Assis, mas aquele em que os agentes transmitissem emoções e sentimentos, como conflitos internos e externos expostos a todos junto aos processos criminais, jornais e diários das meretrizes que frequentaram a casa de uma cafetina durante o período.

Devido ao curto tempo do mestrado e a repetição dos processos-crime como fonte relacionada às três dissertações, optou-se por eles como fonte principal a fim de tentar encontrar outra cidade fraternal de Assis. Entretanto, o que buscar nessa cidade por meio dos discursos?

Escolheu-se tentar encontrar não somente a casa de Antonieta, mas a construção referente ao inverso da prostituição dentro dos processos, como a zona de meretrício, prostituição de menores, brigas internas, a relação entre a bebida e a zona, entre outros temas. Para dar sustentação ao tema buscou-se vários autores<sup>9</sup> que auxiliaram muito, esclarecendo, criando novas hipóteses e tentando evitar aquilo que eles chamam de erros de referencial sobre essa temática, caindo em clichês e não construindo uma história da prostituição.

Vale destacar os trabalhos de Margareth Rago, *Do cabaré ao lar* e *Os prazeres da noite*<sup>10</sup>, em que se busca sustentar a temática da prostituição junto ao controle sobre as áreas chamadas de *zona de meretrício*, bem como os discursos médicos, criminais e sociais constituíam a prostituição. Rago fez isso sem perder a temática das relações do cotidiano e a utilização das hipóteses levantadas por Foucault.<sup>11</sup>

Os trabalhos de Luis Carlos Soares e Magali Engel<sup>12</sup> veio auxiliar nessa temática, destacando a importância do discurso médico sobre essa camada da população e novas caracterizações sobre a prostituição como classificações e a prostituição infantil. Já com os trabalhos de Laure Adler e Alain Corbin, a questão do cotidiano, tendo como tema central a cidade de Paris, ganhou muita relevância, destacando temas, hipóteses e problemas a serem trabalhados.

<sup>9</sup> Margareth Rago, Luis Carlos Soares, Magali Engel, Laure Adler, Alain Corbin.

<sup>10</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. RJ: Paz e Terra, 1985. E *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991

<sup>11</sup> Hipóteses como poder, discurso e a sua relação junto a sexualidade.

<sup>12</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. (Dissertação de mestrado) UFF, 1985. E SOARES, L. C. . *Rameiras, ilhoas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

Solucionado os problemas com a prostituição procurou-se trabalhar com uma fonte tão rica que são os processos criminais, sem se perder dentro deles. Essa análise foi baseada nos preceitos de De Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto.<sup>13</sup>

Criando a fonte através do processo-crime como documento, percebeu-se aquilo que Boris Fausto chamou de os “dois acontecimentos diversos”: *aquele que produziu a quebra da norma legal e outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo*.<sup>14</sup> Desse modo, o processo-crime seria um documento rico em detalhes e com uma descrição densa que ofereceria diversos tipos de informações e discursos dentro de si.

O que destacaria o processo-crime como lembra Chalhoub:

O interesse em ler e analisar processos criminais estava exatamente na expectativa de que tais documentos flagrassem trabalhadores – homens e mulheres – agindo e descrevendo os sentidos de suas relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada.<sup>15</sup>

Esse contato com o cotidiano da população faria com fosse possível concretizar outra história da *cidade fraternal*<sup>16</sup> de Assis, principalmente junto às pessoas relacionadas à prostituição. Tudo isso sustentado através dos discursos jurídicos, criando um ambiente diferente do esperado, algo como uma fábula<sup>17</sup>, com várias versões dentro do mesmo ato.

Assim, essas várias versões transformariam os processos-crime num grande quebra-cabeça<sup>18</sup>, feitos por diversas pessoas, onde faltariam algumas peças, as quais seria o

<sup>13</sup> CERTEAU, Michel. *Operação histórica*. In: Le GOFF, Jacques & Nora, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ/Ed. da FGV, 1996.

<sup>14</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. (1880-1924)*. SP: EDUSP, 2001.

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. vi.

<sup>16</sup> O termo Cidade Fraternal foi incorporado pela cidade de Assis, sendo exposto em diversos locais como terminal rodoviário entre outros.

<sup>17</sup> Para compreender a utilização do termo fábula dentro dos processos crime leia, CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* - Rio de Janeiro, Graal, 1983.

<sup>18</sup> Para compreender a utilização do termo quebra-cabeça leia, ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

papel do historiador buscá-las, colocá-las no lugar e tentar compreender esse emaranhado de informações diversas.

A fim de solucionar esse quebra-cabeça, utilizaram-se os discursos encontrados dentro das etapas do processo como inquérito, declarações, falas de advogados e do juiz como matéria-prima de auxílio para essa função. Dentro dos inquéritos encontra-se, como mostra Foucault, o “saber do que havia ocorrido”:

O inquérito era um procedimento pelo qual, na prática judiciária, se procurava saber o que havia ocorrido. Tratava-se de reatualizar um acontecimento passado através de testemunhos apresentados por pessoas que, por uma ou outra razão – por sua sabedoria ou pelo fato de terem presenciado o acontecimento – eram tidas como capazes de saber.<sup>19</sup>

As declarações traziam consigo as múltiplas versões da trama processual de defesa e de acusação, tentando preencher as brechas deixadas na história e solucionando o inquérito policial. Já as falas dos advogados, como lembra Fausto, tem como característica:

Os discursos de acusação e defesa representam uma fonte importante para a apreensão de valores e representações sociais, permitindo localizar pontos sensíveis, capazes de determinar as opções do corpo de jurados. Não por acaso, a metáfora teatral nos vem à mente na referência aos debates do júri: um espetáculo onde dois atores básicos dramatizam versões diversas de um fato reelaborado no processo, utilizando os recursos de expressão (a repulsa, a comiseração, a ironia etc.) adequados ao momento.<sup>20</sup>

Por fim, cabe ao juiz dar o veredito no processo, sendo possível perceber muitas vezes várias construções dentro do seu discurso, como o médico, o religioso e o moralista. Importante perceber como todos esses discursos transitam de uma forma quase natural dentro da sua fala.

Desse modo, foram selecionados 20 processos-crime, que se encontram dentro do CEDAP<sup>21</sup>, a fim de encontrar discursos sobre qualquer referência à prostituição, tentando compreender de que modo a cidade fraternal agia tão fraternalmente sobre eles. Tenta-se seguir as informações e dicas encontradas nos livros para evitar qualquer equívoco e vício encontrado nos processos-crime.

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ:NAU, 2007. pg. 87.

<sup>20</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. (1880-1924)*. SP:EDUSP, 2001. pg. 36.

<sup>21</sup> O CEDAP é uma Unidade Auxiliar da Faculdade de Ciências e Letras, que tem por objetivo geral "a criação e manutenção das condições de apoio técnico e informativo às atividades de docência, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, por meio de serviços relacionados à área de memória social e preservação do patrimônio histórico, literário e de bens culturais.

Assim, foi necessário compreender o discurso e seus dois níveis segundo Barthes, “um nível imanente à matéria enunciada; esse nível detém todos os sentidos que o historiador dá voluntariamente aos fatos que relata” e outro nível “de um significado que transcende a todo o discurso histórico, transmitindo pela temática do historiador, que se tem direito de identificar à forma do significado”.<sup>22</sup>

Para compreender melhor a temática dos discursos, buscou-se na teorização de Foucault um referencial, pois Hunt afirmou que: “Foucault se recusava a oferecer análises causais e negava a validade de qualquer relação redutiva entre as formações discursivas e seus contextos sócio-políticos”<sup>23</sup> dessa forma procurava perceber os discursos com outros olhos:

Não é uma recolha de retratos que aqui iremos ler: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas, de que as palavras foram instrumentos. Vidas reais foram “representadas” nestas poucas frases; não quero com isto dizer que elas aí foram retratadas, mas que, de facto, a sua liberdade, a sua desgraça, por vezes a sua morte, em todo o caso o seu destino aí foram, pelo menos em parte, decididos. Estes discursos realmente atravessaram vidas; tais existenciais foram efetivamente postas em risco e deitadas a perder nestas palavras.<sup>24</sup>

Desse modo, Foucault percebeu que em cada sociedade a produção dos discursos sofre inúmeras influências e é constituída por alguns procedimentos que têm por finalidade controlar seus poderes e suas desavenças. Portanto, o discurso estaria maculado junto com o poder em que ele espera se manifestar dentro da sociedade.

Assim, o discurso seria um portador de verdades, como mostra Foucault:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.<sup>25</sup>

Essas verdades seriam deferidas pelo discurso médico, psiquiátrico, religioso e sociológico a fim de consolidar o poder que representam, controlando sobre quem agem utilizando dos procedimentos, das figuras de controle junto a uma formação discursiva:

---

<sup>22</sup> BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. SP: Martins Fontes, 2004. pg 175-176.

<sup>23</sup> HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. SP: Martins Fontes, 1995. pg. 11.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* SP: Passagens, 2000. Pg. 96

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. SP: Loyola, 1996. pg. 49.

A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor): de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se forma; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais.<sup>26</sup>

Concretizando esse discurso em diversas formas, Foucault questionou a análise do discurso enfatizando que ela “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”.<sup>27</sup> Todos esses tópicos levantados por Foucault auxiliam para uma análise dos discursos encontrados dentro dos processos-crime para tentar perceber pequenos detalhes deixados de lado ao longo da trajetória da cidade fraternal de Assis.

O trabalho se estrutura da seguinte forma.

No primeiro capítulo, intitulado “Eu sou a lei”, observou-se a mudança das meretrizes para a referida zona de meretrício, conhecida em Assis por “Lá na curva<sup>28</sup>”. Assim, enumerei os problemas ali encontrados junto as autoridades e como o discurso de fraternidade assisense tentou agir sobre a área.

Em “Comissários e Soldados”, tentou-se entender o conflito entre dois agentes da lei, ou seja, procurou-se compreender a relação do poder que existia e transitava entre eles, comprovando a hipótese de um poder não repreensivo, mas sim transmissor e produtor. E junto com essa ideia foi observado a relação foucaultiana de vigilância e punição sobre as camadas mais populares, que se encontravam dentro da zona de prostituição de Assis.

Em “Corpos Cintilantes”, observa-se a ideia do brilho que o corpo feminino possui na sociedade, principalmente dentro da chamada zona de meretrício, sendo construído, vigiado e punido algumas vezes por discursos e atos que o reforçam no corpo prostituído.

Em seguida “Amores *Perros*”, pretende discutir a construção da ideia do amor romântico dentro da sociedade no período e conseqüentemente dentro da zona de meretrício. Observou-se o resultado do término de relações consideradas seguras, como o casamento, principalmente para mulheres que as levam a prostituição, abandono de sua prole

---

<sup>26</sup> Idem.Pg. 66.

<sup>27</sup> Idem.Pg.70

<sup>28</sup> Nome dado a localização da zona de meretrício de Assis, referente a rua J. V. da Cunha.

e o suicídio. Verifica-se também o único caso que se “constitui” de beneficiamento sobre a prostituição, relacionado a uma exploração através de violência física e psicológica.

No quarto capítulo “Pequenos Prazeres Fraternais”, exponho a questão da “prostituição de menores”, tentando compreender sua construção. O caso da jovem Yunga Soares que aparece em alguns processos observando a sua presença e atuação dentro dos processos é revelador dessa construção.

Em “Cortinas Abertas”, foi dado destaque à questão das pensões e à prostituição clandestina, traçando um paralelo entre as principais pensões de família e pensões clandestinas.

Por fim, “Boemia, álcool e confusão”, empenhou-se em analisar um tema recorrente junto aos trabalhos sobre prostituição, que é a relação prostituição, violência e álcool através dos discursos encontrados dentro dos processos.

## 1 EU SOU A LEI.

A história de Assis e de sua região caminha lado a lado com a história da prostituição. No ano de 1911<sup>29</sup>, João pernoitou na casa de uma senhora e pela brecha na parede atirou em Antônio por motivos sentimentais. O simples crime ainda relatado na Comarca de Campos Novos trazia na descrição de seus autos o conjunto de testemunhas.

As maiorias das testemunhas que prestaram depoimento diziam ser moradoras dessa pensão e ao declararem sua profissão diziam serem meretrizes. Ao narrarem o ocorrido, dizia que o crime ocorreu pelo fato de o rapaz (João), um frequentador, ter perdido a cabeça ao ver Marlene com outro cliente. Infelizmente, não existiu descrição da residência, nem da região onde ocorreu o crime, havia somente a referência sobre a região onde se encontraria Assis.

Em 1919<sup>30</sup>, às vinte e duas horas a polícia foi chamada para verificar uma reclamação de perturbação aos costumes em um bar na Avenida Rui Barbosa. Segundo os depoimentos, o barulho e a gritaria estavam incomodando os moradores próximos. Conforme o juiz, o estabelecimento não estava de acordo com o Código de Posturas Municipais<sup>31</sup>, que não permitia a licença municipal para bares após as vinte e uma horas, sendo permitindo somente para “Bares & Restaurantes”. Segundo o mesmo Código, isso ocorreria devido ao fato de proteger e evitar importunos com uma parcela da população que não estima pelos bons costumes. As testemunhas ao destacarem suas ocupações relatam serem comerciantes, caixeiros viajantes e meretrizes.

Um ano antes desse acontecimento, Assis se tornava município no ano de 1918, ou seja, treze anos após a doação das terras pelo Capitão Francisco de Assis Nogueira para a fundação do vilarejo e no mesmo ano, Assis seria sede de comarca de região, ocupando o lugar que antes era de Campos Novos do Paranapanema. Assis, desse modo, já nasceu junto ao convívio da prostituição e os problemas da vida noturna.

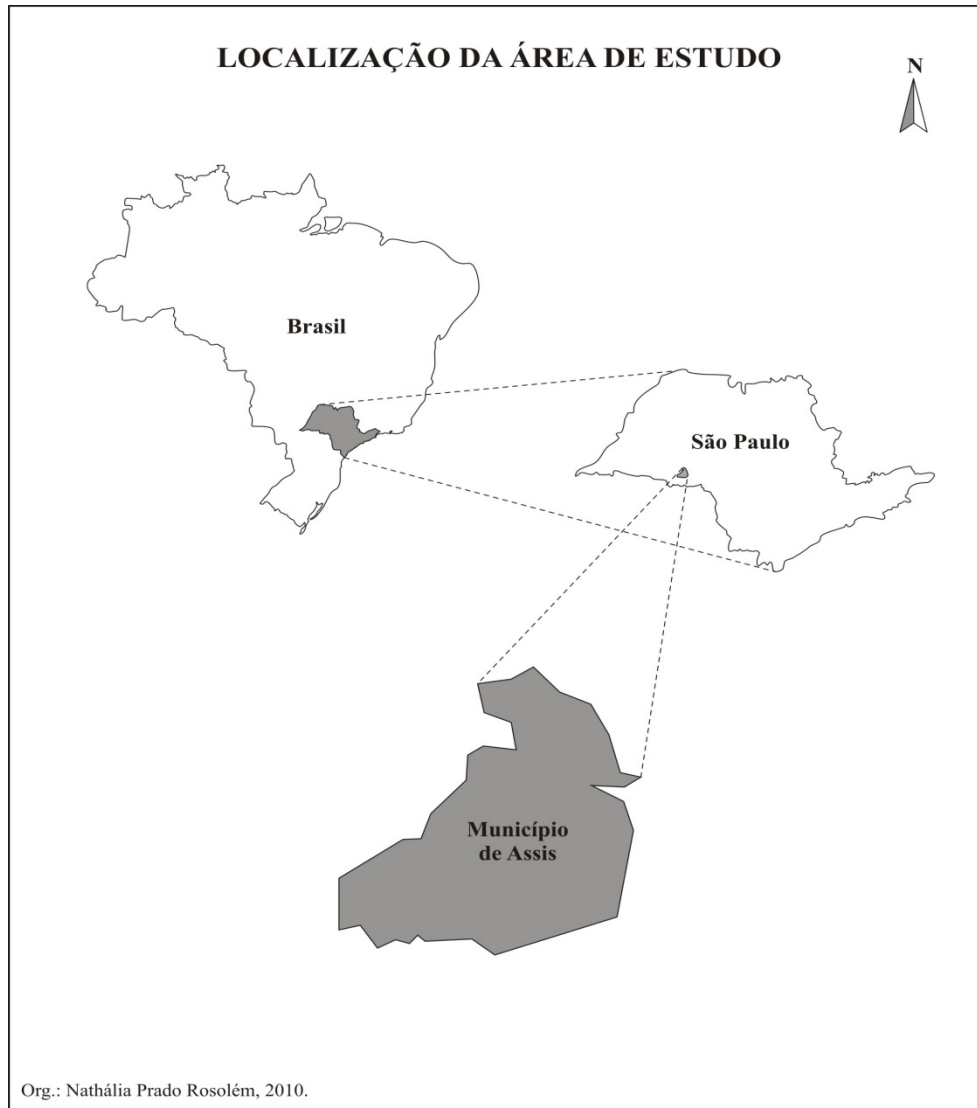
Irei reconstruir através dos relatos, uma pequena história da prostituição de Assis, separando em quatro partes referentes às décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 e terminando com o fechamento da casa de Antonieta em 1982, localizando-a dentro da cidade e suas principais pensões, bares e casas de meretrício.

<sup>29</sup> Processo Crime [IP10/13] – 1911.

<sup>30</sup> Processo Crime [IP01/19] – 1919.

<sup>31</sup> O Código de Posturas Municipais foi criado em 1841 com a idéia de proteger o bom convívio dos cidadãos brasileiros.

O mapa que segue oferece uma localização espacial da cidade de Assis em relação ao Brasil e ao Estado de São Paulo.



Na década de 1930, como podia ser visto no MAPA 1, a denúncia era relacionada à Rua Palmares que se localizava próximo à Praça Dom Pedro, em sentido ao sul. A Praça Dom Pedro era a praça central da cidade onde se localizava a catedral. Em 1938, a denúncia referente à Casa de Maria Duarte localizava-se na Rua Vera Cruz, que ficava nas proximidades da Rua Palmares.

Dessa forma, podia-se perceber que as denúncias referentes a uma suposta zona de meretrício e seus problemas se misturavam com a região central da cidade de Assis, levando a um questionamento: seria a área central de toda cidade em seu início uma suposta





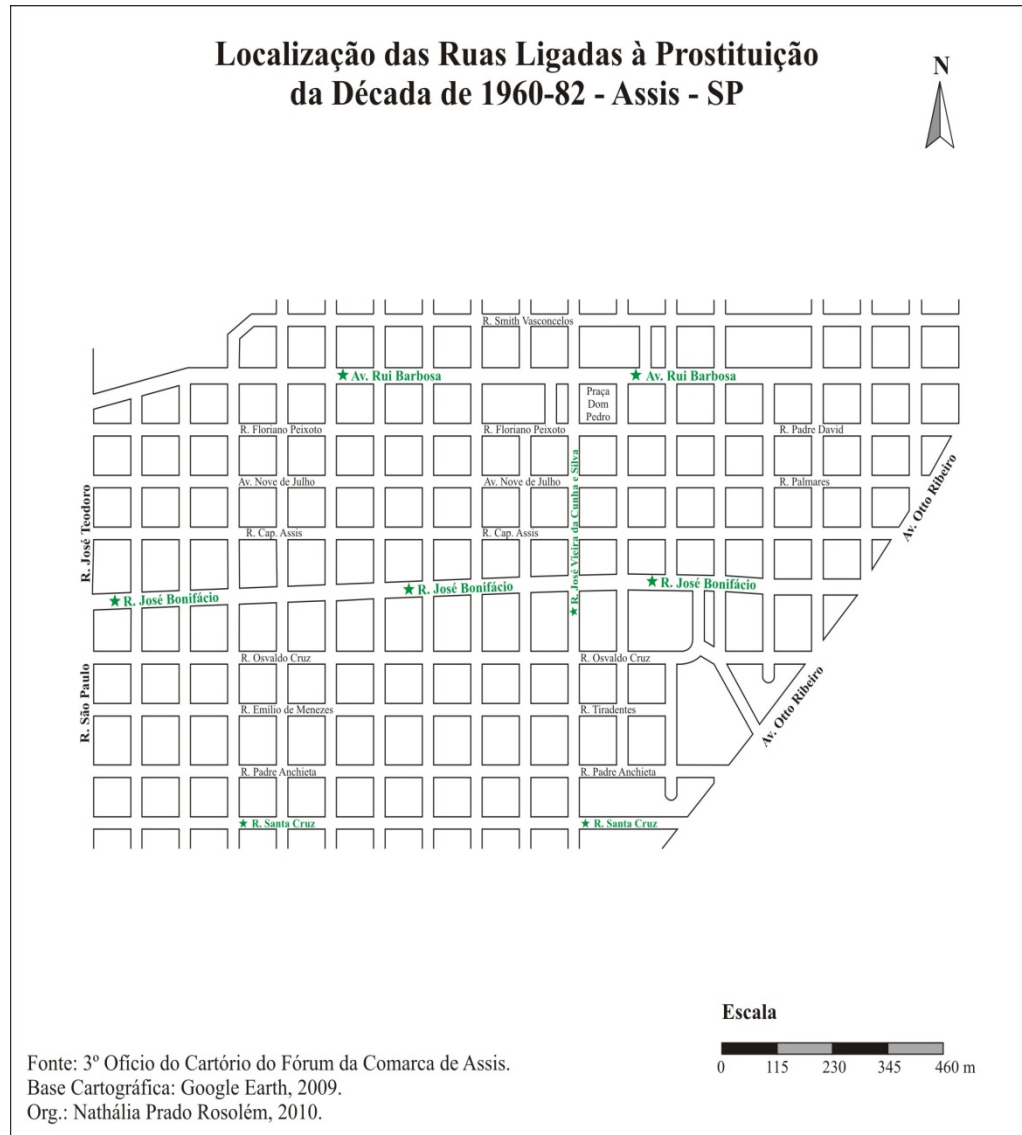
dos focos de prostituição da cidade em sair da área central. Fato que já começava a mudar a partir de 1955, com relatos de casos na Rua José Viera da Cunha e Silva dando atenção à movimentação no trecho do Posto do Papai e pontos de charreteiros nas adjacências.

Em 1956, os jornais da cidade relatavam a mudança da zona de meretrício do início da Rua José Viera da Cunha e Silva para o seu final, num trecho que ficou conhecido como “Lá na Curva” junto ao imaginário sobre a prostituição da cidade, trabalhada por Ivana Simili<sup>32</sup>. Os jornais destacavam que a rua agora passava a ser chamada de Rua do Sossego em referência à transferência de local e à chegada do asfalto na região.

Já entre 1960 e 1982, como pode ser visto no MAPA 3, os inquéritos eram referentes às Vilas São Cristovão e São Judas Tadeu que logo após a morte de Antonieta, os moradores da região fizeram um abaixo assinado para retirar a zona de meretrício dessa região. Logo após a desconstituição da Casa de Antonieta, a mesma residência recebeu uma placa com os seguintes dizeres “Sagrada Família” referindo-se a instalação de uma Igreja Católica no local. Assim, um dos últimos locais profanos da cidade seria completamente purificado com a instalação de uma igreja no local.

---

<sup>32</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*.(Dissertação de mestrado). Unesp – Assis,1995



Mapa 3

### 1.1 FLOR DA PELE

Na casa de tolerância de Zoraide<sup>33</sup>, às vinte e duas horas, Olavico foi se encontrar com Durvalina, meretriz de dezenove anos residente da casa. Ela alegava estar doente lhe negando qualquer tipo de programa, ficando sentada no seu quarto enquanto conversavam. José Avelino quando chegou ao recinto, perguntou sobre Durvalina e foi informado que a mesma se encontrava em seu quarto com outro homem. Ao saber disso ele foi direto para o quarto sacando seu revólver e arrancando Olavico a força do quarto. Questionava-a porque ela deitaria com outro e não com ele, Durvalina reafirmou que não iria dormir com ninguém aquela noite, pois se encontrava doente e por isso não poderia.

<sup>33</sup> Processo [IIIC45] – 3/5/1933.

A transcrição dessa pequena narrativa trouxe a tona um dos discursos mais fortes e presentes na idealização da zona de meretrício, o discurso médico. O discurso médico foi se construindo ao longo da história buscando validar como um autor um conjunto de técnicas científicas junto à sociedade.

Como mostrou Foucault, o discurso quando falava como intermediário de autor tinha uma determinada função. *A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.*<sup>34</sup> Isso fez com que o discurso médico legitime todas as suas práticas junto a sociedade.

Ele observou a prostituição como uma doença que não poderia ser erradicada e sim tratada para tentar aliviar seus males junto à sociedade, como alegou Simili:

O conhecimento das teses defendidas por médicos higienistas franceses, sobretudo o Dr. Parent Duchaâtelet, que preconiza a idéia de prostituição como um mal necessário, com a qual as cidades deviam aprender a conviver, leva a que os pressupostos do sistema regulamentariam a fossem incorporados pelos discursos e aplicados à realidade brasileira.<sup>35</sup>

Partindo desse pensamento, a medicina social começou a traçar perfil sobre a mulher demonstrando sua fragilidade e a justificativa da dominação masculina sobre ela. Outro ponto era a construção de um perfil da mulher da vida em contraponto à dona-de-casa que justificava todas as atitudes realizadas por esse discurso. Rago relatava isso sobre as características da mulher pública:

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral”. Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um “apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito”. É burra e ignorante: “Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica (...)”. Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: “poucas há que persistam num mesmo domicílio durante o

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. RJ: Passagens, 1997. Pg. 46.

<sup>35</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 14.

espaço de um ano”. “Instável física e espiritualmente: Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes”. “A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo”.<sup>36</sup>

A medicina social iniciava uma parceria com o Estado, deixando de ser simplesmente um órgão de prevenção, mas tornando-se também um dos poderes ativos do aparelho do Estado. Rago expunha isso, *a medicina redefinia sua relação com o Estado, colocando-se como condição de possibilidade da normalização da sociedade, no que concerne à questão da saúde.*<sup>37</sup>

Dentro do Brasil a medicina social se destacou no início do século XX, sendo muito influente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro:

A medicina social que se institucionalizou no país, durante as primeiras décadas do século XX, referendou o confinamento das prostitutas em casas espacialmente segregadas do espaço urbano, visando obter um maior controle sanitário sobre elas. As tentativas de isolar, no espaço urbano, as casas de prostituição, objetivando um melhor controle pela polícia de costumes e pela saúde pública, efetivas em algumas das principais capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, serviu de modelo e inspirou autoridades de outras cidades do interior.<sup>38</sup>

Concretizado o discurso médico dentro do Brasil, a medicina social precisou de um auxílio do Estado e dos seus agentes para poder para ter um maior domínio e força das suas ações:

a intervenção médica junto à prostituição foi possível por meio de uma parceria com a polícia de costumes, responsável por prender e encaminhar ao Centro de Saúde as prostitutas que se negavam a fazer os exames obrigatórios.<sup>39</sup>

Durvalina seria uma das mulheres obrigadas a fazer os exames, que constituíam em exames mensais ou quinzenais, com a intenção de tentar remediar os danos causados pela sociedade como uma “cura social”. Os temores eram de evitar uma pandemia como a gripe espanhola de 1918, que deixou mais de trezentas mil vítimas e outras doenças como tuberculose e a sífilis que poderiam ser fatais se não fosse tratada a tempo.

---

<sup>36</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil:1890 -1930*.RJ:Paz e Terra,1985.Pg. 85.

<sup>37</sup> Idem.Pg. 134.

<sup>38</sup> HOLTZ,Edson Leme.*Noites Ilícitas:histórias e memórias da prostituição*.Londrina:EDUEL,2005.Pg. 207.

<sup>39</sup> Idem.Pg. 204.

As prostitutas eram vistas como transmissoras desses males e a medicina social buscava através do seu confinamento numa determinada área tentar remediar esses problemas fazendo um controle rigoroso e aprisionando aquelas que não concordassem com isso. No caso de Durvalina, podia-se afirmar que a mesma ao negar deitar-se com os dois homens alegando estar doente, podia ser vista como uma manifestação real do funcionamento da medicina social evitando a transmissão de doenças.

Infelizmente, por mais que ela buscasse sanar todos os males da sociedade, a explosão de ânimos, como a descrição de José em estar “a flor da pele” ao ver Durvalina com outro no quarto, não caberia a ela, precisando de outros órgãos para tentar conter esses males.

Holtz destacava visão dos médicos sobre a prostituta diante da sociedade, *severamente criticada pelos higienistas, à prostituta foi imputado, numa clara associação com as doenças venéreas, o papel de ser a responsável pela degradação física e moral do homem, e por extensão, de sua própria família.*<sup>40</sup>

Os médicos junto à polícia dos costumes buscavam legitimar todo esse discurso em algo real com certa funcionalidade, idealizando o bordel, a cafetina e as práticas sexuais que poderiam ali ocorrer:

As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias. Estas estabeleciam contatos estreitos com as donas dos bordéis que, por sua vez, deveriam ser pessoas respeitadas e temidas por suas afilhadas. O bordel deveria ser o anticortiço, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a intimidade conjugal burguesa. A polícia de costumes proibia ali qualquer prática de sexo grupal ou homossexual, muito embora estas interdições não fossem muito respeitadas.<sup>41</sup>

Através dessas falas podemos observar a legitimação do poder das donas das casas, como verdadeiras mães das mulheres que ali frequentavam com o receio de uma nova epidemia igual a que abalou o Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente nas áreas dos cortiços que concentravam um grande número de pessoas e condições higiênicas inexistentes e também a tentativa “moral” de justificar o correto ato sexual, algo muito complicado de ser feito, mas caso uma das mulheres da casa fizesse isso ganharia fama imediata dentro da casa e da zona, podendo ter sobre ela um caráter negativo referente às suas práticas.

<sup>40</sup> Idem. Pg. 206.

<sup>41</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil:1890 -1930*.RJ:Paz e Terra,1985.Pg. 92.

Simili apontava uma fala de Antonieta em relação à higiene, reafirmando o caráter “materno” e controlador das donas das casas:

Eu ficava olhando, se a mulher estava arrumada, a cama como estava, se o quarto ficava em ordem. As toalhinhas que eram usadas eram tiradas do quarto. Cada uma cuidava da sua cama, eu olhava se estava em ordem, porque não podia ficar bagunça (...) dava uma olhada, tudo em ordem, a mulher já tinha tomado seu banho e tinha algumas que até faziam lavagem com a ducha higiênica. Era tudo muito limpo, tudo muito organizado.<sup>42</sup>

Ainda junto aos discursos médicos encontramos a localização ideal da zona de meretrício e o controle feito sobre elas com a carteira sanitária, como demonstrava Rago:

Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias a domicílio várias vezes por semana. Obrigatoriamente registradas na polícia, deveriam ser portadoras de uma carteira sanitária de identificação pela qual seriam constrangidas a passar por um exame periódico, a exemplo do que se praticava na França e em outros países da Europa. Esta carteira conteria seus dados pessoais, nome real, idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil. No caso de serem vítimas de alguma moléstia, receberiam tratamento adequado, e as que não se submetessem aos exames médicos obrigatórios seriam multadas. Os regulamentaristas defendiam ainda a marginalização e o tratamento obrigatório de todas as prostitutas que fossem encontradas doentes.<sup>43</sup>

Podemos perceber um dos motivos das mudanças da zona de meretrício das áreas centrais da cidade para outras, devido ao fato de nas áreas centrais se encontrassem a organização da cidade como escolas, igrejas e pontos comerciais que poderiam num caso de epidemia dificultar o seu controle. Outro fato importante foi a descrição da carteira sanitária que mostrava uma tentativa de controle absoluto dos médicos sobre a prostituta e ao colocar sua origem e nome verdadeiro, poder traçar um rastro da prostituição dentro do país. Por fim, a categórica afirmação que em caso de alguma moléstia, a prostituta deveria se tratar e se preservar, o que justifica a atitude tomada por Durvalina ao negar qualquer contato sexual com seus parceiros.

<sup>42</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 172.

<sup>43</sup> Idem. Pg. 92.

É importante expor os cuidados que as prostitutas de Assis tinham agregado ao seu corpo como práticas cotidianas dentro da casa de Antonieta, mostrando cuidados relativos à medicina e aos costumes sociais de cada uma delas:

Depois das relações, era tomar banho, fazer lavagem interna. Tinha uma seringa e a gente punha água com desinfetante próprio, a gente punha e soltava aquilo tudo e estava limpo (...) as roupas de camas eram todas nossas, comprava feita ou mandava fazer. Conforme a pessoa a gente trocava as roupas de cama, se fosse uma pessoa limpa, ai dava para duas vezes. Tínhamos todos os cuidados.<sup>44</sup>

## 1.2 DOIS LADOS DA ZONA

A zona de meretrício representava um espaço dúbio dentro da história de qualquer cidade em que ela esteja situada. Ela podia ser um ambiente para fins sexuais e boêmios para uma parcela da população que a procurasse, como também poderia ser um ambiente residencial dentro de pensões e de residências familiares para trabalhadores e operários.

Sendo uma cidade dentro da própria cidade, se construindo como um ambiente misterioso e fascinante para seus moradores, habitantes da cidade e as autoridades. Rago transmitia a sensação desse encantamento sobre a zona:

Embora tenha suscitado reações de grande ansiedade por parte de alguns setores da sociedade, o mundo da prostituição foi marcado por toda uma auréola de mistério, fascínio e atração. Nele se configurou uma importante rede de sociabilidade: fluxos que circulavam entre os cafés-concertos, cabarés, “pensões chics”, teatros e restaurantes, congregando artistas, músicos, coristas, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas estrangeiras e brasileiras.<sup>45</sup>

Conforme a cidade se desenvolvia ganhando características modernas como urbanização, pavimentação, luz elétrica e saneamento básico, criava-se outras noções sobre os espaços dentro da cidade:

<sup>44</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 174.

<sup>45</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 167.

Somente à medida que a cidade se expande e se urbaniza que surge um comércio mais diversificado e de maior vulto, localizado em lojas especialmente destinadas a esse fim, que se multiplicam os espaços públicos de sociabilidade – restaurante, hotel, cafés teatros, bordeis, praças e passeios públicos – mudam as normas de comportamento e as relações entre os sexos.<sup>46</sup>

Toda essa movimentação era paralela a um aumento do número de habitantes e participantes dentro da cidade, colocando à tona a questão da habitação não só do cidadão normal como também do operário desejado idealizado dentro do Estado Novo no Brasil. Rago analisou a preocupação das autoridades quanto essa relação entre habitação x classe operária:

A forma de organização do espaço habitacional visava, portanto, garantir a permanência junto à unidade produtiva de uma força de trabalho especializada, numa época em que a mecanização da indústria ainda não desqualificara totalmente o saber-fazer profissional.<sup>47</sup>

Entretanto, a partir da década de 1940, o aumento populacional levou o Estado a outro tipo de ocupação, retirando a população das áreas centrais da cidade, promovendo campanhas para a ocupação periférica. Isso se devia a dois motivos. O primeiro, como já foi trabalhado, era uma tentativa junto ao discurso médico de evitar epidemias e problemas de saúde num âmbito maior e o outro era a questão da reestruturação das áreas centrais da cidade, ocorrendo transformações em ruas e em moradias, ocorrendo em algumas áreas uma especulação imobiliária. Brescianni expos uma lei estabelecida durante o período Vargas para essas finalidades:

A Lei do Inquilinato de 1942, promulgada em plena ditadura de Getúlio Vargas, indica a estreita relação entre poderes públicos, a legislação e modalidades de enfrentamento do problema, configurando um longo período no qual prevalece o “modelo de ocupação periférica”, prolongando-se até o final da década de 70. Loteamentos irregulares e clandestinos, situados em áreas de declive acentuado ou próximos de locais sujeitos a inundações, lotes mínimos subdivididos entre duas ou mais famílias e vendidos em prestações de longo prazo constituíram a tônica de todo esse período.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Idem. Pg. 54.

<sup>47</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil:1890 -1930*.RJ:Paz e Terra,1985.Pg. 188.

<sup>48</sup> BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e Historiografia das Cidades, Um Percurso*.Pg. 248.In : FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP:Contexto,2005.

Através da promulgação da Lei do Inquilinato iniciou um movimento das populações populares às áreas mais periféricas da cidade, afastando os trabalhadores das proximidades de seus empregos. Em reação a isso ocorreu a reafirmação dos bairros tidos como operários em que os trabalhadores morariam junto às fábricas em que trabalhavam, não ocorrendo um desgaste natural do percurso ao trabalho e também, reafirmando um ideal de um controle sobre esse operário, tentando modelá-lo conforme as intenções do Estado. Na cidade de Assis, essa tendência viria a se desenvolver com o surgimento da Vila Operária ligada diretamente ao desenvolvimento da linha ferroviária na cidade.

Rago, em seu livro *“Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890 - 1930”* buscaram reconstruir esse ideal de uma cidade operária e ao mesmo tempo vigiado e controlado pelo Estado. Também mostrou o cuidado que o Estado tinha com as camadas mais pobres do país:

A preocupação que sustenta toda a discussão sobre o problema da moradia dos pobres está centrada muito mais na vontade de regenerar as classes populares decaídas, segundo a representação imaginária do poder, do que no sentido de responder funcionalmente ao problema habitacional.<sup>49</sup>

Observando isso ficava uma questão em aberto, o que fazia aquele trabalhador que não se enquadrasse no ideal da “fábrica” e que desejava trabalhar no novo setor que começava a eclodir junto ao desenvolvimento das cidades, o terceiro setor, ligado a prestações de serviços. Esse trabalhador tinha que morar nos bairros operários ou nas periferias da cidade, ou, podia morar em outras áreas mais próximas ao seu ofício e acessíveis para a sua renda?

Esse trabalhador era percebido não somente entre homens operários, mas também através das mulheres que começavam a ganhar espaço dentro do campo de trabalho. Essa entrada das mulheres era vista por uma parte da população com maus olhos, acreditando que isso corromperia a família e prejudicaria a educação dos seus filhos, isso traz um traço da mudança da sociedade da época como expos Rago:

---

<sup>49</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil:1890 -1930*.RJ:Paz e Terra,1985.Pg. 189.

Em geral é em referência à entrada da mulher no âmbito da vida pública que a prostituição vai sendo tematizada. Como era percebida essa presença feminina no momento em que a cidade passava por profundas transformações sócio-econômicas e culturais?<sup>50</sup>

Essas mulheres enfrentavam um grande problema de discriminação, sendo muitas vezes comparadas às mulheres fáceis e da vida pela sua escolha ao trabalho. Elas trabalhavam nas funções principalmente de prendas domésticas, costureira, lavadeira, camareiras e cozinheira e pelo fato de optarem pelo trabalho, pela moradia nas áreas consideradas zonas de meretrício sofriam com isso,

[...] morar em casas localizadas na zona do meretrício, para muitos, transformavam qualquer mulher em prostituta; da mesma forma, ser companheiro de uma prostituta, tornava o sujeito em cáften ou vagabundo. Mesmo os clientes, consumidores dos serviços eróticos da zona, corriam riscos ao adentrarem nesse território marginal da cidade, já que para os policiais, durante suas rondas, ficava difícil, naquelas ruas suspeitas, identificar e separar os “cidadãos do bem”, frequentadores dos bordéis de luxo, daqueles considerados vagabundos que compunham a clientela.<sup>51</sup>

O peso da escolha de ter uma moradia na zona de meretrício ultrapassava as mulheres. Homens e famílias também arcavam com essa discriminação. Cabe então se indagar o porquê dessa procura junto a essas áreas.

A primeira análise que se faz diz respeito à questão da proximidade encontrada pelas pessoas em relação a seus trabalhos já citados, ao se deslocarem para bairros periféricos sofreriam com a questão do deslocamento até eles. Partindo desse ponto, percebia-se que a questão da oportunidade de emprego relacionada aos contatos entre os agentes e as pessoas que buscavam Assis para tentar fazer uma nova vida, fato muito observado ao analisar a questão da origem das pessoas relacionada aos processos crimes, formando uma rede de sociabilidade entre elas.

Por fim, valia destacar a questão do valor do aluguel ou do quarto na pensão, que se tornava convidativo aos salários referentes a seus ofícios. A pensão como mostrou Espinheira, teriam a seguinte organização: *casa-de-cômodos significa um tipo de*

<sup>50</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 54.

<sup>51</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 115.

*pensão pobre ou mediana, que aluga seus quartos por preços fixos, pagos em prazos relacionados com a permanência dos inquilinos, sendo mais comum a mensalidade.*<sup>52</sup>

As pensões eram os lugares mais procurados pelos moradores da zona de meretrício e eram muito reprimidos pelas autoridades pela sua questão de transitoriedade entre seus moradores que poderiam ficar por uma semana ou por um mês, dificultando o controle sobre a localidade e as outras utilidades que elas permitiam ao longo do dia como destacava Adler:

As casas vão insensivelmente se tornando casas de rendez-vous ou passam oferecer quartos para aluguel. Durante o dia, operárias, à noite, prostitutas que foram aliciadas nos bulevares ou domésticas ansiosas por complementar o salário e que chegam aos locais acompanhadas, para benefício das donas de bordel.<sup>53</sup>

Nos testemunhos os participantes dos delitos sempre diziam ter uma pensão como residência, enfatizando a ideia das pensões como casas de *rendez-vous*, do francês, “encontro”, com finalidades sexuais. Simili destacou essa questão e apresenta algumas pensões da cidade:

[...] elas sempre identificam o lugar onde residem como “pensão”. Várias eram as pensões em Assis. Havia a “pensão Ceci”, “pensão Celeste”, “Avaí” (sic), “Sonho Azul”, a da “Noêmia”, a da “Maria de O.”, entre outras.<sup>54</sup>

### 1.3 A PASSAGEM

Por volta das vinte e três horas,<sup>55</sup> Antônio Fogaça transitava pela zona de meretrício saindo da pensão de Cessy, caminhando em direção ao Bar do Reco, que se encontrava nas proximidades. Ao adentrar ao bar, foi reprimido pelo soldado Antônio Anselmo que se encontrava no local e fez-lhe uma revista. Após a revista, o soldado pediu para que Fogaça pagasse uma bebida.

Por receio da condição de militar do mesmo, ele pagou lhe bebidas e comestíveis. Anselmo, não satisfeito com isso, começou a agredir Fogaça chamando-lhe de vagabundo e sem vergonha, após a discussão os dois saíram em vias de fato e Fogaça quebrou

<sup>52</sup> ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e Prostituição. Uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. BA: Tempo Brasileiro, 1984. Pg. 59

<sup>53</sup> ADLER, Laure. *Os Bordes Franceses (1830-1930)*. SP: Cia das Letras, 1991. Pg. 128.

<sup>54</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 70.

<sup>55</sup> Processo Crime [IP35 – 72/88] – 1946.

um sarrafo na cabeça de Anselmo. Na delegacia, o mesmo alegou legítima defesa e que havia feito muito além das suas obrigações com o mesmo. Já o soldado fora encaminhado junto às autoridades legais, devido ao fato de ter de responder à Junta Militar, já que o mesmo se encontrava em estágio de passagem pela cidade.

Por ser um local de grande sociabilidade por todas as classes sociais, a zona de meretrício proporcionava uma imensa movimentação de pessoas em passagem, como expos Holtz:

Na zona do meretrício o comércio sexual gerava um intenso movimento de homens e mulheres, os quais proporcionavam a criação e manutenção de redes de sociabilidade e de solidariedade. Nessas redes envolviam-se clientes, prostitutas, cáftens, policiais, jogadores entre outros. Porém a suposta harmonia era abalada por conflitos que cotidianamente ocorriam nas boates, bares e ruas da zona.<sup>56</sup>

Através do conflito narrado dentro do processo, podiam-se analisar algumas características ocultas da sociedade até o momento em que eclodem, como:

[...] pensar o problema da ocorrência de conflitos entre os populares a partir apenas do ponto de vista dos condicionamentos sócio-históricos mais amplos causa problemas teóricos e metodológicos sérios. Nesta perspectiva, o conflito violento em si deixa de ser um objeto relevante de estudo, pois em última análise ele pode ser entendido e explicado a partir de fatores extrínsecos às próprias condições concretas de sua produção nas diversas situações microscópicas do social. Em outras palavras, o conflito não é percebido como um produto social, como uma “construção” de seres humanos concretos no bojo mesmo de suas relações cotidianas de vida, e sim como produto de grandes abstrações teóricas – as “estruturas” ou entidades semelhantes – que supostamente se contradizem e que são geradoras de realidade social.<sup>57</sup>

Essa citação trouxe à tona uma importante questão, a relação da população junto às autoridades quando se pensa no viés do controle que era instituído sobre ela, mostrava que tanto policiais quanto soldados poderiam ao invés de vigiar os problemas, também ocasioná-los, como apresentou Chalhoub:

<sup>56</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 148.

<sup>57</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. Pg. 305.

[...] temos processos que mostram claramente a rivalidade existente entre policiais e indivíduos com antecedentes criminais ou tidos como desordeiros, o que acaba ensejando práticas policiais de prisões arbitrárias e forjamento de flagrantes e inquéritos [...] muitas vezes, a ação contínua de vigilância e repressão do aparato policial acabava criando rixas sérias com membros de um determinado grupo de vizinhança.<sup>58</sup>

Esses problemas eram acentuados devido ao fato de essas autoridades muitas vezes morarem ou serem frequentadores da zona de meretrício no seu tempo livre, pois eram:

Responsáveis pela vigilância e manutenção da ordem urbana, alguns agentes policiais eram escalados para fazerem a ronda noturna nas ruas da zona do meretrício. Alguns deles eram, nas horas de folga, assíduos frequentadores de algumas casas de tolerância.<sup>59</sup>

Esse destaque sobre a participação da polícia junto à zona de meretrício vinha se construindo desde a metade do século XIX no Brasil, como se observou através de Rago:

As investidas policiais sobre o cotidiano das meretrizes fundamentaram-se nos tratados médicos e nas propostas que elaboraram para gerir a sexualidade insubmissa. Desde a década de 1840, os médicos apresentaram idéias de como controlar a prostituição no Rio de Janeiro, centro que se urbanizava rapidamente, levando os chefes de polícia nas décadas seguintes a tentar implementá-las.<sup>60</sup>

A incorporação da medicina junto à prática policial tinha na figura da antropologia criminal<sup>61</sup> e os pensamentos de Cesare Lombroso seu grande agente. Através de análises corporais, junto a métodos antropológicos, Lombroso imaginava conseguir reconhecer indivíduos perigosos ou com tendências à criminalidade, como mostrou Holtz, sobre as mulheres:

<sup>58</sup> Idem.Pg.284.

<sup>59</sup> HOLTZ,Edson Leme.*Noites Ilícitas:histórias e memórias da prostituição*.Londrina:EDUEL,2005.Pg. 166.

<sup>60</sup> RAGO,Margareth.*Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo,1890-1930*.RJ: Paz e Terra,1991.Pg. 128.

<sup>61</sup> A antropologia criminal, hoje também denominada biologia criminal, é ciência criminológica que deve seu aparecimento, como conjunto de princípios sistematizados, a Cesare Lombroso. Segundo o famoso médico italiano, há um tipo humano especial, devidamente caracterizado por uma série de traços somato-psíquicos, e que é o “delinquente nato”. Existem, assim, certos homens naturalmente criminosos, perfeitamente identificáveis por características particulares, a maioria das quais externamente visível.

O fato de essas mulheres serem prostitutas as tornava, de antemão, mulheres afeitas a bebidas e outras coisas próprias do ambiente. Como que influenciado pelas teorias lombrosianas do século XIX, o discurso[...] parece querer associar, de uma forma mecânica, a prática prostitucional das envolvidas a uma predisposição natural, tornando-as propensas à delinqüência e a criminalidade.<sup>62</sup>

Baseado nessas ideias o delegado da cidade de São Paulo, Cândido Motta, instaurou no ano de 1896 o primeiro Regulamento Provisório da Polícia de Costumes como algumas soluções à todos os problemas enfrentados pelos comportamentos das meretrizes, referindo da seguinte forma:

Representando a sexualidade como força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras da civilização, Cândido Motta, assim como os regulamentaristas em geral, justificava a necessidade de um espaço de alívio das tensões libidinosas na geografia urbana. “Mal necessário”, a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial. Para tanto, o regulamento propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência de múltiplas condutas desviantes no submundo.<sup>63</sup>

A fim de preservar a moral e os bons costumes, a polícia ganhava um novo nome, sendo chamada de polícia de costumes, com a intenção de agir firmemente sobre a zona de meretrício e sobre a prostituição. Dentro dos locais vigiados, a polícia de costumes era vista com maus olhos pelo seu controle quanto a vida das pessoas, como: *A polícia de costumes era vista como uma máquina que transformava “putas ocasionais” em “putas eternas”*: a prostituta inscrita acaba se tornando uma prisioneira perpétua da polícia.<sup>64</sup>

Para auxiliar essa polícia de costumes foi preparado um livro de registros no qual contaria toda a vida da meretriz:

Para completar a regulamentação proposta, criara-se um Livro de Registro das prostitutas, em que se exigiam informações pessoais como nome, idade, nacionalidade, profissão, residência. Mesmo depois que a proposta regulamentarista foi arduamente criticada, optando-se por várias décadas pelo não confinamento da zona do meretrício, o fichamento das meretrizes

<sup>62</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 170.

<sup>63</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 112.

<sup>64</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil: 1890 -1930*. RJ: Paz e Terra, 1985. Pg. 94-95.

na Delegacia de Costumes continuou a ser prática corrente, especialmente depois de 1915.<sup>65</sup>

Um ponto questionado sobre a polícia de costumes era a questão da violência, como uma forma de repressão física. Legitimando o discurso médico, com uma ideia de limpar a cidade, ela muitas vezes era vista como um verdadeiro pronto-socorro social da cidade, como mostra Vinagresilva:

Como a polícia é, muitas vezes, percebida pela população como a única mediadora de seus conflitos e capaz de encaminhar medidas ritualísticas informais e/ou legais – para a solução destes conflitos, acaba funcionando como um verdadeiro pronto-socorro social.<sup>66</sup>

Essa visão de pronto-socorro social ajudava a justificar pelo Estado o uso da violência da polícia de costumes contra o chamado mundo do crime, no qual se encontraria os participantes ativos na zona de meretrício, como observava Vinagresilva: *[...]o Estado ampara legalmente o uso da força pela polícia e pretende profissionalizar a violência, recrutando, a exemplo do modelo francês, seus agentes no chamado “mundo do crime”*<sup>67</sup>

Essa violência era aceita sem nenhum questionamento, devido ao problema ocasionado pela zona de meretrício e pela prostituição, entretanto quando essa violência agisse sobre pessoas que não eram das classes populares que viviam na zona e sim das classes mais altas, o peso da violência mudava de lado:

É claro que, na maior parte das vezes, a truculência policial era ignorada e até mesmo bem vinda, especialmente, quando quem sofria a violência eram os habitantes e frequentadores do chamado baixo meretrício. Para a opinião pública, a marginalidade não poderia ser tratada de outra forma. A imprensa só se indagava, quando os excessos das autoridades policiais atingiam pessoas pertencentes às classes média e alta da cidade. Nesse caso, a Polícia transformava-se, da noite para o dia, em vilã da história.<sup>68</sup>

Essa situação só ocorria devido à vistoria feita pela polícia de costumes junto aos habitantes da zona de meretrício. Como era regra a utilização desse método como forma de ter um controle, todo visitante dela também sofreria com isso. A polícia de costumes

<sup>65</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 116-117.

<sup>66</sup> VINAGRESILVA, Marlise. *Violência contra a mulher: Quem mete a colher?* RJ: Cortez, 1992. Pg. 107.

<sup>67</sup> Idem. Pg. 42.

<sup>68</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 94.

tinha de tomar conta de toda a zona de meretrício ultrapassando o espaço somente das prostitutas, como mostrava Holtz: *os estabelecimentos que se dedicavam à venda ou à fabricação de gêneros alimentícios, também realizou uma vistoria nos bares e restaurantes localizados na zona de meretrício.*<sup>69</sup>

Espaços de sociabilidade dentro da zona de meretrício eram frequentados pelas mais variadas classes sociais da cidade de Assis, percebia-se isso ao nos depararmos com as profissões retiradas dos processos-crime como advogados, bancários, representantes comerciais, políticos, entre outras. Como as diferenças físicas não podiam fazer distinção junto a sua posição social, o trato com elas acabava sendo igual às classes mais baixas, uma vez que:

O maior problema para a polícia, quando de suas batidas no meretrício, estava quando da abordagem nas ruas. Muitas vezes nas costumeiras revistas, ao invés de malandros, vagabundos ou cáftens, os policiais acabavam abordando advogados, médicos, jornalistas e até mesmo juízes.<sup>70</sup>

A violência da polícia de costumes foi relatada na passagem de Fogaza, na qual observamos através das análises de diferentes historiadores a afirmação, justificção e anomalias quanto a sua execução.

#### 1.4 OLHOS PERMISSIVOS E VIGILANTES

Observamos ao longo do capítulo diversas questões levantadas quanto à prostituição e à zona de meretrício se formando e construindo ao longo da sociedade através da polícia de costumes e do discurso médico. Todo ocorrido não era possível se não existisse o aval do Estado a essas ações. A mão do Estado vinha oficializá-las através da legislação e de todas as práticas jurídicas.

As práticas jurídicas, como Foucault mostrou, teriam o seguinte papel de serem jogados por seus erros que cometiam:

---

<sup>69</sup> Idem. Pg.210.

<sup>70</sup> Idem.Pg. 98.

As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas.<sup>71</sup>

Através dessas práticas jurídicas é interessante perceber por que o Estado permite a existência desses locais e a prática da prostituição justificando como um “mal necessário” de toda a sociedade, como uma válvula de escape dos problemas sociais cotidianos e resguardando as moças de família.

Entretanto não se podia ficar somente com a impressão dessa “falsa liberdade” do Estado sobre eles, pois se isso ocorresse, também havia um preço alto a se pagar. A mesma visão que permitia a prostituição observava esses ambientes como esgotos da sociedade e lugares a serem vigiados e controlados. Para conter esse problema, as autoridades buscavam regulamentar esses meios com leis que tinham um caráter moral principalmente sobre a sexualidade, como mostra Holtz:

As práticas, os personagens e os territórios marginais, principalmente aqueles ligados ao mundo da prostituição, formam os principais alvos a serem, por tal legislação, atingidos e controlados. Tratou-se na verdade de disciplinar a sexualidade. A legislação, ao generalizar a advertência a diversos tipos de estabelecimentos buscou “camuflar” a repressão às casas, pensões e bares considerados suspeitos.<sup>72</sup>

Essa legislação de caráter moral vinha com a intenção de dar livres poderes à polícia de costumes e à medicina social. Porém, sofria muito com os equívocos ocorridos dentro dela própria. Mesmo sendo uma prática considerada ilícita, na questão jurídica não era vista como uma atividade ilegal. Desde o Código Penal de 1890, a legislação penal buscou punir o lenocínio, que constitui a reclusão daqueles que se beneficiam da prostituição alheia. Em 1915, ocorreu uma tentativa de coibir o chamado tráfico de mulheres, ligado diretamente à onda de imigração que ocorreu no país, trazendo o artigo 278 com uma punição direta àqueles que tiravam proveito da prostituição.

<sup>71</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: NAU, 2005, pg. 11.

<sup>72</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 37.

Depois de uma alteração nas leis e em seu nome o novo Código Penal passava a se chamar Consolidação das Leis Penais, reafirmando os artigos sobre prostituição. Somente na década de 1940, com a vigência do novo Código Penal foi que as leis se tornam mais específicas, como mostrava Holtz ao analisar o Código Penal:

No novo Código, delitos relacionados à prostituição passaram a ter “status” de capítulo, ficando subdividido em cinco artigos, a saber: Art. 277: Mediação para servir à lascívia de outrem; Art. 228: Favorecimento da prostituição; Art.229: Casa de Prostituição; Art. 230: Rufianismo e Art. 231: Tráfico de Mulheres.<sup>73</sup>

Mesmo com essas leis, a prostituição em si não era considerada crime, fato esse que ocasionava um desgaste entre a polícia de costumes e as autoridades, afim de tentar modificar essa questão, a polícia se resguardava no art. 59 da Lei de Contravenções Penais, a qual referia diretamente ao crime de vadiagem:

Para muitos policiais e delegados, o poder judiciário, em muitos casos, acaba protegendo os infratores sociais que tanto trabalho lhes dera para prender e tirar de circulação. Entre os policiais é de uso corrente a expressão “a polícia prende e o judiciário manda soltar”, numa referência crítica e direta ao poder judiciário, enquanto instituição que atrapalha o processo de limpeza social executado pela Polícia.<sup>74</sup>

Para as autoridades o que importava era que cumprisse a legislação através da regulamentação da prostituição, do cadastro junto às casas de tolerância e da cobrança dos impostos, como podemos perceber em dois processos. O primeiro referente ao ano de 1961, no qual o juiz discorreu alegando não ter nenhum problema, já que *não menos provado ficou, porém, que a “zona” dessa cidade, construída por dezenas de casas, é amplamente policiada e fiscalizada, com recolhimento de impostos inclusive.*<sup>75</sup> Noutro relato, o juiz afirmava a legalidade do meretrício na cidade referente ao pagamento dos impostos, dizendo: *o meretrício está como que oficializado nesta cidade, possuindo confinamento próprio, fiscalização e vigilância policial, inclusive pagamento de impostos.*<sup>76</sup>

<sup>73</sup> HOLTZ , Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, EDUEL,2005. Pg.135.

<sup>74</sup> Idem.Pg.156.

<sup>75</sup> Processo Crime [IP49 – 614/628] – 1961.

<sup>76</sup> Processo Crime [IP51 – 507/522] – 19.62.

As autoridades, dessa forma, buscavam tentar interagir com as mudanças de pensamento da época, economia e política tentando ser coerentes e firmes com suas ações, principalmente em temas como sexualidade, prostituição e comportamento feminino,

[...] mesmo reprimindo os comportamentos femininos e buscando perpetuar a representação de mulher honesta, virgem e recatada, os discursos dos membros do Poder Judiciário demonstraram que o país passava por mudanças relacionadas aos costumes e que as práticas femininas, longe de apresentarem a homogeneização desejada, se contrapunham cada vez mais às imposições tradicionais.<sup>77</sup>

Atores desse palco, juízes e advogados compunham a trama jurídica. Os juízes como lembra Bessa tinham um caráter complicado, pois tinham que agir conforme a norma, a moral e a legislação:

Os juízes costumam alegar, como justificativa da condenação do acusado, a necessidade de proteger as moças “desonradas” para que não caiam no vício da prostituição. E, por outro lado, justificam a absolvição como forma de beneficiar homens sérios e trabalhadores das armadilhas preparadas por mulheres espertas, que vivem do “comércio carnal”.<sup>78</sup>

Observava a tendência de tratar com desconfiança uma suspeita de casa de meretrício:

[...] Diante dessa situação de aparente legalidade, de funcionamento aberto dos prostíbulos, de confinamento, injusta seria a condenação. Força é concluir que a acusada não procedeu com a consciência de estar praticando um crime. Mude-se o rotineiro, coíba-se, generalizadamente, o que por ai vai ao desenvolvimento da prostituição, de sua facilitação em cada vela, povoado ou cidade, extirpe-se as chamadas zonas, desarro-lhe a polícia a sua função precípria coibindo toda e qualquer forma de exploração e facilitação do meretrício, e então a se poderá pretender dolo na conduta das donas de bordéis nas condições da acusada dos autos[...] Se a pensão mantendo pela ré nada tem de clandestina, pois funcionava abertamente, ante os olhos permissivos e vigilantes dos órgãos policiais, tais circunstâncias criaram para ela um erro de fato completamente justificado.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)*. (Dissertação de Mestrado). Unesp, Assis, 2009. Pg. 172.

<sup>78</sup> BESSA, Karla Adriana Martins. *Jogos de Sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas (Uberlândia, 1950-1970)*. Dissertação IFCH, Unicamp, 1994. Pg. 134.

<sup>79</sup> Processo Crime [IP49 – 614/628] - 1961.

Já os advogados lutavam pelos seus clientes analisando a legislação e a moralidade de seus participantes, agindo para beneficiar seu cliente. Era da sua praxe também trabalhar os discursos de todo o processo a fim de criar uma tese para obter sua vitória. Holtz destacava a relação dos advogados e crimes realizados na zona de meretrício e com prostitutas:

Para o advogado, o simples fato de o delito ter ocorrido na zona de meretrício, o transformava em um episódio banal, portanto irrelevante. Justificava-se, dessa forma, a violência como sendo um elemento intrínseco no cotidiano da chamada zona, identificado como um espaço marginal e deteriorado da cidade.<sup>80</sup>

No processo do ano de 1943, percebe-se esse discurso do advogado ao questionar a localidade do crime, o papel da cafetina e a obrigação das autoridades em proteger as mulheres:

O local da cena devia ser tomado em consideração, como fora da boa sociedade, chamado mesmo de casa de tolerância, embora seja a prostituição uma instituição policiada [...] Que não merece crédito, não só por ser testemunha única, mas também por se tratar de prostituta que não deixa de ser chamada de “caftina”, tanto mais quanto esta, a quem cabe certo policiamento no bordel, não tomou as providências necessárias, deixando, naturalmente porque o acusado estava gastando em bebidas, que a discussão prosseguisse até que a luta resultasse em derramamento de sangue, podendo ter tido conseqüências bem mais graves[...]se alguma coisa resta as decaídas, é que a sociedade lhes assegure a integridade física contra a sanha de machos nesses lugares de sub-moralidade.<sup>81</sup>

Por detrás dos processos-crime, podemos reconstruir a zona de meretrício que era realmente percebida pelas autoridades, como podemos observar nesse trecho do Processo Crime:

Manteve uma casa na zona de meretrício na Vila São Cristóvão. A zona de meretrício contava com 100 outras casas, e o local era bastante fiscalizado pela polícia, sabendo que as donas pagavam impostos municipais para venda de bebidas alcoolizadas.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> HOLTZ , Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg.150.

<sup>81</sup> Processo Crime [IP34 – 144/158] – 1943.

<sup>82</sup> Processo Crime [IP49 – 614/628] – 1961.

Nesse mesmo processo havia uma declaração de um advogado *dizendo que na zona há mais ou menos quarenta casas.*

Entretanto, a vigilância em Assis não surtia um efeito imediato, dando a impressão através de jornais que as autoridades haviam perdido o controle sobre a criminalidade da cidade. A referência direta do aumento da criminalidade junto à zona de meretrício ganhava cada vez mais destaque, uma vez que a mesma começava a se tornar cada vez mais visível com a chegada da energia elétrica e o asfalto.

Holtz mostrou essa relação da prostituição x a criminalidade:

O aumento das atividades ilícitas como a prostituição, a jogatina, os roubos, os assaltos e outras práticas marginais tornaram-se incontroláveis para o poder público. A prostituição, que costumeiramente fora responsabilizada pelo crescimento da marginalidade, enfrentou sucessivos processos de exclusão social e espacial. Referendados por campanhas moralistas, as autoridades locais tentaram, sem sucesso, confinar as práticas ilícitas em locais isolados e distantes daqueles reservados aos cidadãos “honestos”. Porém, esses locais logo foram alcançados pelo crescimento da cidade.<sup>83</sup>

Toda essa perda de controle, as críticas sociais, públicas diretas ou não contribuíram para que as autoridades planejassem e executassem a mudança da zona de meretrício para locais mais distantes dos olhos da cidade. Entretanto, houve outros fatores para a mudança da zona de meretrício de local.

Cipriano, ao analisar a questão da mudança da prostituição na capital paraibana João Pessoa, percebia que estava ligada aos chamados “tempos modernos”, como apresenta: *no início da década de 30, o prefeito pavimentou a rua e retirou as casas de prostituição nela existentes e marcou uma cisão entre os antigos costumes e os “tempos modernos”.*<sup>84</sup>

A questão imobiliária ligada à localização das casas de prostituição e da zona de meretrício junto ao desenvolvimento da cidade teve um papel significativo. Conforme a cidade começou a se desenvolver, ocorria uma reorganização urbana dentro dela, fazendo com que áreas até então sem valor comecem a sofrer com a especulação imobiliária. O aluguel para casas de meretrício tendiam a ser sempre mais elevado por dois motivos. A

<sup>83</sup> HOLTZ , Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, EDUEL,2005.Pg41.

<sup>84</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação de mestrado), IFCH,2002.Pg.46.

crença do grande lucro obtido pela prostituição e a venda das bebidas e a intenção de desocupação do local com os aumentos sucessivos.

Assis não deixava de sofrer também por essas questões, nos relatos dos processos referentes às tentativas de mudança de casas ou da própria zona, percebe-se através da figura do abaixo assinado, utilizado duas vezes para tentativa da mudança devido a influências externas a dos vizinhos da região específica. Simili também expos dois pontos importantes:

A mudança da zona de meretrício em 1956 para o final da Rua J.V. da Cunha e Silva veio marcar o início de dois processos que estão relacionados; outra configuração para a rua, que se transforma no caminho principal que levava às casas de prostituição e a constituição de significado para o novo lugar como de prostituição, mediante o estabelecimento das casas.<sup>85</sup>

Essa mudança referente à Assis teve um caráter muito importante, pois foi sacralizar a zona de meretrício naquilo que ficou conhecido no inconsciente coletivo da cidade como “Lá na curva” referente ao trajeto da rua.

---

<sup>85</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg.77.

## 2 COMISSÁRIOS E SOLDADOS

No dia dez de Outubro de 1943, o Bar do Eugênio se preparava para um baile que ocorreria a noite na Rua Floriano Peixoto, próxima à Catedral da Cidade de Assis. Ferroviários, lavradores e trabalhadores da cidade partiram rumo a tal destino. Por volta de uma hora da manhã um desentendimento entre Francisco Leone, vulgo "*Chico Toreiro*" e alguns praças<sup>86</sup> da cidade agitou essa noite que deveria ser de diversão e alegria.

Chico Toreiro, conhecido por ser um "comissário", ou seja, um inspetor do quartirão foi ao baile apenas para se divertir e com a missão, por ordem do delegado e do dono do cabaré, de policiar o baile e vigiar os soldados.

Durante o baile, os soldados se desentenderam com um rapaz que se encontrava parado na porta dizendo: "*Negro sem vergonha que faz na porta?*", e que se tinha algo de ruim era para *falar na hora*. Chico Toreiro assumiu as dores do rapaz repudiando:  *você não está agindo de acordo, pois ele conhecia o regulamento*.

O soldado questionou Chico o chamando de *puxa saco do sargento, filho da puta e ladrão de cavalo* e pediu que fizessem uma revista nele, pois já *havia revistados todos do baile*, ato este rotineiro na *zona de meretrício*. Chico negou-se e ao pôr a mão na cintura, notado-se uma faca e iniciou-se a briga. A multidão no bar se assustou, e um soldado disparou um projétil para cima, dispersando o povo e causando-lhes temor.

Chico e o soldado duelam e batem na geladeira. Chico caiu sobre as garrafas, começando a sangrar. Enquanto o soldado batia nele, fala *sempre quiz(SIC) matar o puxa-saco do sargento* e continuava a bater. Os soldados arrastaram Chico pela rua, gritando que *querem matar ele*, Chico então escapou e bateu na porta de um morador gritando : *por favor, me ajude, chame o delegado*. Os soldados o pegaram e o arrastaram até a delegacia dizendo que *ali na cidade, não existia autoridade alguma que soltara esse sujeito*.

Na delegacia, os *soldados rasgam-lhe a camisa e tentam colocá-lo nu no porão da delegacia*, apenas são contidos pelo agente que se encontrava no local ao dizer que *dali em diante, Chico estava sob seu poder*.

Somente no dia seguinte, às 7 horas da manhã, depois de apanhar algumas vezes durante noite, Chico Toreiro é solto da delegacia, sob ordem do delegado. Ao sair da prisão, um soldado o intimou dizendo: "*é melhor você mudar do Estado de São Paulo, porque se continuar aqui irá acordar com tiro na cabeça.*"

---

<sup>86</sup> Termo utilizado para designar representantes militares.

Chico enfatizou que *sempre foi uma pessoa boa e que ajudou muitas vezes fazendo o policiamento, como inspetor do quarteirão*. Ensinou que o motivo dos soldados terem feito isso é *por serem novos na cidade e terem inveja dele*. Várias pessoas declaram isso em seus depoimentos sempre enfatizando que *Chico era uma boa pessoa*. Outro lado da moeda declara que *Chico por ter costas quentes às vezes abusava de seus poderes e fazia algazarra pela rua*.

Esse relato narrado acima faz parte de um processo criminal que traz os discursos da população nas vias de fato dentro do organismo institucional que é o sistema judiciário. O que deve ser levado em conta nessa pequena passagem são discursos que vão nos ajudar a construir algumas características ocultas nos atos, falas e locais constituídos.<sup>87</sup>

## 2.1 QUER BAILAR COMIGO?

O baile narrado mostra uma atividade destinada ao lazer dentro do cotidiano da sociedade assisense e de vários outros lugares destinado ao lazer. Locais de socialização para descontração, ou como o próprio Chico dizia *para se divertir*, eram referências diretas para população e principalmente para a classe operária.

Dentro do processo, através de depoimentos dos participantes e vê-se uma grande variação de profissões entre as pessoas que ali faziam suas horas de lazer noturno.

*Comerciantes, ferroviários, lavradores, chauferes, soldados, comissários mecânicos*<sup>88</sup> eram alguns dos participantes dessa noite, mostrando um ponto de encontro e interação de diversos grupos sociais que constituíam a sociedade Assisense da época.

Esse ponto de interação noturno poderia ocorrer em três ocasiões, durante as festas religiosas, festas oficiais e eventos festivos dentro da zona de meretrício.

A primeira era ligada à festas oficiais da cidade, como o próprio aniversário da cidade, onde o meio oficial se interagiu com toda sociedade, ou seja, *outros motivos para a realização destes bailes se situam em outras datas comemorativas do calendário coletivo*.<sup>89</sup> A segunda ocasião poderia ser em festividades religiosas ligadas ao padroeiro da cidade, no caso de Assis, *São Francisco de Assis*, ou festa de *Corpus Cristis*, *Festa Junina* ou *procissões*<sup>90</sup>,

<sup>87</sup> Processo Crime [IP253] - 1943

<sup>88</sup> Processo Crime [IP253] - 1943

<sup>89</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da "Casa da Antonieta"*. (Dissertação de Mestrado) – UNESP Assis, Ano 1995. pg158.

<sup>90</sup> Pe. José Carlos D'Angelo e Ivan A. Manoel. *Diocese de Assis: Notas Históricas e Pastorais*.

traço muito forte na sociedade devido à força impregnada da religião católica na cidade pela Diocese de Assis.

A Diocese de Assis foi criada na região a fim de resolver

o problema maior que são as populações do Oeste paulista que se achavam dispersas em uma região ainda pioneira, a última fronteira agrícola a ser ultrapassada em São Paulo, onde os meios de comunicação e transporte eram precários, quando existentes. Essa situação apresentava uma grave dificuldade para a Igreja na dispersão dos serviços religiosos.<sup>91</sup>

Junto com ela foram criados outros mecanismos que garantiam a continuação do pensamento católico como: Seminário Menor, Seminário Maior, Colégios Masculinos e Femininos para a educação da juventude leiga, ligas e associações católicas, o jornal diocesano ou paroquial e festividades religiosas.<sup>92</sup>

O terceiro ponto de interação noturno ocorria na zona de meretrício. Bares, casas de rendez-vous, bordéis, pensões e cabarés<sup>93</sup> eram os principais pontos de encontro da cidade. Adler percebeu que: esses locais são lugares de encontros, um centro de sociabilidade, o único estabelecimento que fica aberto até tarde da noite.<sup>94</sup>

O Bar do Eugênio, localizado na Rua Floriano Peixoto, então zona de meretrício, era conhecido por ser um dos cabarés da cidade.<sup>95</sup> Nele ocorriam os famosos bailes que movimentavam a noite assisense. Esperados como uma forma de diversão e distração, os bailes são lembrados com este caráter de serem usados pelas casas para oferecer outra forma de diversão.<sup>96</sup> Uma referência velada a esse tipo de crime.

Um motivo pelo qual faziam os bailes dentro da zona de meretrício era para tentar suavizar a rispidez do cotidiano da população que vivia afastada da capital e a falta de outro tipo de diversão na cidade, tanto para jovens, como para autoridades e para as meretrizes que tentavam recriar modos de fantasiar sua realidade e a de seus clientes.

Colocavam seus melhores vestidos e aproveitavam a noite como se fosse a última. Dependendo do baile, a dona da casa poderia liberá-las para irem até outros recintos, como forma de exposição e simpatia entre as casas de tolerância. Os bailes eram movidos a

<sup>91</sup> Idem.Pg.15.

<sup>92</sup> Idem Pg.14.

<sup>93</sup> Informação retirada dos processos criminais e de SIMILI,Ivana Guilherme.*Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*.(Dissertação de Mestrado) – UNESP Assis, Ano 1995.

<sup>94</sup> ADLER,Lauren.*Os Bordes Franceses*.SP:Cia das Letras,1991.pg. 62

<sup>95</sup> Processo Crime [IP253] - 1943

<sup>96</sup> SIMILI,Ivana Guilherme.*Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*.(Dissertação de Mestrado) – UNESP Assis, Ano 1995.pg155.

música, álcool e dança, uma combinação explosiva como retratada na passagem de Chico Toureiro. Essa atmosfera era criada para a diversão dos agentes que ali participavam e uma forma de gastar a energia acumulada no cotidiano, evitando, assim, danos maiores.

A maior atração do baile era a música. A música conduzia a cadência da noite, podendo variar entre momentos de agitação, com romance e até mesmo tensão.

Qual seria então a música tocada nesses bailes?

Não havia uma música específica, tinham de tudo, desde samba, músicas românticas, boleros, rock, tango, valsa,<sup>97</sup> ou seja, não havia uma sonoridade específica dentro do baile, o objetivo principal era tentar agradar todos que ali participavam, pois uns gostavam daquelas músicas sentimentais, outros boleros, outros já gostavam daqueles sambas como aqueles do Mandarim<sup>98 99</sup>.

A zona de meretrício de Assis foi uma das três mais famosas do Estado, competindo com os meretrícios de Presidente Prudente e Bauru<sup>100</sup> pelo título de “a mais importante do Oeste Paulista”. Uma das formas de demonstrar sua importância era pelas personalidades que ali frequentavam e quando vinham à cidade para fazer apresentações artísticas. Dentre os artistas famosos tem-se Noite Ilustrada, Agostinho dos Santos, Orlando Silva, Izaurinha Garcia e muitos outros artistas famosos da década de 1950.<sup>101</sup>

Entre as personalidades, a que mais se destaca na memória da zona é a figura de Jorge Amado hospedando-se na famosa casa de Antonieta. Jorge Amado tinha um amigo que residia na cidade e algumas vezes teria vindo visitá-lo e que, ao conhecer Antonieta, usou desse contato para escrever um livro, cujo o título expressaria o relacionamento<sup>102</sup>. Sendo assim, Antonieta seria a musa do livro *Tieta*. Essa memória nunca fora confirmada por Amado, mas a sua presença na cidade é verdadeira o que fez com que essa ideia de que *Tieta* fosse a mesma Antonieta de Assis atraísse mais clientes a sua casa e fosse um fator a diferenciar a zona de meretrício de Assis das outras do interior paulista.

Tendo a música e seus cantores, os dois principais agentes de um baile, falta desvendar a interação dessas pessoas atrás do principal chamativo de um baile: a dança.

A dança era o ato mais esperado na noite. Era o momento de maior interação entre os agentes, tendo assim a possibilidade de exibir suas habilidades artísticas,

<sup>97</sup> Idem.Pg154.

<sup>98</sup> Estilo musical referente a casa de show localizada na cidade de São Paulo com o mesmo nome.

<sup>99</sup> Idem. Pg. 154.

<sup>100</sup> SIMILI,Ivana Guilherme.*Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*.(Dissertação de Mestrado) – UNESP Assis, Ano 1995 e dos processos crimes.Pg. 64-65.

<sup>101</sup> Idem.Pg. 65.

<sup>102</sup> Idem.Pg.9.

como também concretizar flertes. A dança consistiria em fazer do corpo um instrumento plástico para exprimir as emoções mais profundas da alma.<sup>103</sup>

Já no caso dos flertes, esses que eram os mais temidos por pais e motivos de brigas dentro das famílias, tentando impor limites às suas filhas para não ficarem mal vistas na sociedade<sup>104</sup>, e, perder a chance de terem bons pretendentes. A dança moderna se apresentava como uma prática imoral e perversão moral.<sup>105</sup> Nesse sentido, a dança era um perigo, por sua possibilidade de expansão da sensualidade feminina, para outros, ao contrário, era somente uma “liberdade de expressão” que dignificava a alma humana.<sup>106</sup>

Tendo todo tipo de música dentro do salão, os seus ritmos também eram os mais variados possíveis. Músicas românticas, boleros, valsas, eram as músicas que os homens gostavam de dançar.<sup>107</sup> Entretanto, nem todos viam esses bailes com bons olhos, como forma simples de diversão e interação social. As autoridades entendiam esses bailes como fontes de perigo social e de desvio para a juventude.

## 2.2 PASSOS CONTADOS

Os passos dentro do salão do baile muitas vezes são planejados, mas quase nunca executados. A cadência da música, a cadência do parceiro leva a outro caminho e outro final para o ato. Nem tudo pode se planejar e esperar dentro do salão. Talvez seja essa a questão que, tanto as autoridades quanto os familiares, tanto temiam nos bailes na zona de meretrício. *De dentro da casa partem gritos alegres, sons de música, e fluídos de álcool [...] O homem é engolido pela engrenagem sexual fantasiosa e social do bordel.*<sup>108</sup>

Walter Benjamin lembra isso, dizendo que *quem sai em busca de passatempo, procura o prazer.*<sup>109</sup> Essa engrenagem sexual fantasiosa poderia mostrar uma parte desse homem que a sociedade não gostaria de conhecer. Um homem não contido, livre de pensamentos e atitudes que não se limitavam à sonoridade. Esse excesso de liberdade era o

<sup>103</sup> CIRPRIANO, Maria do Socorro. *A Adúltera no território da Infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Unicamp. (Dissertação de Mestrado)-2002.

<sup>104</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: EDUNESP, 1998. Observar a questão do espaço feminino dentro da sociedade. Os limites permitidos e banidos.

<sup>105</sup> CIRPRIANO, Maria do Socorro. *A Adúltera no território da Infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Unicamp. (Dissertação de Mestrado)-2002. Pg. 64.

<sup>106</sup> Idem. Pg. 65.

<sup>107</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de Mestrado) – UNESP Assis, Ano 1995 e dos processos crimes. pg. 153

<sup>108</sup> ADLER, Lauren. *Os Bordes Franceses*. SP: Cia das Letras, 1991. pg. 45.

<sup>109</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. SP: Brasiliense, 1989. Pg. 55.

grande perigo daquilo que poderia vir acontecer, era um dos motivos da vigilância sob essas áreas que tinham como única função o prazer.

Espinheira destaca esse fato sobre a função do bordel:

Os bordéis são exemplos de organizações comerciais que propiciam divertimento e lazer e promovem a associação entre o cliente e a prostituta, desempenhando um papel significativo que tende a aumentar a voluntariedade e espontaneidade dessas relações transitórias, minimizando o caráter de compra e venda, além de estabelecer outra ordem de consumos: bebidas, fumos e alimentos. [...] Esse sistema de prostituição está ligado à indústria de diversões, principalmente a que anima a vida noturna na cidade.<sup>110</sup>

Ou seja, esse prazer precisava ser contido e controlado. Entretanto, como fazer para conter a cadência de uma música? Como controlar o ritmo da dança? E como fazer com que esse homem não seja engolido pelas fantasias da zona de meretrício? Todas essas questões serão repassadas, mostrando as origens desse controle e como ele agia dentro da zona de meretrício como algo produtor e não repressor.

Dentro dos depoimentos das testemunhas, muitas vezes confrontam-se com a questão do policiamento. O soldado Agenor enfatiza no seu depoimento: *estávamos ali para fazer o policiamento*. Já o soldado Renato destaca *que havia sido destacado para policiar aquele baile, que seria no Bar do Eugênio na zona de meretrício*.<sup>111</sup>

Esses dois discursos deixam evidentes que as autoridades viam com maus olhos a zona de meretrício. A necessidade da vigilância dentro de um simples baile demonstra o perigo que esse evento e seus agentes representavam para a sociedade. Entretanto, existe um pequeno problema temporal-espacial.

Comparando-se a data do processo com o local onde se encontrava o *Bar do Eugênio* e a *zona de meretrício*, nota-se que a localidade sendo a *Rua Floriano Peixoto* que faz parte do centro da cidade e de seu marco zero, fica difícil diferenciar o centro da zona de meretrício. A localização do Bar na região central revela sinais de não adequação dos limites da população junto ao território como um todo, ou melhor, expõe um início do zoneamento da cidade e os problemas que a proximidade pode trazer. Todas essas questões não inibem a vigilância e a tentativa de controle sobre essa *zona de meretrício* inicial.

<sup>110</sup> ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e Prostituição. Uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. BA: Tempo Brasileiro, 1984. Pg. 52.

<sup>111</sup> Processo Crime [IP253] - 1943

Como expõe Rago, *as casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pelas administrações e pelas autoridades sanitárias.*<sup>112</sup> Desse modo, percebemos o motivo do policiamento dos soldados no baile, seriam a vigilância e controle para evitar qualquer anomalia durante o decorrer da noite.

A fim de controlar essa localidade, mostra Rago:

A politização do cotidiano, que se tornou possível através da crítica do poder jurídico e da nova noção de poder disciplinar, resultou numa ampliação enorme dos campos tematizados pelo historiador: a arquitetura do poder, a constituição da cidade disciplinar, os projetos de ordenação do social, a normatização dos corpos pelo poder médico, pelo poder jurídico e policial [...] são temas discutidos não a partir dos campos ideológicos em que se inscreveriam, mas a partir das próprias figuras que formam e dos esquadrinhamentos sociais e individuais que operam.<sup>113</sup>

O artigo de Rago expõe que a politização do cotidiano era algo muito bem pensado e estabelecido através dos seus saberes, tanto jurídicos, estabelecendo leis e punições, quanto médicos, buscando evitar surtos de epidemia e violências em excesso. De que forma isso aconteceria? Quais os mecanismos necessários para sua criação, manutenção e permanência?

Como mostra Rago, essa preocupação se origina por uma série de fatores:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas demográficas, na cidade moderna – diz um contemporâneo saudosista – os vizinhos já não se conhecem, não se pode confiar em quem está do lado, os sentimentos se tornam mais superficiais, os antigos laços de solidariedade se rompem, a vida já não é como antes.<sup>114</sup>

Rago ainda destaca que essa preocupação está sustentada num projeto de integração dos valores burgueses:

<sup>112</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil 1890-1930. SP:Paz e Terra,2007.Pg. 92.

<sup>113</sup> RAGO,Margareth.*Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*.Pg. 49

<sup>114</sup> RAGO,Margareth.*Do Cabaré ao Lar.A Utopia da Cidade Disciplinar*.Brasil 1890-1930.SP:Paz e Terra,2007.Pg 12.

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de “bárbaros” justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais.<sup>115</sup>

Esses valores eram sustentados através daquilo que Valverde chamou de duas conjunturas históricas que atravessaram as disciplinas, exigindo respostas: explosão demográfica que era preciso fixar e, crescimento do aparelho produtivo que era preciso tornar rentável.<sup>116</sup> Em Assis, esses dois fatores deram sustentação das atitudes ligadas à disciplinarização.

As respostas para essa teoria da sociedade disciplinar são encontradas ao se observar a questão dos poderes e micro-poderes dentro da sociedade assisense. Para sustentação, a perspectiva foucaultiana permite uma leitura do poder disciplinar, das formas de disciplinarização do social, no momento mesmo em que este processo se encerra, como ele próprio observa, desmistificando o progresso, a ciência e a neutralidade da técnica.<sup>117</sup>

Machado mostra um problema na formulação foucaultiana de poder,

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mais unicamente formas jurídicas díspares, heterogêneas, em constante transformação “<sup>118</sup>

Então, como entender o poder para Foucault?

Segundo Pogrebinschi, o poder buscaria ultrapassar as normas do Direito,

O poder é analisado por Foucault em suas formas e em suas instituições mais locais [...] Seu desejo é o de ir para além das regras de Direito que organizam e delimitam o poder: é atrás delas que estão as técnicas, os instrumentos e até mesmo as instituições que Foucault quer trabalhar.<sup>119</sup>

<sup>115</sup> Idem pg12.

<sup>116</sup> VALVERDE, João Batista. *Funcionamento do Poder e Dispositivo Disciplinar em Foucault*. <http://74.125.113.132/search?q=cache:k5Lp84Vj1sYJ:www.geocities.com/lfgaribaldi/Down/JValverde03.doc+Funcionamento+do+Poder+e+Dispositivo+Disciplinar+em+Foucault&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

<sup>117</sup> RAGO, Margareth. *Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*. Pg 51

<sup>118</sup> Machado, Roberto, "Introdução. Por uma genealogia do poder" in (Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. pg. X

<sup>119</sup> Pogrebinschi, Thamy. *Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder*. pg182

O seu conceito ultrapassa a noção de Estado e tenta buscar os pequenos detalhes, as micro-partes que vão formar o cotidiano da sociedade. Desse modo, seu questionamento estava localizado entre a verdade e o direito. Foucault buscou

Estudar o modo pelo qual o poder se exerce, o "como o poder", conforme ele mesmo explica em outras palavras, isto equivale a compreender os mecanismos do poder banalizados entre os limites impostos de um lado pelo Direito, com suas regras formais delimitadoras, e de outro pela verdade, cujos efeitos produzem, conduzem e reconduzem novamente ao poder.<sup>120</sup>

O poder para Foucault está centralizado nos mecanismos, nas regras e na sua produção. Ele parte de um ponto de vista contrário do pensamento criado pelo poder de repressão e de proibição incentivando a produção e transmissão. Isso foi demonstrado em *Vigiar e Punir*:

Esse poder (...) não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que "não têm"; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma feral da lei e do governo, que se há continuidade (..) não há nem homologia, mas especificidade de mecanismo e mobilidade<sup>121</sup>

Dessa forma, o poder não limitava o indivíduo constituinte, mas sim o constituía, o transformava em algo para atingir suas finalidades. Assim, *não se aplica aos indivíduos, passa por eles*<sup>122</sup>. O indivíduo adquire a característica de *um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui*.<sup>123</sup>

Analisando a narrativa exposta acima, o poder consegue ser identificado nos indivíduos ali presentes, mostrando que ele não se limita apenas a uma pessoa, *soldado* ou *comissário*, ele assim se transmite entre as vias legais e se torna algo muito próximo à normalidade da sociedade que o cerca e produz cada vez mais sinais dos seus objetivos de

---

<sup>120</sup> Idem. Pg. 185.

<sup>121</sup> FOUCAULT, *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977. pg. 29

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pg. 183/184

<sup>123</sup> Idem. pg. 183/184.

uma forma positiva. Qualquer um pode ser o portador do poder, o indivíduo só tem que conhecer seus saberes e suas verdades para atuar junto a ele.

Foucault explica isso comparando o *poder* a uma *máquina*, afirmando que:

O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual.<sup>124</sup>

O poder circulava entre as pessoas e só funcionava realmente se existir em redes, o processo é uma prova disso. Chico e os soldados são a pura transmissão, só lutando pela oficialidade desse poder para si. Tentar saber qual é o verdadeiro é complicado, porque por mais que Chico seja preso, no outro dia com a chegada do delegado ele é liberado e fica livre de qualquer acusação, retirando assim qualquer poder dos soldados sobre ele. Por mais que seja ameaçado, Chico no outro dia ainda era o comissário e os soldados, apenas soldados. Assim, o *poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que é o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza*<sup>125</sup>.

Tudo isso indica que o poder não tem um caráter de repressão e sim de produção, ou seja, o poder transmite e reproduz verdades que as limita e reprime. Valverde mostra isso ao perceber que

A produtividade do poder afasta a hipótese repressiva: a noção de produtividade, imanente ao conceito de poder foucaultiano, torna a noção diretamente em uma percepção negativa do poder; fato esse que Foucault, como já sabemos, quer a todo custo evitar. Acrescente-se a isso o fato de que a idéia de repressão também se associa a uma abordagem repressão, o poder é compreendido como uma norma e, mais do que isso, como uma norma proibitiva, ou seja, que diz não – que só viria, por sua vez, reforçar o caráter negativo do poder que Foucault quer justamente evitar.<sup>126</sup>

<sup>124</sup> Idem .pg. 219.

<sup>125</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pg. 220.

<sup>126</sup> VALVERDE, João Batista. *Funcionamento do Poder e Dispositivo Disciplinar em Foucault*. <http://74.125.113.132/search?q=cache:k5Lp84Vj1sYJ:www.geocities.com/lfgaribaldi/Down/JValverde03.doc+Funcionamento+do+Poder+e+Dispositivo+Disciplinar+em+Foucault&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

Essa produção e transmissão exposta na figura do *soldado* e de *Chico* era sintetizada na idéia de vigilância que esse poder gera. Essa vigilância vem com um peso de *salvadora* da sociedade como mostra Foucault: *O esforço de toda a comunidade para a “salvação” se torna um concurso coletivo e permanente dos indivíduos que se classificam uns em relação aos outros.*<sup>127</sup>

Dessa forma, a *vigilância* começa a buscar uma característica de normalidade e não de diferenciação através de um caráter pedagógico.

A vigilância se torna específica ao mesmo tempo em que começa a se torna parte da relação pedagógica, aumentando-lhe a eficiência. A vigilância hierarquizada, contínua e funcional institui novas mecânicas de poder e, graças a essa vigilância, a disciplina pode funcionar como um sistema, como uma máquina.<sup>128</sup>

Essa vigilância acaba se centrando não apenas sobre o indivíduo em si, mas principalmente sobre o seu corpo como foi exposto no processo.

Foucault mostrou como a *disciplina* buscava formar corpos dóceis, *a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis.*<sup>129</sup> Como mostra Hunt, Foucault se mostrou um grande pensador nessa questão do corpo,

o corpo do texto de Foucault raramente foi apreendido como aquilo que de fato é: um modelo alternativo para a escrita da história da cultura, um modelo que incorpora uma crítica fundamental da análise marxista e dos Annales, bem como da própria história social.<sup>130</sup>

Todo esse cuidado sobre o corpo era destacado na relação entre a disciplina e do poder: A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados corpos dóceis [...] Em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações ou obrigações.<sup>131</sup> Ficando clara a relação entre Chico e os outros agentes do poder da cidade.

<sup>127</sup> Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.pg. 146.

<sup>128</sup> VALVERDE, João Batista. *Funcionamento do Poder e Dispositivo Disciplinar em Foucault*. <http://74.125.113.132/search?q=cache:k5Lp84Vj1sYJ:www.geocities.com/lfgaribaldi/Down/JValverde03.doc+Funcionamento+do+Poder+e+Dispositivo+Disciplinar+em+Foucault&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

<sup>129</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.pg. 127.

<sup>130</sup> HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. SP: Martins Fontes, 1995. Pg. 34.

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.pg. 126/127.

Esse poder sobre o indivíduo gera um tipo de poder específico sobre o próprio corpo, o biopoder que age sobre a vida do indivíduo como uma ortopedia social. Esse biopoder não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.<sup>132</sup> Chico é a manifestação da utilização desse biopoder.

Esse poder corporal vai se sustentar junto ao poder disciplinar. Como mostra Aguiar, o poder tem como instrumento a disciplina, e com ela pode chegar a extremos peculiares, de aniquilação da individualidade pela imposição de hábitos que interessam ao poder. Essa relação entre o poder e disciplina acaba se tornando uma relação em que a disciplina se concretiza e passa a compor a base do poder.

Assim cria-se um código disciplinar que ganha força e adentra as pessoas a serem, não somente obedientes, mas defensoras das normas prescritas. Pois, o que há no código é a verdade, logo todos devem seguir. Com isso, forma-se um exército de vigilantes que atua mutuamente, em que todos “naturalmente” cuidam uns dos outros.<sup>133</sup> Isso fica claro no processo analisado em diversos momentos e nas atitudes dos participantes. Da criação desse suposto código disciplinar a história de Chico se articula mostrando uma vigilância sobre vigilância toda ela justificada.

O poder disciplinar classifica a população, adestrando-a para seguir suas verdades pré-estabelecidas, com essa finalidade esse poder aparece muitas vezes mais oculto do que visivelmente aos olhos de quem sofre uma ação direta dele. Em casos necessários esse poder, quando não compreendido, teria caráter de punição, vigiando e punindo quem não o compreende.

Segundo o próprio Foucault, essa sociedade disciplinar teria sua formação em dois fatos contraditórios, a reforma e a reorganização do sistema judiciário e penal:

A formação da sociedade disciplinar pode ser caracterizada pelo aparecimento, no final do século XVIII e início do século XIX, de dois fatos contraditórios, ou melhor, de um fato que tem dois aspectos, dois lados aparentemente contraditórios: a reforma, a reorganização do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e do mundo.<sup>134</sup>

Foucault delimita esse período com esse nome de sociedade disciplinar, pois tem como características o ordenamento dos indivíduos em espaços individualizados,

<sup>132</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. SP: Editora Martins Fontes, 1999. pg. 289.

<sup>133</sup> AGUIAR, Roberto A. R. *Direito e poder e opressão*. SP: Alfa - Omega, 1990. pg. 67.

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: NAU, 2005. Pg. 79.

combinatórios, isolados, competente de desempenhar funções diferentes segundo seus objetivos. Assim as técnicas disciplinares eram trocadas pela técnica de cura e normalização. Exercia como terapêutica do indivíduo e a sentença judicial era inscrita entre os discursos do saber, implicando num baixo grau de requerer do diagrama da disciplina. Essa normalização estava presente dentro dos discursos sobre a prostituição e sobre a zona de meretrício, o que era exposto nos capítulos seguintes.

### 3 CORPOS CINTILANTES

A visibilidade de um corpo dentro da cidade como Paris e São Paulo é quase nula, porém em Assis onde a questão dos espaços comuns são limitados, isso é diferente. A quantidade de pessoas e participantes que por ali passam acabam não se destacando e passando quase sempre despercebidos. Entretanto, existem alguns corpos cintilantes que se diferenciam por tal característica dentro da cidade.

A individualidade agora passa a ser destacada porque esses corpos brilham, e brilham em horários que a única luz que deve se destacar é a luz dos postes a iluminar a cidade das trevas sombrias que percorrem a noite.

Os corpos cintilantes eram encontrados nas meretrizes<sup>135</sup> que frequentavam a zona de meretrício da cidade de Assis, trazendo assim outro brilho à cidade, que muitas vezes, por sua intensidade, tendia a machucar a visão de algumas pessoas que as observam e não conseguiam decifrá-las. O medo e o desconhecimento sobre esses corpos geravam ações sustentadas em discursos religiosos e moralistas que questionavam sua existência cintilante e a de mulheres comuns.

Todas as mulheres deviam ser opacas e brilharem na intensidade pré-determinada pela sociedade, se ultrapassassem esse brilho seriam apagadas para que fossem um exemplo para as outras que buscavam destaque no céu estrelado. O brilho feminino estava ligado diretamente à sua essência. As mulheres eram comparadas às mais belas flores do campo, às mais belas estrelas das constelações celestes e emanam naturalmente a sua energia própria.

A sua intensidade estava ligada a sua pureza, pois como um diamante puro, elas brilhavam com uma intensidade que nenhuma outra coisa poderia alcançar. Porém, se a sua pureza não for verdadeira, elas brilhariam cores que lembrariam o pecado e a destruição de sociedades que a admiraram como deusas e agora poderiam persegui-las como sibilas fato que se deve a construção cristã da sociedade ocidental que submeteu a mulher ao longo da história num patamar inferior ao homem.<sup>136</sup>

Cipriano lembra isso comparando o discurso masculino, o social, do Estado e o religioso:

---

<sup>135</sup> O termo meretriz surge a partir do texto bíblico : Apocalipse: Lição 28 Babilônia: A Grande Meretriz (Apocalipse 17:1-18)

<sup>136</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999

O discurso masculino moralizante do século XX, mesmo inserido num contexto de legitimação do Estado, em detrimento da Igreja, aponta para uma certa continuidade do discurso religioso, ao se apropriar, estrategicamente de metáforas desse universo. Dessa forma, a história da traição, ontologicamente construída a partir de uma temporalidade linear, capitalizada do universo religioso, liga a história de um passado do pecado original à traição perpetuada no presente: Desde que a serpente induziu a Eva a comer a célebre maçã vedada, como que lhe instilou o veneno subtil, de que mais as descendentes de Eva devam usar e abusar.<sup>137</sup>

Se a religião era o limite espiritual sobre o brilho dessas pessoas, a ciência, principalmente a medicina, buscava junto à *technique* e ao empirismo a comprovação exata para esses limites. A medicina evoluía através dos tempos passando por gregos, romanos e atingindo seu auge junto ao apogeu da cidade. Entretanto, essa mesma cidade era o berço de doenças e epidemias, que muitas vezes saíam do controle, ocasionando grandes pandemias.

O medo da cidade surgiu junto com o medo do progresso e as novidades trazidas com ele. Se de um lado havia luz do dia durante a noite e transportes que faziam viagens rápidas, encurtando as distâncias e mudando a relação do homem com o tempo. De outro, havia o medo do contato com pessoas diferentes que poderiam trazer gripes e doenças que até então eram rotineiras, mas que agora matavam de uma forma devastadora.

Buscando controlar essa situação, a medicina, junto com a antropologia criminal<sup>138</sup> tentou buscar os principais agentes que causam essas pandemias, que matam através de doenças físicas e mentais. O controle sobre o corpo era cada vez mais preocupante e o cuidado com ele, mais rigoroso, para que se evite um mal maior às gerações futuras.

Cuidados com o corpo eram transmitidos em escolas, igrejas e assembleias. O corpo higienizado era destacado. O Estado fazia sua parte trazendo na medida do possível o saneamento básico, evitando assim sua parte da culpa nesse problema. A população teve de se enquadrar nessas normas, nem que isso gerasse revoltas como as ocorridas em Paris durante a Belle Époque, nas quais a questão do corpo higienizado, o espaço e o progresso entraram em conflito, ou, na cidade do Rio de Janeiro, durante a Revolta da Vacina, nas quais as tentativas

<sup>137</sup> CIPRIANO, Maria. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX.* (Dissertação de mestrado) :Unicamp:2002.

<sup>138</sup> A antropologia criminal, hoje também denominada biologia criminal, é ciência criminológica que deve seu aparecimento, como conjunto de princípios sistematizados, a Cesare Lombroso. Segundo o famoso médico italiano, há um tipo humano especial, devidamente caracterizado por uma série de traços somato-psíquicos, e que é o “delinqüente nato”. Existem, assim, certos homens naturalmente criminosos, perfeitamente identificáveis por características particulares, a maioria das quais externamente visível.

de erradicar epidemias de Oswaldo Cruz geraram uma verdadeira guerra na capital fluminense.<sup>139</sup>

As camadas mais pobres eram os principais alvos para esse combate. E o palco para o combate, a cidade, estaria sempre preparada para o que acontecesse. O Estado e os médicos destacavam a falta de instrução dessa camada social e a necessidade de sua orientação e cuidado. Surgiram os famosos “pais dos pobres”.<sup>140</sup>

A mulher ganhava destaque nesse cuidado absoluto. O corpo era estudado como um todo e teve um referencial pré-estabelecido, o homem. A força bruta do homem, sua capacidade de liderança, sua integridade eram as diferenças da mulher sensível, frágil e fútil dentro da sociedade.

Estudos brasileiros se centraram nessa ideia destinando-a à mulher prostituída. Magali Engel, na sua dissertação “Meretrizes e Doutores”<sup>141</sup>, destacam a situação da cidade do Rio de Janeiro e todo o cuidado que as autoridades tem sobre esse tema. O discurso médico era estabelecido para resguardar a mulher de todos os males patológicos que ela pode encontrar.

Outra pensadora a discutir o assunto é Margareth Rago, de início, no seu livro “Do Cabaré ao Lar” e depois em “Prazeres da Noite”<sup>142</sup>. No segundo livro é que mostra como pensavam esses cientistas sociais:

Ao mesmo tempo, estes cientistas definiam a mulher normal como alguém que tinha uma necessidade sexual muito baixa do que a do homem, por nela predominar o instinto materno sobre o sexual.[...] Na mulher, domina sobre o instinto sexual, o instinto materno, ou melhor, o apetite sexual decorre do instinto materno, enquanto que, no homem, o instinto paterno tem parte muito pequena no coito, em que aquilo que ele procura é o prazer.<sup>143</sup>

Essa mulher frágil que precisava ser cuidada e monitorada pela sociedade para seu próprio bem, não tem capacidade de controle próprio, decisão de escolhas e

<sup>139</sup> CHALHOUB, Sidney..*Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras, 1996

<sup>140</sup> São estudos como os de Cancelli, 1993; Leiko Tanno, 1996; Castro Gomes e muitos outros autores contemporâneos que nos levam pensar na estrutura da sociedade no período de governo Vargas e do Estado Novo, a abordam como um todo, analisando a política e repressão deste governo e suas implicações e conseqüências no bojo desta sociedade

<sup>141</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*.( Dissertação de mestrado) UFF,1985

<sup>142</sup> Ver RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. RJ: Paz e Terra, 1985 e RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991

<sup>143</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 145.

argumentos definidos, como diziam os sindicatos operários<sup>144</sup>, e também todo perigo, por ser o centro de transmissão de doenças sexualmente transmitidas.

A principal delas é a sífilis. A sífilis teve seu auge na Europa e se espalhou por todo o mundo. Era o grande mal daqueles que frequentavam a boemia e a vida não moralizada. Era a punição de pintores, pensadores e poetas que os levaram ao extremo do seu pensamento, a sua loucura. O mais conhecido a sofrer desse mal foi o poeta francês Charles Baudelaire, que morreu em decorrência dela.

O corpo doente ultrapassava os princípios da religião e da medicina e encontrava o seu purgatório dentro da moralização da sociedade moderna. A sociedade moderna buscava enquadrar sua população para formar o cidadão exemplar, idealizado nos princípios franceses do pós-revolução. Um cidadão que dedique tempo à sua nação seja honesto, operário e leal aos seus ideais.

O corpo feminino era cartografado nesse contexto e se idealizava aquela que emanava o brilho mais puro de dentro da sociedade, a mulher ideal. Tania Swain sintetiza o conflito desse discurso moralizador sobre a mulher, suas formas de resistência e suas transformações em busca da tão desejada mulher ideal, dizendo:

O assujeitamento a esta domesticação promovida pelo social não é incontornável, pois onde há resistência, as transformações se iniciam. E se as resistências foram apagadas do discurso histórico, nem por isso deixaram de existir e suas marcas permanecem para serem expostas. Mas não se pode negar a experiência, os apelos incessantes ao ser mulher, a verdadeira mulher, a esposa e a mãe dedicadas ao lar, ao marido, aos filhos, que supõe uma trabalhadora incansável na cena pública e na domesticidade. Por que, do discurso filosófico ao midiático, repete-se sem cessar a representação da verdadeira mulher? Talvez para não deixar brechas possíveis à subversão.<sup>145</sup>

Os corpos cintilantes eram condenados por diversos discursos, que tentavam de diversas maneiras ofuscá-los. O brilho deveria ser contido e, quando permitido, existiria somente em locais pré-estabelecidos e vistoriados pelas autoridades e aos olhos da sociedade.

Se o corpo já está no centro de todas as discussões sobre transmissão de doenças e sua própria moralidade, imagine-se ele dentro de uma zona de meretrício. Lá o corpo era o destaque absoluto tanto de quem ali estava quanto de quem vinha buscar um

<sup>144</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil 1890-1930. Sp:Paz e Terra,2007.

<sup>145</sup> SWAIN,Tânia.*Mulheres em Ação*.SC:Editora Mulheres,2005.pg.348.

pouco de prazer. Os gestos, as danças, tudo isso tinha contato direto com o corpo fazendo com que não existisse a distância entre os pares e muitas vezes eram vistos como um só.

A busca dessa área tolerada era destacada sob o principal princípio de vigilância. Essa vigilância, como lembra Foucault, era uma armadilha. *“O poder da vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina”*.<sup>146</sup>

Essa máquina era transmitida e permanecia dentro das veias da sociedade. O poder de vigilância com esse caráter produtivo e não repressor, fazia com que não apenas as autoridades fossem vigilantes, mas a população, as próprias meretrizes, as donas de cabarés e os donos de bares.

O maior destaque dessa vigilância se estava na rua. A rua que Benjamin teve como marco das passagens parisienses, mostrando modernidade e desconhecimento por quem passa ao seu lado. O ato de flunar pela rua, vendo traços das cidades e apreciando outra paisagem que não mais a campestre.

Dessa análise, apresenta-se o estudo de caso transcrito dos processos penais da Comarca de Assis, precisamente do ano de 1941, onde a cidade passa por seu período de urbanização e modernização.

### 3.1 A TRANSEUNTE E O OLHAR

A noite seguia alta dentro da zona de meretrício e clientes, amigos revezavam dentro do bordel para não deixasse que o ânimo acabasse. A meretriz Maria Luiz<sup>147</sup>, natural de Tomazina, Estado do Paraná, decidiu comprar um sanduíche no bar próximo ao bordel.

Moradora da região, não temia o horário que já passavam da uma hora da madrugada e dizia conhecer todos que ali moravam. Não temia de maneira alguma os perigos da noite, acostumada ao convívio dos bêbados, malandros e vadios que ali transitavam.

Após dar as primeiras passadas pela rua, Maria foi vista por um policial que veio interrogá-la. O policial perguntou o que ela fazia naquele horário na rua nessa região. Maria disse habitava nessa região e que apenas estava indo ao bar comprar um sanduíche. Ele questionou a intenção de comprar um sanduíche e ela respondeu que somente tinha fome, nada mais.

<sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1994, pg. 157.

<sup>147</sup> Processo Crime [IP31-86/92] – 1941.

O policial insinuava que para um horário desse quem tivesse fome deveria comer em casa e não na rua. Ela argumentou que morava no bordel e que não havia nada para se comer agora lá. Ele duvidou das suas respostas e começou a questioná-la sobre sua profissão e suas intenções na rua.

Ela enfatizou ser uma meretriz, mas que também seria uma moça direita, não estando a fim de procurar confusão. Ironicamente, ele falou que estando nesse horário na rua, ela não deveria estar buscando esse tipo de comida<sup>148</sup>, mas sim outra, deveria estar buscando encontros noturnos. Algo que concretizaria o *trottoir*<sup>149</sup>.

Esse outro tipo de comida que o policial questionava Maria, queria dizer ao *trottoir*, um tipo de prostituição em que a meretriz ficava se expondo na rua em busca de clientes e, quando o encontrava, os dois partiriam para algum local a fim de manter a relação, quase sempre esses locais eram as casas de *rendez-vous*, que alugavam quartos por uma noite, não importando a origem e o estado civil do casal que ali se encontrava.

O *trottoir* era condenado pelas autoridades por que era visto como algo perigoso. Dele poderiam originar roubos, furtos, abusos e até homicídios. Sua proibição também estava ligada à questão da dificuldade em controlá-lo.

Como ressalta Holtz:

Mesmo com a repressão às prostitutas que faziam *trottoir* pelas ruas, a criminalização da prática do lenocínio foi oficializada somente com a entrada em vigor do primeiro Código Penal republicano. Elaborado às pressas, antes da primeira Constituição Federal, o Código Penal de 1890 apresentou em seu título VIII, intitulado Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.<sup>150</sup>

Esse tipo de prostituição, chamado por alguns como clandestina era vista como um grande perigo por que era impossível de ser controlada e vigiada do que as outras formas de prostituição já controladas pelas autoridades. As mesmas não conseguiam fazer o cadastramento das meretrizes e os agentes sanitários não conseguiam fazer o controle de doenças, tornando-se um grande emissor de doenças.

Aos olhos da sociedade o *trottoir* era condenado pela liberdade de transitar por áreas que não eram próprias para isso. A família e as crianças poderiam observar coisas que não eram decentes, podendo ocasionar uma deturpação na vida adulta dessas crianças.

<sup>148</sup> A esse tipo de conotação utilizada corriqueiramente no Brasil o intelectual Roberto da Matta fez um pesquisa que acabou originando no livro. MATTA, Roberto Da. O que faz o Brasil, Brasil? Ed. Rocco, 1997

<sup>149</sup> Trottoir vem do francês passeio ou calçada.

<sup>150</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. PR: EDUEL, 2005. Pg. 133-134.

Outro ponto era o perigo de confundir moças de família com as meretrizes que transitavam pelas ruas. Por mais que a sociedade tentasse manter as mulheres nas suas casas, elas começavam a participar mais do cotidiano da cidade, fato que era muito complicado aos olhos dos mais religiosos ou dos mais conservadores. O processo de Maria Luiz foi criado sob a ação de todos esses discursos que tentavam ofuscar o brilho dessas mulheres.

Após o questionamento do que Maria Luiz buscava na rua nesse horário, ela discutiu com o policial argumentando não haver nenhuma proibição policial para sair à noite e continua insistindo para poder ir comer um sanduíche no bar.

O sargento, indignado pelo questionamento da sua autoridade, começou a chamar Maria Luiz de “vagabunda” e “puta suja”. A discussão se intensificou até o momento em que o sargento começou a bater nela.

Ela tentou fugir, mas acabou sofrendo boa parte dos golpes deferidos. Num momento de descuido do sargento, ela conseguiu fugir e foi se abrigar numa casa na zona de meretrício. A dona da casa, indignada pelo estado em que se encontrava a moça de 21 anos, dizendo que o mesmo poderia ter ocorrido com sua filha não importando a profissão dela, resolveu registrar ocorrência na delegacia. Nesta, Maria Luiz narrou o ocorrido e argumentou sobre o direito de comprar um sanduíche a qualquer hora do dia.

O sargento, nas suas declarações, expôs seu lado da história. Segundo o depoente, a intervenção só ocorreu porque ela era meretriz de rua, que buscava somente o *trottoir* e nada mais. Era sua função social de repreendê-la e devido ao fato de a cadeia se encontrar sem vagas para aquele dia, ele a acompanhou até sua residência, que se encontrava dentro da zona de meretrício.

Para ele Maria Luiz se encontrava muito embriagada, não dizendo “nada com nada” e lhe dirigia aos gritos com palavras de baixo escalão. Num momento em que ele descuidou, ela fugiu dos seus domínios e só foi ter notícias dela quando recebeu a intimação.

Alegava que não havia encostado a mão nela e que os ferimentos deveriam ter sido ocasionados por outra pessoa ou talvez por ela própria, que estava num estado deplorável de alcoolização. O fato de ela ter indiciado ele só remete à questão de vingança por ele ter cumprido seu trabalho de forma correta e decente, diferentes das atitudes dela.

O questionamento da moral da vítima é algo sempre encontrado nos processos criminais. Essa tática procura diminuir sua imagem tentando reduzir as chances de vitória. Passagens como “nesse horário na rua, você não deve estar buscando esse tipo de comida, mas sim outra, deve estar buscando encontros noturnos”, demonstra o papel da

sociedade nos cuidados com a vítima, tornando-a como um indivíduo já corrompido, uma meretriz clandestina, em busca de *trottoir*.

Mulheres decentes, mulheres de família não transitariam pela cidade àquela hora, uma hora da madrugada e também não estariam naquela região, por mais que buscassem encontrar algo para comer. Vale destacar que os estabelecimentos da cidade que funcionariam fora do horário comercial seriam bares localizados na zona de meretrício, como o Bar do Eugênio e o Bar do Alemão, entre tantos outros. A pessoa que frequentasse aquela região estaria em busca dos serviços oferecidos e confusão.

Desse modo, ele reafirma o direito de tratá-la como um indivíduo corrompido chamando-a de puta suja e meretriz, reafirmando o seu direito de lidar com ela dessa maneira, de colocar sobre ela todo o discurso pré-estabelecido que devesse ser utilizado sobre as meretrizes.<sup>151</sup>

Luiz Carlos Soares, no seu livro *Rameiras, ilhoas*<sup>152</sup>, *polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do Século XIX* expõe como as autoridades tratavam as meretrizes quando enquadradas como tais. O discurso médico de transmissoras de doenças e o religioso como destruidoras da família cristã as transformaram em seres a serem cuidados e reprimidos, estabelecidas em zonas pré-determinadas.

Outro ponto a ser destacado é de o sargento alegar o fato de a vítima estar embriagada. Assim, ele buscou enquadrá-la no crime de vadiagem e de mendicância<sup>153</sup>, já que teve dificuldades de enquadrá-la no tão buscado crime de prostituição.

Já o uso da violência contra a vítima, foi justificado por todos os discursos alegados pelo policial, por mais que não assumisse de maneira alguma ser ele o autor das escoriações que mostrariam o abuso de poder contra a vítima, reafirmando que a mesma é uma mulher e essa deve ser protegida, cuidada pelas autoridades e não violentada pelas mesmas.

<sup>151</sup> AGAMBEN, GIORGIO. *Homo Sacer - O Poder Soberano E A Vida Nua O Poder Soberano E A Vida Nua*.MG : UFMG,2002.

<sup>152</sup> E SOARES, L. C. *Rameiras, ilhoas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX*. SP Editora Ática, 1992

<sup>153</sup> Atualmente as contravenções em discussão são inafiançáveis (art. 323, II do Código de Processo Penal) e estão previstas nos artigos 59 e 60 da Lei das Contravenções Penais, conforme reprodução abaixo: Vadiagem "Art. 59 - Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. Parágrafo único - A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena." Mendicância "Art. 60 - Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. Parágrafo único - Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de 18 (dezoito) anos."

Esse excesso prejudicaria a sua imagem de protetor da ordem junto à sociedade assisense, colocando em dúvida a segurança que lhe era confiada. Os corpos cintilantes não brilhavam apenas dentro da zona de meretrício. O estereótipo da meretriz ultrapassava os locais pré-estabelecidos e entrava nas veias da sociedade através dos discursos que se construíram sobre ela ao longo dos tempos. A vigilância desses corpos não se limitava apenas aos olhos das autoridades oficiais e se transmitiam para qualquer indivíduo que se visse com o direito de agente moralizador.

Na noite de quatro de setembro, a briga entre Beneth e Cristina<sup>154</sup>, na praça às sete horas, colocaram em exposição os adjetivos dentro dos nomes próprios.

Beneth e Cristina eram duas moças que já se conheciam, na faixa de 20 a 30 anos de idade, estavam na praça central da cidade de Assis. Beneth estava acompanhada pela colega Francisca e pretendiam ir ao baile que ocorreria no clube da cidade.

Antes do baile, ambas decidiram passar pela praça a fim de encontrar outras conhecidas para acompanhá-las. Na praça, enquanto conversavam com outras pessoas, se depararam com insinuações de Cristina sobre a moral de Beneth.

Cristina estava acompanhada de Maria e ambas iam ao cinema da cidade. Atravessaram a praça porque fazia parte do seu percurso natural ao cinema e também para encontrar com outras amigas. Ao depararem com Beneth, Cristina comentou com a colega que o vestido de Beneth era de puta e Beneth indignada foi tirar satisfação da mesma.

Cristina reafirmou o que tinha dito enfatizando em voz alta que Beneth saía com todos os homens da cidade, se insinuava para os homens casados, principalmente para o seu marido. Beneth ironizou dizendo que ela era puta do seu marido e por isso era mal amada, sendo casada com uma pessoa que não lhe amava, rindo em voz alta. Cristina ofendida disse que pelo menos era casada e que nem isso ela seria em vida, se conformando apenas em ser uma puta alguém que não prestava.

Beneth enfurecida disse que não prestava mesmo e por esse motivo iria lhe sentar a mão na cara. As duas começam brigar, sendo separadas pelas amigas. Cristina decidiu registrar ocorrência de lesão corporal contra Beneth.

No conjunto de testemunhas, apenas Francisca e Maria decidem depor, cada uma defendendo sua amiga. Francisca enfatizava na declaração que ela e Beneth estavam apenas conversando quando a amiga foi difamada por Cristina, questionando sua moral e integridade.

---

<sup>154</sup> Processo Crime [IP37 – 99/110]

Maria alegava que Beneth vinha insultando a amiga havia um longo tempo e que o passado justificava seus atos. Que sabia que Beneth era moça à toa, não prestava, vivia frequentando casa de mulheres e que já a viu ser chamada de prostituta por outras mulheres.

Pequenos detalhes nesses discursos chamam atenção e devem ser apontados.

A praça, destacada por ambas as mulheres era o local de maior sociabilidade dentro da cidade, sendo projetada desde o início das cidades do interior paulista. A praça seria o centro da cidade ou da sua sociabilidade. Em sua volta estariam a prefeitura, escolas, postos policiais, bares e a tão temida zona de meretrício, que, quando não junto à praça, estava a alguns quarteirões de distância

Na praça eram organizadas festas religiosas, como homenagens ao padroeiro da cidade, quermesses e tantas outras atividades religiosas. Para a prefeitura, seria ponto de comícios e o prefeito da cidade ali discursaria para a população no aniversário da cidade. No dia sete de setembro seria o local onde se finalizaria o desfile em comemoração à Independência do Brasil.

No centro da praça havia o coreto, local onde ocorriam apresentações da Banda Municipal, de corais da igreja e grupos musicais para proporcionar momentos de lazer para a comunidade assisense.

À noite, a praça ganhava outros ares, sendo o ponto de encontros de jovens que buscariam encontrar o seu tão esperado par amoroso. O *footing* era a caminhada pela praça em que homens cortejavam as mulheres sentadas nos bancos, procurando uma oportunidade de se aproximarem para se apresentarem através de conhecidos e pleitearem poder acompanhá-las até suas casas.

Ou seja, a praça era o local de encontro de todas as classes da sociedade, tendo uma característica democrática de interação e disponibilidade. Nesse espaço todos eram vistos e essa visibilidade que poderia ser inocente ganhava olhares diferentes dependendo do participante.

Como apontou Maria do Socorro Cipriano:

O “Jardim Público” (praça) e as principais ruas serviam de locais de encontros entre as pessoas de ambos os sexos de diversos níveis sociais. Em seus passeios, em seus trabalhos cotidianos cruzavam-se homens e mulheres de famílias abastadas com a doceira, com o engraxate, com a vendedora de amendoins.<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação de mestrado). Unicamp, 2002. pg. 52.

O cinema é considerado um marco da era moderna, fazendo com que cidades do interior do Brasil sentissem como as grandes capitais mundiais. Através dele a população entrava em contato com tendências mundiais, que deveriam seguir para serem civilizados e modernos, fugiriam assim do estereótipo de viverem no sertão paulista, esquecidos pelo mundo.

O cinema era frequentado por todas as classes sociais, como mostra o relato da meretriz Carmen, que diz: “se quisesse ir ao cinema a gente podia ir.”<sup>156</sup> Esses locais de interação e sociabilidade também eram locais de conflitos, que eclodiriam quando as tensões se elevavam acima do controle.

Por mais que as mulheres fossem proibidas pela sua interação noturna, não havia meios de a sociedade controlar todos os seus passos e a evolução que a luz elétrica e o cinema trouxeram para a vida noturna da cidade, modificando a sua relação.

Mesmo sendo permitidas de frequentarem esses locais, não quer dizer que elas não eram vigiadas e algumas regras deveriam ser seguidas. O *footing* era muito bem elaborado não podendo haver contato corporal, a grande conquista dos pretendentes era poder segurar a mão da moça ao acompanhá-la para sua casa. Isso significaria, aos olhos da sociedade, que ambos estavam compromissados e namorando.

Por ser ponto de encontro da cidade, qualquer passo fora da linha seria fato de fuxico e fofoca levando os pares a serem mal falados pela cidade e ganhando adjetivos pejorativos e não desejados, que pudessem interferir na sua vida social.

O vestuário para esses locais era um fator de análise. Como destacado pelo discurso de Cristina, ao afirmar que o vestido de Beneth era um vestido de puta. Como definir as vestimentas de uma puta?

A imagem social que as meretrizes traziam consigo vinha pré-determinada pelo estereótipo. A sua imagem apresentada por Cipriano:

A mulher desnuda-se e perde o pudor. Os seus vestidos são dignos de uma Salomé. Através da transparência imprudente dos tecidos com que se vestem nítidas e claras as formas harmoniosas (...) empregadas de sensualidade despertam essa violência de instintos originários que subsistem no fundo de todo homem.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP, Assis, 1995.

<sup>157</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação de mestrado). Unicamp, 2002. pg.71. *Corpos Cintilantes: o estudo de caso da relação entre corpo e prostituição através dos processos criminais da cidade de Assis*.

Ou seja, ao passar dos anos, essa ideia foi se transportando para o meio das cidades e atingindo seu auge na Europa, principalmente na França com seus bordéis no século XVIII. A imagem da prostituta francesa ganha ares totalmente diferentes, sendo ela chamada de *madame*<sup>158</sup>.

Essa *madame* era idealizada pela sua vestimenta, pelo seu modo de se portar e agir. Era ela sempre a idealizada, aquelas que os clientes procuravam ao percorrerem os bordéis. Por ser Assis uma cidade de transição tanto por ser uma das rotas para Mato Grosso e Paraná, quanto por ser cruzada por linha ferroviária, o contato com outras regiões e tendências era permanente. A população conseguia seguir as tendências idealizadas em revistas e nos filmes vistos no cinema, adquirindo tais produtos exóticos e caros.

---

<sup>158</sup> O termo *madame* se refere as prostitutas francesas que para o Brasil veio designado como a cafetina, a dona da casa de meretrício, que muitas vezes era como uma mãe para suas meretrizes.

#### 4 CORTINAS ABERTAS

Assis<sup>159</sup> se constitui como a maioria das cidades do interior paulista. Estabelecida como uma doação, em pouco tempo ela se estabeleceu como uma cidade e em seguida se destacou perante as outras se construindo como uma Comarca de região. Essa evolução como cidade e como centro regional foi se estabelecida com a chegada da linha ferroviária, sendo um depósito da companhia também, sede de bispado eclesiástico e por ter sido uma das rotas para o ouro verde, como designavam o café, predominante no norte do Paraná.

A partir dos anos 30, Assis começou a se transformar por essas mudanças e um número significativo de agentes começou a se manifestar dentro das cidades. Pessoas que chegavam com a ferrovia, que vinham para o bispado e também em busca do progresso que a cidade oferecia esperando encontrar novas oportunidades para sua vida.

Todos esses indivíduos se estabeleciam nas mesmas construções da cidade, pertencendo aos mesmos espaços e se encontrando cotidianamente. A cidade começava a apresentar sua cara, para si própria e para os outros. Essa exposição muitas vezes não acabava sendo algo positivo, como mostrou Brescianni, *nem sempre a experiência visual resulta em impressões agradáveis*.<sup>160</sup>

Essas imagens da cidade são o que vão constituí-la por ser uma experiência visual, como mostra Brescianni:

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.<sup>161</sup>

Esses *lugares saturados de significações acumuladas* geravam a imagem real da cidade, criando um conflito entre a cidade real e a cidade desejada. Assis foi alvo

---

<sup>159</sup> Informações retiradas de Marlene Gasque, Priscila David, Ivana Simili e Antonio Prado & Maria Moreli.

<sup>160</sup> BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e Historiografia das cidades, um percurso*. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Pg 236.

<sup>161</sup> Idem pg. 237.

desse discurso para poder sustentar o ideal de *cidade fraternal*<sup>162</sup>, diferente de outras cidades da região que se proclamavam *cidades pioneiras*.<sup>163</sup>

A fim de solucionar esse problema, Assis, como outras cidades colocou em cheque a questão da habitação para seus moradores, principalmente para as classes mais baixas e a chamada *classe operária*, que vinham se fortalecendo através da ferrovia e do setor comercial da cidade.

Vários setores entravam na construção dessas habitações que foi formada de diversos discursos sociais, médicos, morais e principalmente do Estado Novo que estavam se construindo para se fortalecer e reafirmar. Bonduki destacou a construção da habitação social como um problema a ser cuidado pelo Estado:

Nesse sentido, utilizamos o termo habitação social não apenas no sentido corrente, ou seja, habitação produzida e financiada por órgãos estatais destinadas a população de baixa renda, mas num sentido mais amplo, que inclui também regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado, da falta de infraestrutura urbana gerada pelo loteamento privado.<sup>164</sup>

Assim como mostrou Carpinteiro<sup>165</sup>, mais do que um simples abrigo, a habitação apresentava-se, através dos discursos dominantes, como um espaço de formação e moralização, para duas classes que começavam a serem vistas dentro de áreas comuns e próximas a áreas residências da cidade, as classe popular e a classe operária.

Já para a classe operária o discurso mantinha o mesmo tom incluindo alguns traços para construção do operário padrão e assegura-se de que ele não fosse corrompido pelo ambiente que recebe. Uma nova organização habitacional foi buscada:

A forma de organização do espaço habitacional visava, portanto, garantir a permanência junto à unidade produtiva de uma força de trabalho especializada, numa época em que a mecanização da indústria ainda não desqualificara totalmente o saber-fazer profissional.<sup>166</sup>

<sup>162</sup> Termo incorporado pela cidade de Assis.

<sup>163</sup> Conceito incorporado por algumas cidades do interior paulista que fizeram parte da chamada “frente pioneira”

<sup>164</sup> BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. SP: FAPESP, 1994. Pg. 14.

<sup>165</sup> CARPINTEIRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho “habitação econômica” – projetos e discussões* (São Paulo – 1917/1940). Vol. I. Dissertação de mestrado de História, Unicamp, 1990.

<sup>166</sup> Idem. pg 188.

Assis, desse modo, fez parte de um conjunto de cidades modernas que foram alvo desses discursos e pagou um grande tributo por sua *fraternidade e modernidade*, como destacou Carpinteiro, *as semelhanças entre os discursos iam se completando na medida em que, ao lado do caráter moralizador, o problema da moradia popular aparecia inteiramente vinculado ao desenvolvimento das cidades modernas.*<sup>167</sup>

Devido ao pouco *espaço* para um grande número de indivíduos que chegavam à cidade a fim de fazer a vida, Assis também sofreu com os discursos médicos, que buscavam higienizar a cidade e população, para evitar grandes epidemias, para fazer com que aquele *operário* ou *cidadão modelo* não se perca nos males da boemia, com alcoolismo, prostituição e a vida bandida e resguardasse também a moralidade religiosa para que assegurasse a segurança da castidade das filhas da cidade para o santo casamento. Na análise de Bonduki resumiu esses discursos buscando ver:

O nascimento da habitação como uma questão social também significou a formulação de uma nova proposta não apenas de arquitetura e urbanismo, mas também de produção, incorporando os pressupostos do movimento moderno que propunham a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para atender às grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado. Além disso, revela-se nesta produção uma preocupação de se criar um novo modo de vida, mais socializado, na perspectiva de se entender a habitação não apenas como um bem a ser apropriado individualmente, mas como um serviço público.<sup>168</sup>

Ou seja, para ele Assis passou por todos esses processos habitacionais com a criação da Vila Operária entre outros bairros com caráter *operário*, a expulsão dos cidadãos maléficis, como as meretrizes, para bairros mais afastados buscando se criar uma zona de meretrício, onde todo o mal pudesse ser vigiado, controlado e o ideal da cidade *fraternal* pudesse ser constituído sem percalços.

Todo esse processo de transição do estabelecimento da *zona de meretrício* foi analisado através dos discursos encontrados dentro dos processos, mostrando o convívio entre os indivíduos em regiões comuns e depois seu distanciamento por vários motivos.

<sup>167</sup> CARPINTEIRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho “habitação econômica” – projetos e discussões* (São Paulo – 1917/1940). Vol. I. (Dissertação de mestrado). Unicamp, 1990.

<sup>168</sup> BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. SP: FAPESP, 1994. Pg. 15.

#### 4.1 ONDE VOCÊ MORA?

A questão da moradia começava a se tornar um problema social brasileiro na virada do século 20, o grande êxodo rural fez com que o aumento da população fizesse com que a ocupação se concentrasse nas áreas centrais da cidade, ocasionando um inchaço indesejado.

Através do Estado Novo, em que o Estado passaria a assumir frente a essa questão, surgiu a Lei do Inquilinato no ano de 1942 promulgada durante a ditadura de Getúlio Vargas tentando formar nos loteamentos.

Essa lei buscava combater o tão temido cortiço<sup>169</sup> e todos os seus problemas dele advindos. A transmissão de doenças, a perda da identidade da família nuclear, e a sujeição a vários vícios que só acentuariam a dificuldade de controle sobre essa camada da população que precisava ser vigiada e adequada para os novos ideais do Estado nacional e o operário ideal ali buscado.

Outra questão pouco destacada nesses estudos é a questão da especulação imobiliária. Essa camada da população habitava em áreas que tinham muito valor agregado por fazerem parte da chamada história da cidade para famílias fundadoras que esperavam que com a modernização da cidade, sua história se relevasse junto e ganhassem também dinheiro com a valorização dessas regiões. Para isso teriam que retirar essas pessoas de seus lares e transferirem para outros pontos agora planejados dentro da cidade. Essa mudança foi destacada: A expansão capitalista alterava diretamente a localização dos espaços marginais, empurrando-os para a periferia da cidade, embora sem nenhum planejamento mais regular.<sup>170</sup>

Por fim Holtz ampliou essa análise da geografia urbana até os territórios marginais afirmando que:

Na geografia urbana, os territórios marginais, que estrategicamente são alocados em suas margens, pressionados pelo crescimento da cidade, acabam sendo periodicamente obrigados, “por livre e espontânea pressão”, a se retirarem para áreas menos valorizadas e mais distantes daquelas ocupadas pelas classes sociais que detêm a hegemonia política e econômica na sociedade.<sup>171</sup>

<sup>169</sup> Ver a obra literária. AZEVEDO, Aluísio, *O cortiço*. 26. ed. São Paulo: Martins, 1974

<sup>170</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres fraternais. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 85.

<sup>171</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas. Histórias e memórias da prostituição*. PR: Eduel, 2005. Pg. 65.

Portanto para Holtz toda essa mudança e construção das zonas populares com a criação de bairros e a constituição da zona de meretrício foi realizada num processo em que envolviam mudanças culturais, sociais e econômicas. Por mais radical que fossem essas mudanças, persistiam ainda resistências o que deixavam vestígios que não tinham sido apagados.

Quando isso ocorreu, a questão do aumento dos valores dos aluguéis fez com que esses indivíduos indesejados saíssem do imóvel, como mostra Adler:

Eles não deixam de aumentar o preço do aluguel, e até de duplicá-lo, quando a locatária os avisa de que vai montar um bordel [...] O proprietário do imóvel, ciente de que a polícia dará autorização e de que ele não teve nenhuma dificuldade em alugar a casa para outra mulher, exige então gratificações e um aumento considerável [...] O bordel, ao invés de prosperar, vai a pique. A locatária se endividando e o proprietário a expulsa, obrigando-a a vender a mobília. A casa é fechada temporariamente.<sup>172</sup>

Adler apontou um problema que é a aceitação por parte das autoridades da existência de bordéis fiscalizados, higienizados e controlados. Os locatários na maior parte faziam vistas grossas sobre quem locava seu imóvel. Porém, quando algo de diferente acontecia fazia questão de informar a situação de inadimplência. As *donas de bordel*, todavia, para suportar essas altas taxas incontroláveis, faziam com que suas casas não se apresentassem como um *bordele*, mas como *casa de família*, ou como se passa a expor, como *pensão*.

#### 4.2 UMA SIMPLES CASA DE “DORMIR”

No auge do problema habitacional na cidade do Rio de Janeiro, Aluizio de Azevedo narrou no seu livro "*O cortiço*"<sup>173</sup> as relações entre os moradores, seu cotidiano, a ilusão de moças com as chamadas senhoras e os problemas com a polícia. Assis não chegava a tanto, entretanto no auge da sua urbanização um novo tipo de moradia começava a se destacar, rompendo o ideal do lar e da habitação ideal. Devido a um número elevado de pessoas que a cidade não podia suportar, os hotéis começavam a se saturar e a lei do mercado prevaleceu provocando a elevação o valor da estadia.

<sup>172</sup> ADLER, Laura. *Os bordéis franceses (1830-1930)* SP: Cia das Letras, 1991. pg76

<sup>173</sup> AZEVEDO, Aluizio. *O cortiço*. SP: Editora PAE, 2009.

Para resolver esse problema de oferta e procura, as famílias e cidadãos comuns começavam alugar seus quartos semanalmente ou mensalmente como se fossem pensões, fazendo disso um auxílio a sua renda ou seu único meio de obtenção de fundos. Porém, essas pensões não eram capazes de classificar seus hóspedes fazendo com que se transitam indivíduos de todos os tipos, gerando problemas por estarem localizadas em áreas centrais, ou bairros residenciais. A movimentação em todas as horas do dia, o barulho e contanto com os vizinhos os importunando gerava vários problemas com os vizinhos.

Isso também foi retratado na obra naturalista de Aluizio de Azevedo, nomeado *Casa de Pensão*,<sup>174</sup> onde narra à história de Amâncio de Vasconcelos. Ele, um jovem maranhense, partiu para a cidade do Rio de Janeiro a fim de tornar-se médico, após uma pequena estadia na casa de um conhecido começou a frequentar a boemia carioca tendo uma vida desraigada. Ao conhecer João Coqueiro decidiu mudar para a pensão de sua mulher Mme. Brizard e lá começou a viver com um ambiente asfíxiante e corrupto se envolvendo em várias tramas dentre elas com Amélia, irmão do anfitrião. Numa conspiração elaborada por Coqueiro e Brizard, Amâncio acabou sendo acusado de sedução da pobre Amélia. Levado ao tribunal foi inocentado e o clima na pensão ficou tenso para Coqueiro que foi acusado de planejar toda essa trama, buscando vingança ele parte para o hotel onde Amâncio se encontrava e lhe mata.

Esse romance foi baseado em um caso verídico, a Questão Capistrano. Esse crime sensibilizou a cidade do Rio de Janeiro em 1876, envolvendo dois estudantes, colocando em questão as *casas de pensão* e as formas de habitação em determinadas áreas da cidade, podendo ser maléficas para a população carioca e nacional. Algumas características foram colocadas à mostra para a sociedade como as doenças morais, promiscuidades, desonestidades e sensualismos excitados que se alternavam com doenças físicas como a tuberculose, denotando o perigo das transmissões de doenças dentro da pensão.

Desse modo via-se um declínio do *bordel não legalizado* e o surgimento das casas de pensão ou *rendez-vous*, por mais que ocorresse a busca por essa extinção a prostituição clandestina aumentava. Para combater essa ilegalidade e a perda do controle, buscava-se através dos discursos higienistas médicos do século XIX<sup>175</sup> a construção de zona de meretrício e os pré-requisitos para abertura de uma casa de tolerância.

<sup>174</sup> Resumo retirado do livro de Aluizio de Azevedo, *Casa de Pensão*, publicado no ano de 1884.

<sup>175</sup> Como mostrado na obra ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. \_\_\_\_\_ . Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

Alguns pensadores tentaram definir o que constitui uma pensão. Segundo Espinheira(1984): *Qualquer casa de cômodos significa um tipo de pensão pobre ou mediana, que aluga seus quartos por preços fixos, pagos em prazos relacionados com a permanência dos inquilinos, sendo mais comum a mensalidade.*”

Já Adler verificou a sua formação dizendo:

As casas vão insensivelmente se tornando casas de rendez-vous ou passam a oferecer quartos de aluguel. Durante o dia, operárias; à noite, prostitutas ansiosas por complementar o salário e que chegam ao local acompanhadas, para benefício das donas de bordel.<sup>176</sup>

Adler explica sobre a sua constituição em relação aos frequentadores: A casa de rendez-vous também aceita casais clandestinos para passar tardes ilegítimas. Todas essas categorias coabitam num universo de delicada polidez. Não há sala de espera, moças sem roupas, música atordoante.<sup>177</sup>

Essa não classificação de seus hóspedes determinava uma característica dessas casas muito próximas as casas de tolerância:

A principal característica da casa de cômodos no meio prostitucional é a inexistência de um agenciamento direto com relação às prostitutas que são autônomas com a única obrigação do pagamento diário do aluguel do cômodo enquanto é permitido aos demais moradores o pagamento semanal ou mesmo mensal.<sup>178</sup>

Essas diárias ou pagamentos semanais ou mensais poderiam ser pagos em dinheiro, prestação de serviços ou gastos dentro da própria casa, com bebidas e alimentos, algo incorporado dos antigos bordeis para fazer a *renda* da casa. Soares explicou essas formas de pagamento:

As mulheres que viviam nestes estabelecimentos ora pagavam “certo estipêndio pela comida e moradia”, ora viviam de graça , ora ainda eram pagas “para servirem de exposição e meios excitantes aos gastos largos dos frequentadores.<sup>179</sup>

<sup>176</sup> ADLER, Laure. *Os bordéis franceses (1830-1930)* SP: Cia das Letras, 1991. pg128.

<sup>177</sup> Idem. Pg. 148.

<sup>178</sup> ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e Prostituição. Uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. BA: Tempo Brasileiro, 1984. Pg 60.

<sup>179</sup> E SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas (A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX)*. SP: Editora Ática, 1992. Pg. 47.

Tudo isso foi observado pelas autoridades com pouco caso, porém quando essas *pensões* e os indivíduos que a frequentavam importunavam a vizinhança e fosse denunciada a história mudou e todos os discursos que condenavam a prostituição, principalmente a clandestina se manifestavam.

#### 4.3 OS QUARTOS DO PRAZER

A cidade de Assis era vista como ponto de progresso e desenvolvimento regional a partir dos anos 50, devido à infraestrutura que possuía, fazendo com que gerasse uma expectativa de um futuro promissor a quem chegasse à cidade. Conforme mostrou David a cidade tinha:

Na década de 50 a cidade possuía 65 estabelecimentos industriais, 12 estabelecimentos comerciais atacadistas, 638 varejistas, 6 agências bancárias, 700 aparelhos telefônicos instalados, 5 hotéis, 10 pensões, 189 automóveis e 266 caminhões, além do fato de que 60% da população sabia ler e escrever.<sup>180</sup>

A cidade se encontrava desenvolvida e para suprir a demanda populacional tinha de somente 5 hotéis e 10 pensões legalizadas e oficiais cadastradas junto as autoridades. Todavia como mostrava Simili existiam mais pensões do que os oficiais a um bom tempo e já eram conhecidas desde 1938:

Nela estão lembranças que revelam que desde 1938, portanto muito antes de o assunto vir à tona na imprensa, a prostituição já estava instalada no lugar; na Rua Vera Cruz 33, situava-se a casa de Maria Duarte, em 1949 os de Julieta ficava na própria J.V. da Cunha e Silva n. 751; a de Amélia também; a de Ida era na Rua Oswaldo Cruz, 429, a de Maria Abade, na Rua Vera Cruz, 226; nesta mesma rua em 1953, tinha a de Maria Lúcia, a de Angélica, em 1946, era na Rua dos Farrapos.<sup>181</sup>

Entre todas essas vale destacar a pensão *Maxime*, no ano de 1939, na rua José Bonifácio, cuja proprietária era Antonieta, a qual receberá um destaque mais frente, e outras como pensão *Ceci*, *Celeste*, *Avaí*, *Sonho Azul*, *Noêmia* e *Maria de O* entre tantas outras.

<sup>180</sup> DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)*. (Dissertação de mestrado). UNESP, Assis, 2009. Pg 33.

<sup>181</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da Prostituição: Lembranças da "Casa da Antonieta"*. Dissertação de mestrado em História. UNESP, Assis, 1995. Pg. 68.

Uma dessas localizadas na cidade de Assis, mas infelizmente sem nome foi vistoriada pelas autoridades após uma denúncia de facilitação a prostituição.<sup>182</sup> Após que as autoridades fizessem a *batida* encontram um casal no quarto e começavam a recolher as declarações.

A denúncia fora feita por um *vizinho* da casa que alegavam que *a casa era tida como uma pensão irregular e que permitia que casais fossem a casa para manter relações libidinosas incomodando os moradores que ali moravam, pela movimentação em horários inapropriados.*<sup>183</sup>

Posterior a batida e já com o casal e os donos da pensão a narrativa se concretizava. *Aparecido*, com ofício de *motorista profissional*, alegava ter conhecido *Marlene* a quinze dias e ao descobrir por *bocas alheias* que a mesma não era mais *moça* resolveu convidá-la para dar uma *volta de carro* a noite com fins de manterem relações libidinosas. Mediante ao convite a mesma aceitou a proposta e combinaram de se encontrar a *meia noite* na *Avenida Rui Barbosa*.

Sendo ele *motorista profissional* conhecia a pensão em que foram encontrados por conduzir por diversas vezes casais com esses objetivos e nunca terem sido importunados pelos donos e por ninguém. Ao chegarem a pensão, foram recebidos pela dona que anotara o nome deles num *pedaço de papel*, não pedira *nenhum documento* a ambos e se preocupara somente com o pagamento. Declarou ter sido surpreendido com a batida policial, pois não fazia nada de errado e por *Marlene não ser honesta fizera o convite*.

A dona da pensão alegou ter conferido os documentos e anotou o nome de ambos em um papel devido ter acabado o bloco de entradas e naquela hora ser complicado de se comprar. Como o casal pareciam serem jovens de *boa índole* não geraram nenhum tipo de suspeita para ela. Disse que sua pensão era *familiar, e não aceitava casais com fins libidinosos, mas que ficava acanhada em perguntar as intenções dos mesmos, porque buscava que sua pensão tenha pretensões de se tornar um hotel.*<sup>184</sup>

Por fim, ocorreram as declarações da *moça* e dando origem a um problema. *Marlene* disse possuir dezessete anos, portanto seria menor de idade. Segundo ela tinha como ofício as *prendas domesticas* e foi *desvirginada* havia um ano, não sendo *tomada nenhuma atitude por seus pais*. Que conhecia *Aparecido* a quinze dias na praça e que aceitou o convite

---

<sup>182</sup> Processo Crime [IP43-133/152] – 1954.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem.

de vontade própria, não sendo *meretriz* e não vendo nenhum problema em sair para *namorar com um rapaz bonito*.

A questão da idade passou a ser relevante e num segundo depoimento a *dona da pensão* disse ter deixado passar *despercebidas a idade da mesma, devido ao horário e que pela aparência dela, ficaria difícil de saber se tratava de uma menor de idade, pois se soubesse teria notificado as autoridades para procurar os pais da mesma*.

O juiz finalizou o caso notificando a família de *Marlene* para que fossem mais responsáveis pela mesma, em questões morais e sociais, devido ao fato de permitiam que uma menor de idade transitasse pelas ruas da cidade altas horas da noite e quanto ao encontro com *Aparecido*, por mais que o mesmo se portasse com más intenções junto a ela, nenhum mal foi feito sendo isso comprovado no exame de corpo delito. Alegava que não havia nenhuma caracterização de favorecimento a prostituição porque conforme o código, *o corpo é sabido, a fornicateiro simplex, não é punida pela nossa lei, e, consoante já decidiu a Egrégia secção criminal do tribunal de justiça do Estado, não há dispositivo legal que proíba os hotéis de receberem, para pernoite completo, duas pessoas de sexo diferente, não casadas*.<sup>185</sup>

Justificava em defesa dos donos da pensão dizendo *ainda que os donos da pensão tivessem conhecimento de que os quartos do seu estabelecimento estavam sendo utilizados com simples rendez-vous – o que não está demonstrado nos autos mesmo assim não praticavam o crime que lhes é imputado, uma que embora admita a prática, a hipótese só ocorre quando o agente tem o dever jurídico de impedir aquele resultado*.<sup>186</sup>

Observou-se a dificuldade em conseguir enquadrar algum indivíduo na prática da prostituição, entretanto, o cuidado com as pensões fossem mais objetivos a fim de enquadrá-las no artigo 229<sup>187</sup>, como veremos a seguir.

#### 4.4 A ILUSTRE CASA DE LAZINHA

O grande perigo visto pelas autoridades quanto essas *pensões* não estavam na prostituição em si, mas no fato dela ali existir de forma *clandestina* fora dos alcances de todos os discursos que constituíam a construção de uma prostituição aceitável, a qual o Estado deixaria existir mesmo que ilegalmente.

<sup>185</sup> Processo Crime [IP43-133/152] – 1954.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> O Código Penal, no art. 229, criminaliza a conduta de quem mantém casa de prostituição, *in verbis*: “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, o intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa”.

Soares enfatizava essa *aceitação x repressão: se a prostituição pública era tão necessária e tinha de ser tolerada e protegida, os médicos, e também as autoridades policiais, pensavam justamente o oposto com relação à prostituição clandestina.*<sup>188</sup>

Como lembrava Soares o grande problema desse tipo de prostituição era o seu reconhecimento, pois *a prostituição clandestina era aquela exercida por mulheres com outras ocupações, que não viviam exclusivamente da prostituição.*<sup>189</sup> Desse modo se observava entre os processos crime as profissionais relacionadas quando interrogadas mesmo indiretamente com a prostituição como lavadeiras, prendas domésticas, cozinheiras, costureiras entre tantas outras. Profissões que as mulheres das classes mais baixas trabalhavam para ganhar a vida e sendo muito vistas como *meretrizes* pela localização de sua moradia e seu modo de se portar perante a sociedade e a proximidade com os antros de prostituição.

Devido a isso a *pensão de Lazinha* foi vistoriada na tarde do dia vinte e dois de agosto pelas autoridades a fim de investigar a denuncia de facilitação a prostituição e que fosse uma pensão para encontros libidinosos.

A batida realizada a tarde tinha a esperança de caracterizar um flagrante e buscava maridos desvirtuosos que frequentavam esses ambientes corrompendo a família:

Embora a natureza dos frequentadores fosse a mesma, tanto de dia como de noite, parece que muitos tinham a preferência pelo horário diurno [...] Como eram todos casados e não podiam sair à noite, então eles inventavam uma viagem de negócios de dia e ficavam a tarde toda ali.<sup>190</sup>

Logo ocorrida a batida, as autoridades encontravam meramente a dona da casa e uma mulher que alegava estar ali para comprar roupas não constituindo o crime de prostituição. Procurou estabelecer uma ligação para tentar enquadrar a casa no artigo 229 do Código Penal de 1940. Para isso, as autoridades começavam a interrogar os vizinhos que fizeram a denuncia.

Algo encontrado em todos os interrogados foi à alegação que a casa já havia sido autuada, feita uma inspeção e que após esse ocorrido o movimento na casa havia diminuído. Outro fator para a diminuição foi a chegada da iluminação junto ao quarteirão,

<sup>188</sup> SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas (A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX)*. SP: Editora Ática, 1992. Pg. 84

<sup>189</sup> Idem pg. 28.

<sup>190</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da Prostituição: Lembranças da "Casa da Antonieta"*. (Dissertação de mestrado). UNESP, Assis, 1995. Pg. 105.

fato que afastava os senhores de família com medo de serem reconhecidos entrando na casa. Entretanto, segundo os mesmos, após alguns meses o movimento na casa voltou a crescer e devido por isso denunciaram.

*Lazara de Oliveira*,<sup>191</sup> vulgo *Lazinha*, com trinta e cinco anos de idade, morava na Rua Amador Bueno numa região de transição entre a cidade e a zona de meretrício<sup>192</sup>. Solteira, dizia-se ser amasiada há seis anos com um bom homem e ter dois filhos seus de outros relacionamentos em sua casa. Para ajudar no sustento do lar ela dizia trazer roupas feitas, rádios e bijuterias do Paraná para vender em domicílio, por isso a sua residência estava sempre movimentada. Alegava não ter qualquer tipo de problema com os vizinhos e que sua casa não era uma pensão de *rendez-vous* e nem tinha fachada de mesma.

Dessas informações podiam-se observar alguns detalhes importantes. Como mostrou Soares uma característica da *prostituição clandestina*:

A 1ª classe da prostituição clandestina estava as “mulheres amancebadas”. Estas eram na maioria das vezes, “raparigas pobres” retiradas das casas de seus pais diretamente para viverem reunidas a homens de todas as condições, monetária, civis e morais [...] no 2ª gênero estavam as “mulheres em boas condições”, viúvas, casadas, solteiras divorciadas, etc., que eram oriundas de todas as classes sociais.<sup>193</sup>

Em relação à aparência da casa, sendo apresentada a moradia como uma *pensão* e sim uma casa de família o que corrobora com a afirmativa de Adler, *do lado de fora nada denuncia a casa e, com frequência, os clientes são habituais*.<sup>194</sup> Essa não diferenciação fazia com que algumas casas nessas regiões de transição ou até mesmo dentro da zona de meretrício, colocassem placas com os dizeres: *casa de família*. Também havia relação da frequência dos clientes, buscando-se caracterizar como um tipo de comércio informal e não a rotatividade de uma *pensão libidinosa*.

A favor de *Lazinha* a declaração que mais teve importância foi a da moça que alegou ter ido a casa dela para comprar roupas, a mesma dizia ter conhecimento que a casa era de *rendez-vous*, mas não via problema algum, por ser um ambiente tranquilo e que não faziam algazaras. E dessa declaração encontrava uma caracterizada por Adler:

<sup>191</sup> Processo Crime [IP51-507/522] – 1962.

<sup>192</sup> Veremos no próximo capítulo a formação da zona de meretrício de Assis.

<sup>193</sup> SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas (A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX)*. SP: Editora Ática, 1992. Pg. 36

<sup>194</sup> ADLER, Laure. *Os bordéis franceses (1830-1930)* SP: Cia das Letras, 1991. pg 148.

Nessas casas, reina uma atmosfera calma, tranquila, pacífica. A dona tem o ar de uma dona-de-casa perfeita, de porte respeitável, e as moças se vestem decentemente [...] Os clientes, em geral, comportam-se com gentileza, sem violência, mesmo que os gostos de alguns sejam estranhos.<sup>195</sup>

Essa atmosfera tranquila foi questionada por seus vizinhos.

A 1ª testemunha alegava que *vem a 6 anos avisando a mesma para não trazer mulheres para fazer a vida,, porque não lhe cai bem.* O mesmo alegava que já observou *a altas horas mulheres chegarem de automóvel com homens e que isso lhe prejudica o sono, porque tem de acordar cedo no outro dia.*<sup>196</sup>

Outra enfatizava a *presença de caminhões e carros a altas horas da noite e que as pessoas fazem algazarra perdendo seu sossego, e que possui filhas moças e teme que algo possa acontecer com elas.*<sup>197</sup>

O vizinho destacava *os escanda-los feitos na casa e na rua, não ficando bem para as famílias que ali residem, pois a rua torna-se movimentada e já viu um homem urinando nela enfatiza que todos os vizinhos reclamam.*<sup>198</sup>

Por fim outro enfatizava a *presença de mulheres de caráter transitório transitando na casa e na mesma iam para manter encontros libidinosos.* Destaca que *por ser motorista particular já levava clientes a casa com fins libidinosos. Que os homens que ali transitam importunam as mulheres dirigindo gracejos e perguntando pela casa.*<sup>199</sup>

A algazarra feita em altas horas e a movimentação de pessoas que importunavam as mulheres é perturbadora da ordem social como destacou Rago: *O “pensionista” é visto como uma ameaça dissolvente dos laços familiares, como um empecilho desestabilizador da cruzada de moralização da classe trabalhadora e da constituição da noção de intimidade.*<sup>200</sup>

A possibilidade de confundir as *filhas de família* com as *filhas da noite* também preocupavam muito os lares, receando que suas filhas não possam cair em tentação ou mesmo sem fazerem nada se tornarem mal faladas.

A fim de chegar a um consenso com as diversas declarações o juiz acabava decidindo a favor de Lazineira justificando com as seguintes palavras. Alegava que *a prova não se mostra suficiente para a pretendida condenação. As testemunhas fizeram vagas*

<sup>195</sup> Idem pg. 147.

<sup>196</sup> Processo Crime [IP51-507/522] – 1962.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930.* RJ: Paz e Terra, 1985. PG. 194.

*referências à frequência da casa da denunciada por homens e mulheres, mas não afirmaram, de modo categórico, que tinham encontros amorosos.*

*Ou seja, como forma de caracterização de prostituição alegava que a simples reunião de homens e mulheres em uma casa não incide na reprovação penal, que sanciona a habitual reunião “para fins libidinosos”. Apontando ainda que a condição amorosa e profissional da mesma também sustentaria isso, assim a acusada declarou que estava amasiada com um homem e mantinha consigo duas crianças. Acrescentou que exercia o comércio de roupas feitas, rádios e outros artigos domésticos, o que, de certo modo, vem justificar a frequência notada.*

*Por fim deixou clara a existência da zona de meretrício na cidade e que a residência por se encontrar numa área de transição, poderia ser confundida com uma casa de tolerância que não obstante, ainda que estivesse provado o fato, não poderia ser adotado outro critério, porque o meretrício está como que oficializado nesta cidade, possuindo confinamento próprio, fiscalizado e vigilância policial, inclusive pagamento de impostos.*

#### 4.5 CORTINAS ABERTAS

A cidade competiu com outras cidades para ter o título popular de a melhor zona de prostituição do Oeste Paulista. Esse título foi lhe dado por dois fatores, o tamanho da zona de meretrício e a famosa Casa de Antonieta.

A casa de Antonieta foi a mais importante casa de prostituição da cidade, da região e foi considerado um marco da prostituição da cidade e de sua memória subterrânea como lembrou Simili:

*Antonieta Carneiro marca o início da prostituição na cidade de Assis e é uma memória esquecida, Antonia Antonieta [...] é uma memória viva que permanece ainda entre nós; e Antonieta De Tilio é a memória das lembranças da prostituição que engloba pelo mistério e Dionísio desse mundo.<sup>201</sup>*

Antonieta não foi somente a maior marca da prostituição da cidade como também foi tida como uma mulher de destaque e poderosa perante a sociedade assisense, *no encaixe dessas lembranças geralmente a figura da Antonieta é retratada como mulher*

---

<sup>201</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da Prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. Dissertação de mestrado em História. UNESP, Assis, 1995. Pg. 69.

*poderosa que tinha muita influência junto a pessoas importantes, principalmente políticos da época.*<sup>202</sup>

Um ponto diferencial da casa de Antonieta desde os seus primórdios foi a sua característica de tentar ser uma *casa francesa*, isso visto pelo nome da sua primeira pensão famosa *Maxime*. Vários motivos levavam a isso:

“Maxime” devia soar-lhe como adequado, pois era uma palavra de origem francesa, que oferecia elementos para significar sua casa como um lugar requintado, sofisticado, fazendo assim crer às pessoas, tratar-se de um lugar onde havia o que era de melhor em prostituição, além de indicar o máximo para quem procurava uma casa de prostituição.<sup>203</sup>

Antonieta foi buscar esse nome da famosa casa que existiu na cidade de São Paulo na década de 1920, chamada *Maxim's*.<sup>204</sup> com os seguintes motivos:

A influência que o *Maxim's* teve para Antonieta colocasse *Maxime* é no mínimo presumível dado também o fato de que sua casa começou a funcionar numa época próxima daquela. Nesse caso, é de supor que, ao trazer o *Maxime* para Assis, pretendia demonstrar que um pouco daquilo que se podia ter em São Paulo, em termos de prostituição, também podia ser encontrado em sua casa.<sup>205</sup>

Esse imaginário da casa francesa foi construído através dos famosos bordeis de Paris<sup>206</sup> e da literatura romântica, como *Nana* de Zola. Rago também destacou o charme de ter a famosa prostituta *francesa*:

O charme da “francesa” foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e do seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias mais modernas, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo.<sup>207</sup>

---

<sup>202</sup> Idem.Pg. 9.

<sup>203</sup> Idem. Pg. 71.

<sup>204</sup> RAGO,Margareth.*Os prazeres da noite:prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo , 1890-1930*.RJ:Paz e Terra,1991.PG.188.

<sup>205</sup> SIMILI,Ivana Guilherme.*Memória da Prostituição:Lembranças da “Casa da Antonieta”*.Dissertação de mestrado em História.UNESP,Assis,1995.Pg. 71.

<sup>206</sup> CORBIN Alain, *Les filles de noces*, Flammarion, 1982

<sup>207</sup> RAGO,Margareth.*Os prazeres fraternais.Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo(1890-1930)*.RJ:Paz e Terra,1991.Pg44-45.

Todo esse imaginário construído em torno da *pensão Maxime* foi transmitido ao longo dos tempos e quando a casa acabou sendo transferida para a determinada zona de meretrício conhecida como “*Lá na curva*” foi a casa de Antonieta a que mais se destacou. Em 1942 Antonieta Carneiro,<sup>208</sup> *de vinte e oito anos, brasileira, natural do Rio de Janeiro, tendo o lar como profissão prendas domésticas, casada, residente na Rua dos Emboabas da mesma cidade foi indiciada por perturbar os menores que ali passavam, os fazendo presenciar os quadros sexuais, impróprios a qualquer pessoa devido à ausência de cortina na sua residência.* Devido a diversas reclamações as autoridades, Albertino, vizinho dela resolveu fazer um abaixo assinado a fim de retirar Antonieta daquela moradia.

As reclamações se centravam dentre diversas questões, como a ausência de privacidade, as atitudes de Antonieta e de seus moradores em relação aos vizinhos e a movimentação de indivíduos com caráter duvidoso na região.

A 1ª testemunha alegava conhecer Antonieta somente de vista, mas sabia da sua fama de ser mulher da vida e morava próximo a ela. Ele foi o locador da casa em que ela morava e a pedidos de Albertino que alegava que a mesma e as moças faziam coisas ruins na sala, sendo observadas por suas filhas moças. Que certa vez viu Antonieta levantar as saías na entrada da casa onde morava e a noite saía a rua convidando homens para que entrassem em sua casa. Que por três ou quatro vezes ouviu a própria dirigir palavras feias a sua família, os chamando de “velhacos”

Outro depoente disse viver a dez quadras da mesma e que foi procurado por Albertino que alegava sua vizinha possuir uma casa de mulheres e que faziam muito barulho e lhe perturbavam o sossego. Devido a amizade com o mesmo e após conversar com outros vizinhos resolveu assinar o abaixo assinado a fim de retirar as meretrizes do bairro.

O depoimento principal de acusação foi feito pelo próprio Albertino, um carpinteiro de 53 anos, casado que alegou ter tentado por diversas vezes conversar com Antonieta, mas a mesma não o respeitava, que por isso tentou resolver junto às vias legais, fazendo duas queixas e que em nenhuma delas a mesma compareceu. Na última queixa feita ele chamou a polícia, mas não puderam comparecer alegando não ter um praça disponível no momento. O denunciante apontou que a noite e em altas horas da madrugada elas faziam muito barulho em companhia de homens, não deixando a vizinhança dormir, sempre havendo 3 ou 4 mulheres e ultimamente de 6 a 7 a acompanhando nas algazaras que fazia.

---

<sup>208</sup> Processo Crime [IP157/42] – 1942.

De dentro da casa elas faziam gestos escandalosos que eram vistos pelos de fora, pelos vizinhos, pelas crianças e qualquer pessoa que transitasse pela rua. Assim o denunciante queixou-se várias vezes as autoridades para que determinassem a ela colocasse cortina na janela, o que foi inútil.

Nos últimos tempos as coisas só pioravam tendo visto uma vez uma mulher urinar no portão de sua casa e que as provocações com sua família só aumentavam. Sua senhora e suas filhas ao lavarem roupa outro dia foram insultadas pela acusada e outras moças dizendo que suas filhas sentam a noite na calçada com qualquer homem. Sendo isso uma mentira e uma injúria a respeito da honra da sua família.

Recolhidos os depoimentos de acusação, tomaram-se então os da defesa, valendo analisar somente dois deles.

No de João alegava ser vizinho de parede de Antonieta, dizendo que tinha ótimas relações com a mesma, jamais tendo sido desrespeitado e sua família. Que a noite, quando chegava em casa estava muito cansado e dormia profundamente, nunca tendo sido despertado pelas algazaras supostamente feitas por ela.

Já Julia, de vinte e quatro anos, dizia ser empregada de Antonieta e que nunca viu nenhum escandá-lo, um ato suspeito por ela, ou, pelas moças que alugavam quartos na casa e que havia uma cortina na casa da mesma, ficando aberta as vezes para entrar luz na sala, jamais viu uma reclamação sobre alguma atitude de dentro da casa.

A janela foi analisada por Perrot buscando entender os vários significados dela:

O uso das cortinas de enquadramento da janela é antigo; a pintura holandesa mostra muitas delas. A cortina de tecido leve, opaca ou transparente mais recente, difunde-se no século XIX e principalmente o século XX, com o desejo maior de proteger a intimidade do lar. Desejo de uma burguesia que se fecha na família e seus segredos, mas que se espalha por uma sociedade permeada pelos valores privados. Substitui os papéis de parede pintados, pôr cortinas nas janelas tornam-se gestos populares.<sup>209</sup>

Partindo dessa análise de Perrot vemos que no sentido das cortinas se amplia outro não sendo mais que apenas de proteger a intimidade da família, mas sim de proteger a sociedade daquilo que possa acontecer entre quatro paredes. A intimidade devia ser resguardada e guardada somente para si e não pode ser compartilhada com os outros. Os corpos sexuais tornavam-se tabus dentro do seu próprio lar e indecentes para aqueles que

<sup>209</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. SP: Editora UNESP, 1998. Pg. 48-49.

olhavam como observadores vagos ou curiosos da vida alheia. O controle sobre as atitudes dentro da casa, já não se tornava restrita quando a casa ficava aberta, podendo ser discutida agora quando exposta.

Essas casas tidas como pensões passavam a serem fiscalizadas pelos vizinhos e pelas autoridades através do Código de Posturas Municipais, se destacando os artigos 163 e 164:

As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas[...] Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos[...] Da tarde às 6hrs. Da manhã nos meses de Abril e Setembro, inclusive e das 7 horas da tarde às 7 horas da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas[...] Deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuário que resguardem completamente o corpo e o busto.<sup>210</sup>

Esse código ultrapassava as autoridades tornando-se de caráter popular, sendo revisado sempre que um vizinho ou um transeunte se sentisse incomodado por alguma atitude considerada indecorosa dentro de alguma casa tida como pensão.

A idealização do abaixo assinado traz uma atitude de donos do poder de bairros em que tomam para si o direito de determinar o controle sobre os costumes dos seus pares, quando as autoridades não fossem capazes de atingir certas regiões dentro da cidade. Tudo isso foi feito através dos senhores do lar, como foi possível observar no abaixo assinado abaixo em que se encontra somente uma assinatura feminina e um grande grau de parentesco entre as pessoas, mostrando a presente questão da família contra a zona de meretrício.

---

<sup>210</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres fraternais. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg 113-114.

## ABAIXO ASSINADO

Napalino de Oliveira

João Furgueira de Almeida

Orlando José Tirolli

Carlos Knonz

Antônio Tirolli

Ferrucio Leanholato

Joaquim Batista

Benedita Pereira

Olimpio Marquezini

João Faustino Xavier

Manoel Dias

José Rossi

Olimpio Guilherme

Benedich Anastácio

Coondurme Brussolo

João Amundolo

José Villa Sobrinho

Miguel Gonçalvez

Lazaro de Moraes

Manoel Alfredo

Nelson Serriguisso

Recarrero Serriguisso

João de Paulo Moraes

Gustavo Selmarez

Floriano Luiz da Silva

Orozimlo Leão Carvalho

José Gonçalves Pardo

Roque B. Miranda

Jairs Mort Trumar

Joaquim Asomos de Olveira

João Batista

Pedro Gonçalves do Mattos

Carnelio Fortuna

Luis Edibaudó

Francisco Ferreira FArria

Francisco Agostinho

Juvenal Mages da Silva

Antônio Zeperino

João de Oliveira

José Wieser

J. Almeida

João Ignácio Vieira

Aparecido Teixeira

Após levantar essas questões o Juiz tomou sua decisão a favor da casa de Antonieta alegando problemas nas declarações. Segundo ele, o primeiro depoimento foi confuso e contraditório, mostrando animo maculado com a segundo testemunha e fora defender o interesse do proprietário do prédio a quem está alugado, não sendo capaz de reproduzir uma única cena escandalosa, ou uma palavra ofensiva. Não podendo atenuar que uma pessoa tão ridicularizada, tão maltratada como se diz não se lembrasse de palavras ofensivas que disse que proferiram contra sua família.

Dessa forma o juiz da causa ganha a Antonieta alegando muito mais interesses pessoais dos acusadores do que verdades. Antonieta não viria o final do processo porque se transferira durante ele para outra residência e tudo indica que essa nova casa se

localizaria na Rua José Bonifácio e se tornaria a pensão Maxime, a primeira pensão de Antonieta na cidade de Assis.

## 5 AMORES *PERROS*

Não havia lugar mais produtor e explosivo de amores do que a zona de meretrício. Por detrás de ambientes impuros, imorais e indecentes, encandeia o suprassumo do amor, a mais pura emoção. Vários tipos de amor ali se fortaleciam e se destruíam. A busca pelo amor carnal, o pagamento por algo que se esperava ser natural, a busca pelo amor conquistado, obtido através de galanteios, flertes, convites e danças em bailes. O encontro do amor bandido e violento, que devia ser sempre negado e excluído, mas que mexia com as emoções mais intensas do ser humano, que o fazia deixar sofrer atitudes desumanas.

O principal desses amores é o carnal, fazer amor é manter algum tipo de relação sexual e isso é o esperado por ambas as partes, esse é o grande objetivo da tarde ou da noite onde meretrizes e clientes se encontram nesse grande teatro dos prazeres. Qualquer mudança dessa condição primordial poderia concretizar a fantasia do local ou até mesmo “dar condição” como os habitantes de Assis se referiam quando uma meretriz era retirada da zona de meretrício e transformada em mulher de família.

Todos esses amores se concretizavam num local onde não havia necessidade de sacralização do amor, ele aqui não necessitava ser sagrado, só necessitava de uma coisa: ser vivido intensamente. Os agentes, os ambientes, os dias eram preparados para esse fim, aqui só uma coisa iria prevalecer, o amor.

Aos olhos da sociedade o combate a esse amor só seria estabelecido quando ele ultrapassar as barreiras legais que ela o possibilita. Quando as emoções ganhavam ares violentos, atingiam outras pessoas e até se auto flagelavam, o amor se tornava algo a ser combatido, controlado e evitado. Era analisado para que não ultrapassasse os limites permitidos, pois se isso acontecesse seria julgado com o mesmo peso e intensidade que lhe foram concebidos.

Entretanto, a questão do amor foi mais problemática de ser compreendida pela sociedade. Como aceitava um amor não sacralizado? Amar e não ser reconhecido aos olhos da Igreja? Como amaria desse modo? Ou, como viveria um amor intensamente? Como fazê-lo sem sofrer e sem se machucar? Como saberia que tudo fosse realmente válido se alma não fosse pequena?

## 5.1 A LEVEZA DO AMOR

O amor não foi feito para ser vivido sozinho. A unidade que liga o amor foi a relação entre duas pessoas. Até o mais platônico dos amores precisava de um parceiro para existir. A leveza do amor se encontrava em pequenos detalhes que faziam com ele fosse idealizado por quem o vivesse e por quem o buscasse. O amor carnal da zona de meretrício e até mesmo o simples *voyeur*, ou seja, o ato de só observar pode concretizar esses tipos de amores.

O peso que recaía sobre as mulheres era imenso. Elas eram responsáveis pela manutenção do tradicional família nuclear e suas retransmissões através do casamento. No casamento, elas encontravam o seu lugar verdadeiro:

Os discursos masculinos moralizados rapidamente apontaram um lugar honrado para a mulher: o casamento higiênico. Este seria balizado por uma educação para a maternidade e por um novo sentido de infância. Uma proposta de união conjugal, pautada em modelos higiênicos parecia, então, a solução viável para frear as práticas feministas consideradas degradantes.<sup>211</sup>

As práticas feministas consideradas degradantes refletiam um início de mudança na sociedade com relação ao papel da mulher. Elas começavam a ganhar destaque nas frentes de trabalho operário, no magistério, nos hospitais de modo cada vez mais sistemático questionando o seu papel reprodutivo. Era através do casamento *a maneira mais viável para que a mulher cumprisse seu dever social de maternidade, sendo uma obrigação tanto para o homem como para a mulher.*<sup>212</sup> Uma obrigação que ultrapassava a linha religiosa e ganhava grande peso junto a sociedade como um todo.

As relações de amor começavam a mudar entre si e em relação ao casamento, alguns fatos vão se destacando entre os outros ganhando uma relevância dentro da sociedade através de três fatos fundamentais:

---

<sup>211</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A Adultera no território da infidelidade: Paraíba, nas décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação de mestrado). Unicamp, 2002. Pg. 44

<sup>212</sup> Idem. Pg. 96.

Três fatos fundamentais da vida dessas pessoas pareciam determinar mais fortemente o seu ato de amar: primeiro, havia a necessidade da existência de fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos, o que levava a uma maior probabilidade de interferência de outros indivíduos nos problemas de relacionamento do casal; segundo, a mulher pobre tendia a exercer atividades remuneradas que lhe possibilitavam certa independência em relação ao homem; terceiro, o grande desequilíbrio numérico entre os sexos - com a existência de um número bem menor de mulheres - tornava o ato de amar bastante competitivo para os homens, ao mesmo tempo que ampliava as possibilidades da mulher de escolher seletivamente seu companheiro.<sup>213</sup>

Esse problema se destacava nesse período com as mudanças de hábitos ocorridas com a modernidade, que trouxe a ideia de progresso de maneira linear como foi lembrado:

O casamento começava a perder o caráter de “acordo” entre famílias e favorecimentos políticos, para se tornar um contrato moderno, abençoado pelo novo Código republicano e efetivado pela livre escolha dos próprios cônjuges norteados pelos ditames do amor romântico.

A sociedade, perdendo o controle sobre o casamento, começava a fragilizar-se do ideal sócio religioso. O sonho de se vestir de branco, ter um dia todo seu, para que fosse lembrado pelo resto da vida entre os parentes, amigo e da tão aguardada *foto de casamento*. Entretanto, existiam algumas exceções quanto a idealização do casamento, elas ocorriam com mais frequência nas classes ricas com maior instrução e preparada para uma mudança repentina. Já nas classes mais pobres, o casamento ainda trazia consigo uma importância muito grande.

O casamento assegurava para essas classes a tentativa de uma ascensão social através de seus filhos que poderiam gerar um futuro melhor tanto para os pais, como para os descendentes. Mesmo se tratando de classes pobres, o fato da união trazia uma sensação de segurança sobre o destino de seus filhos, na esperança de que os mesmos dessem sequência na tradição de sua família.

No caso de Assis, esses casamentos eram um problema, porque muitas vezes as igrejas careciam de estrutura para realizar tantos casamentos, e nas chamadas missões religiosas, quando vinham clérigos de outras cidades, faziam casamentos coletivos.

---

<sup>213</sup> CHALHOU, Sidney. *Trabalho, Lar & Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. Pg. 212.

Para não terem que ficar separados até a vinda dela , era comum na cidade o amasiamento das partes num mesmo ambiente.

Perante a sociedade, evitava falas pejorativas sobre seus filhos na figura do homem garanhão, vadio e boêmio, que não quer ter nenhuma responsabilidade sobre uma família e sobre a sua própria filha e questionamentos sobre as filhas não casadas. Questões que pudessem criar mulheres mal amadas que após os trinta anos ficavam para tias e o motivo do não casamento, levando em consideração a índole moral da família e da filha perante todos que o cercavam.

Outra questão era que o casamento colocaria os agentes no rumo natural da sua vida os afastava de qualquer perigo que pudesse ser encontrado, como a prostituição:

Eleger o casamento civil – a partir do casamento higiênico que extingiria a pluralidade das relações amorosas, é afastar a sombra da prostituição para salvaguardar a família moderna e afastá-la da desonra social.<sup>214</sup>

Essas diferenças dentro da sociedade se tornavam perigosas porque poderiam gerar indivíduos que não se encaixavam no padrão estabelecido pela própria sociedade. Esses indivíduos poderiam prejudicar a sociedade que lhes cercava e destruir o ideal da família nuclear.

Sendo assim, como mostrou Cipriano o casamento monogâmico servia para destacar a família moderna e controlar os indivíduos:

O casamento monogâmico e institucionalizado serve de argumento para promover a família moderna, pautada numa educação voltada para a moralização social. A partir dele, seria possível controlar os indivíduos, educá-los, torná-los pessoas sadias sexual e moralmente. Sendo concebido pelo Estado como um contrato moderno capaz de preservar a família, foi a partir dele, que se tentou expurgar a infidelidade, através de uma reorientação da maternidade e da infância, e da proposta de uma higiene do amor. Um casamento completamente higienizado, equilibrado, no qual a família moderna se apoiaria para afastar os perigos da “modernidade”<sup>215</sup>

Através da análise de Cipriano poderia se destacar alguns pontos importantes a respeito do casamento. Pelo casamento monogâmico, conseguia-se controlar a vida sexual individual colocando certa responsabilidade sobre o casal. Se um deles pegasse

---

<sup>214</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A Adultera no território da infidelidade: Paraíba, nas décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação de mestrado). Unicamp, 2002. Pg. 96

<sup>215</sup> Idem Pg. 108.

qualquer tipo de doença sexualmente transmissível o outro seria o responsável ou o receptor da doença. Esse risco e sua desmoralização social ajudavam a coibir amores fora do casamento e auxiliavam a política de higienizar.

Ultrapassando a barreira religiosa, o contrato moderno do casamento oferecia ares oficiais, imputando uma responsabilidade sobre o casal. Caso rompessem o contrato teriam que buscar nos trâmites legais o desquite e enfrentar todo o discurso moral sobre o casal divorciado.

## 5.2 QUANDO O AMOR ACABA

Ao dar queixa de abandono de menores junto às autoridades, a história de Vitalina<sup>216</sup> trazia consigo diversos acontecimentos que impulsionaram ao ato. Vitalina era acusada de abandonar seus filhos e o seu papel maternal.

A história de Vitalina remetia a um tempo anterior ao fato ocorrido. Ela era casada e mãe de dois filhos, vivia apenas para o lar, buscava ser dona de casa. Isso pretendia consolidar a família e também a criação das crianças. A questão do aleitamento materno era sempre discutida dentro dos campos medicinais como alegou Bandinter:

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura da “guardiã do lar”.<sup>217</sup>

Mesmo com todos esses fatores para sustentar o casamento, o de Vitalina não durou muito tempo e sucumbiu ao desquite. A questão da separação de corpos no Brasil foi algo muito complicado e envolveu as diferentes partes da sociedade. Tema relevante desde o Império brasileiro, que permitia somente a separação das pessoas, pois o casamento era algo sagrado, e a influência da Igreja era muito forte perante a sociedade. Com o surgimento da República e a laicização do Estado, o casamento ganha outros ares com o Código Civil de 1901 que institui o “desquite” como a separação dos corpos já consentida. Através do avanço da legislação, em 1946 ocorreu o acréscimo de uma causa na anulação do casamento, *que expunha a incompatibilidade invencível dos cônjuges, desde que decorridos cinco anos após*

<sup>216</sup> Processo Crime [IP15-56/61] – 1930.

<sup>217</sup> BANDINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*, RJ, Nova Fronteira, 1985.

*o desquite, sem possibilidade de reconciliação.*<sup>218</sup> Somente a partir de 1969 começaram a pensar mudanças mais diretas junto ao desquite, que originaram a Emenda Constitucional 8/77 na lei 6515 de 26 de dezembro de 1977, *que aprova o divórcio nos prazos requeridos de três anos após a separação judicial ou de cinco anos de separação de fato.*<sup>219</sup>

A confusão entre o divórcio e desquite é muitas vezes notada em trabalhos que analisam essa temática do casamento como pode ser observado equivocadamente no trabalho de Cipriano expor essa questão:

Em meio às insatisfações que homens e mulheres conferiam às suas relações conjugais, o divórcio também teve seu lugar de destaque. Principalmente a partir da década de 20 [...] acirrou-se o debate sobre o divórcio como uma ameaça à dissolução das famílias ou como solução para crises.<sup>220</sup>

Crises essas que poderiam ultrapassar a fronteira do desentendimento amoroso e gerar danos ainda maiores, como crimes pelo abalo da honra e da moral<sup>221</sup> tudo se tornava mais acentuado com o decorrer da modernidade do casamento<sup>222</sup>. Vitalina enfrentava dois problemas que as mulheres recém--desquitadas combatiam: a falta de dinheiro para o sustento da família e o questionamento moral da sociedade sobre o real motivo da separação.

O primeiro problema era de cunho fundamental para a manutenção da família. Vitalina, como muitas outras mulheres, ao separar dos maridos, elas também se separavam de seus filhos. Os discursos das testemunhas do processo acentuavam isso, que ela se tornava uma mulher jogada às traças.

Já o segundo problema poderia ser mais complicado. O motivo da separação acabava rompendo a barreira do lar e chegava aos olhos da sociedade. O questionamento de uma traição da mulher, ou ainda pior, a falta de dedicação da mesma para segurar seu marido, davam ares dramáticos nessa situação, que tinha na maioria dos casos um caráter de tirar toda a responsabilidade do marido.<sup>223</sup>

<sup>218</sup> <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/114056.html>

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> CIPRIANO, Maria do Socorro. *A Adultera no território da infidelidade: Paraíba, nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2002. Pg. 94.

<sup>221</sup> Na obra *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* - Mariza Corrêa - Rio de Janeiro, Graal, 1983, a autora trabalha essa idéia mostrando como o peso da moralidade era muito forte durante a teatralidade jurídica em que se buscava nesses casos. Tendo no pretexto da moral masculina um grande argumento junto a sua defesa.

<sup>222</sup> A modernidade do casamento é relacionada a mudança da mulher dentro da sociedade com a sua entrada no mercado do trabalho e dissolução jurídica que irá ocorrer anos a frente.

<sup>223</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Historia Da Vida Privada No Brasil, V.4*. RJ: Cia das Letras, 2004.

Vitalina abandonada pelo marido e com filhos para sustentar começava a se prostituir e a transformar sua residência numa casa de tolerância. Esse fato aos olhos das autoridades passava despercebido até que uma denúncia de abandono de crianças chamava atenção das mesmas.

Os filhos dela haviam sido entregues a Pedro e logo após os familiares de Vitalina reclamarem que o meio habitado por eles não era saudável. Essa parte final da história de Vitalina trazia consigo várias questões, como o porquê dela viria a se prostituir e o motivo do abandono de seus filhos.

Como já mencionado anteriormente, após o desquite a ré se encontrava solitária e sem condições para manter sua casa. Devido a sua falta de instrução, no caso de dela, está evidente no processo crime ela se dizia *analfabeta(SIC)* e dona de casa, por isso impedia que ela conseguisse um trabalho digno e honesto. As mulheres das classes populares acabavam trabalhando principalmente como costureiras e lavadeiras, o fato do abandono de duas crianças para criar coibia da prática de determinados ofícios.

O meio encontrado para o sustento da casa seria a prostituição, que não lhe necessitava de instrução e nem de experiência, oferecia ainda uma remuneração imediata e em pouco tempo de trabalho diário, o que lhe permitiria permanecer o maior tempo com seus filhos.

O discurso médico discutia essa relação da vocação da mulher prostituída e do dinheiro: *ao contrário do que dizem os médicos burgueses, a “vocação para a prostituição” não nasce de um instinto natural, mas provém de um problema econômico.*<sup>224</sup>

Essa situação de miséria econômica era o combustível para a busca pela prostituição: *a prostituição é focalizada tanto como resposta a uma situação de miséria econômica, quanta como transgressão a uma ordem moral acentuadamente rígida e castradora.*<sup>225</sup>

Na situação de Vitalina, o caráter de fatalidade do abandono do marido e a busca de algum dinheiro para manter a casa seria o fator principal, como se observou:

Grande parte dessas prostitutas ingressa na “vida airada” por contingências exteriores a sua vontade, empurradas pela fatalidade. Salvo raras exceções, conseguem escapar do labirinto negro. Assim, ora a comercialização sexual do corpo é meramente uma maneira de conseguir dinheiro, pois a mulher não tem formação profissional alguma, ora é um mero acidente incompreensível

<sup>224</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. RJ: Paz e Terra, 1985. pg 109.

<sup>225</sup> Idem. pg 21.

para ela mesma, ora decorre do desejo de vingança contra a opressão masculina.<sup>226</sup>

Porém, Vitalina levava essa permanência ao extremo, trazendo o trabalho para o seu lar, o corrompendo. As casas de tolerância eram permitidas sem a presença de crianças, o fato de tê-las, afastava os clientes que se sentiam em muitos casos envergonhados de permanecer no mesmo local que elas e também evitavam problemas com as autoridades que sempre faziam batidas nas casas em busca de menores de idade. Como expos Benjamin: *o amor da prostituta é, sem dúvida, venal. Mas não a vergonha de seu cliente. Essa vergonha procura um esconderijo para esse quarto de hora, e acha o mais genial de todos: o dinheiro.*<sup>227</sup>

Essa busca pretendia protegê-las de se desvirtuarem ao longo do seu caminho. A crença de que o ambiente pudesse formar o indivíduo era muito presente nas autoridades, que ao procurarem formar indivíduos exemplares, agindo desse modo permitiam que os mesmo se desvirtuassem do seu caminho correto, ou seja, o futuro das mesmas estaria em jogo.

A questão da família prostituída também pesava muito em relação às crianças. A mãe prostituta era combatida pelo discurso religioso, dizendo corromper a família nuclear, rompendo tudo aquilo para que fosse preparada e pelo discurso médico, que questionava os cuidados, a transmissão de doenças e a atenção para com as crianças. O futuro de novos cidadãos brasileiros estava em jogo num período em que muitos temores percorriam a sociedade brasileira, como por exemplo, o comunismo.<sup>228</sup>

### 5.3 AMORES DOENTIOS (POUCA SORTE)

A sorte poderia ser um fator determinante para a entrada na vida da prostituição, ou melhor, que a falta dela, era através desse viés que se apresentava o caso da falta de sorte no amor dentro da zona de meretrício.

Júlia<sup>229</sup> foi encontrada em seu cômodo morta devido ao disparo de um projétil contra si própria. A dona da pensão notificou as autoridades, pois ela vinha de longa

<sup>226</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. RJ: Paz e Terra, 1991. pg. 212.

<sup>227</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*. RJ: Brasiliense, 1982. pg. 240

<sup>228</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991.

<sup>229</sup> Processo Crime [IP27-1/11] – 1938.

data afirmando que iria tirar a sua vida. A testemunha afirmava que conhecia a mesma anteriormente e já tinha evitado o fato e que naquele dia teve a sorte de a mesma não estar com nenhuma arma de fogo. Entretanto, no dia do ocorrido à sorte não estava ao seu lado.

Júlia conversava com suas colegas na mesa da sala da casa, quando um desentendimento com outra mulher fez com que a mesma corresse para o quarto e se matasse. O desentendimento estava ligado a uma dívida, em que ela se dizia isenta. Suas colegas foram pegadas desprevenidas com o fato e após o disparo compreenderam que a colega colocava fim aos seus problemas.

Ela dizia ser uma mulher de pouca sorte na vida e no amor. Dizia que a desilusão de um amor havia lhe imposto essa vida de meretriz, pois acreditava nas palavras de seu amado, havia se entregado ao mesmo e perdera sua virgindade. Após o fato, o mesmo partira sem deixar nenhuma informação de seu paradeiro.

Devido não ser mais moça acabava com seus ideais de casamento, imaginando que homem nenhum a procuraria mais para essa finalidade e que se tornava mal falada pelos vizinhos e seus conhecidos. Isso era agravado pela falta de estudos, pois dizia às colegas ser *analphabeta(SIC)* e a falta de opção fazia com que a mesma não tivesse sorte na vida e partisse para o mundo da prostituição.

Por mais que conseguisse dinheiro para se manter e pagar suas contas, não conseguia ser bem sucedida e passava o mês sempre no limite com seus crediários. Junto ao corpo, no quarto da mesma, foram encontrados carnês de um rádio que ela havia comprado e começado a pagar, só reafirmando esse fato, o que indica ser a dívida um dos motivos do suicídio.

Alguns dados devem ser destacados sobre os relatos apresentados.

A meretriz apresentava um lado da prostituição diferente daqueles observados nos grandes bordéis, com o luxo e o orgulho da profissão. A justificativa apresentava uma observação para as mulheres que acreditassem nas falas dos sedutores e perdessem a sua virgindade. No trabalho de Marlene Gasque<sup>230</sup>, buscou-se analisar esse crime de sedução e suas consequências para os envolvidos. Dois pontos foram decisivos para a conclusão do caso. Após registrarem a ocorrência, os réus desapareciam durante o processo, ou chegavam a um acordo com a família e acatavam os discursos dos juízes, casando com as vítimas. No caso da meretriz, ela infelizmente não teve a sorte de se casar, pois o pretendente acabou desaparecendo. Ocorrendo isso, a mulher tinha de arcar com as consequências dos

---

<sup>230</sup> GASQUE, Marlene Aparecida de Souza. *Amores Ilícitos: Discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução*. (Dissertação de Mestrado) UNESP, Assis, 1994

seus atos. Seria vista pela sociedade com uma mulher fácil, uma mulher pública e sua vida pregressa seriam colocadas em dúvida. Por que mantinha a relação? Foi consentido ou não? Qual a finalidade? Buscava-se apenas forçar o parceiro ao casamento. Ou, se era mulher da vida e fizera pelo simples ato de fazer? A resposta, sendo positiva ou negativa, não importava, pois o único meio de limpar o seu nome perante a sociedade era com o casamento.

Dentro da casa de prostituição, a questão da competição e da solidariedade entre as meretrizes foi presente no relato.

As disputas relacionadas com clientes e dinheiro era algo comum dentro da casa. Essa disputa não colocava a questão financeira, mas a questão da honra, tendo a disputa um tom de inveja entre as mesmas. Já os relatos de ajuda para tentar evitar o suicídio, mostrava outro lado, o de auxílio e de solidariedade entre as prostitutas e que o fato de se ajudassem pudesse diminuir o cotidiano e os problemas dentro da zona.

O papel da relação social internamente a zona de meretrício deve ser destacado nesse caso em dois vieses, o lado positivo e o lado negativo. O viés positivo tratava da relação da solidariedade entre as meretrizes. Como mostravam os relatos retirados das testemunhas Izabel e Dinah, *“Júlia vinha já há algum tempo com essa mania de se matar, que, não obstante levasse a efeito suas intenções e procurando lhe tirar essa idéia”*.

As duas se preocupavam com a vítima, por esse fato se marcava a questão da solidariedade entre as meretrizes. Isso devia amenizar os problemas do cotidiano, pois elas só tinham a si próprias para recorrer, caso precisassem de ajuda, pois estão aquém da sociedade. Destacava também a noção de identidade que, por mais negada pelas próprias para tentar fugir do estereótipo da prostituta perante a sociedade, encontravam nos pares dentro de pensões e bordéis para que se protegessem e combatessem dos problemas.

Entretanto, essa cumplicidade também foi marcada pelo lado negativo da prostituição. A competição que gerava inveja entre elas pelo cliente, pelo destaque dentro da casa, fatos agravados pela desconfiança entre elas também por questões de dívidas e de dinheiro. No caso de Júlia, por sua “pouca sorte” acabou prevalecendo o lado negativo, segundo a fonte após uma “pequena discussão” e por questão de dívidas Júlia parte para o quarto a fim de pôr um fim a sua vida.

O suicídio utilizado como saída por Júlia foi motivado por decepções amorosas, financeiras e sociais. O suicídio visto por uns como meio de fuga para os problemas foi combatido pela Igreja Católica como uma degradação da alma que era condenada ao inferno. Outra visão parte do ideal que ele seria um enfrentamento aos poderes do destino e uma manifestação pura ao livre arbítrio. Não se saberia se Júlia pensava em

algum desses vieses antes do fato ocorrido e seu motivo pela falta da carta de suicídio, só se poderia concluir a sua tão marcada questão da “pouca sorte”.

A forma para realização do seu principal objetivo, o suicídio, deve ser analisado. O relato de uma meretriz que já conhecia Julia mostrava que ela só não conseguia realizar seu objetivo porque não conseguia uma arma. Naquele momento teria conseguido.

O modo como Julia conseguiu a arma foi um mistério, ante a ausência de investigação por parte das autoridades nesse sentido. Surgiu a hipótese de homicídio, mas foi logo descartado pelo fato de tanto a porta, quanto a janela estavam trancadas por dentro.

A falta de origem da arma poderia destacar uma coisa, o fácil acesso da população a esses objetos, concretizava o caráter perigoso da zona de meretrício e de seus freqüentadores, enfatizava a importância dos olhares das autoridades sobre eles a fim de se combater e prevenir esse tipo de ação.

O papel da dona da pensão foi marcado pela questão da indiferença, o que foi constatado pela afirmativa: “após ouvir o disparo que vinha do quarto de Julia, olhei pela fechadura e vendo a mesma parte para chamar as autoridades”.<sup>231</sup>

Esse fato mostrava uma dualidade em relação com seus freqüentadores, pois se tivesse teria arrebentado a porta para prestar os primeiros atendimentos à vítima. Se tivesse feito isso poderia ter salvado Júlia, porém caso não a salvasse a suspeita de homicídio seria agravada pela mudança da cena do crime.

Destacava-se que a relação das casas com a polícia buscava ser da maneira mais harmoniosa e não se esperava que as autoridades viessem sempre em visita, pois isso gerava uma inquietude entre os clientes e problemas para os donos. Por mais que o controle e a vigilância fosse algo comum na zona de meretrício, seu excesso sobre alguns locais não era vantajoso para ninguém. O caso de Júlia e de tantas outras mulheres que buscavam o suicídio marca o lado obscuro da prostituição, já que aparentemente era marcada pela alegria, liberdade e pelas festas.

#### 5.4 O BILHETE

Ao idealizar um trabalho sobre a zona de meretrício e a prostituição esperava-se encontrar dentro dos processos-crime várias acusações diretas sobre essa prática. Porém o que mais se encontrou foram discursos e relatos e não uma ação concreta da justiça.

---

<sup>231</sup> Processo Crime [IP27-1/11] – 1938.

Entre todos os processos analisados, em apenas um foi elaborado, analisado e articulado sobre o artigo 230, que se referia a um indivíduo que se beneficiava da prostituição de outra pessoa.

Por mais que a prostituição fosse vista como algo criminoso, para os olhos da justiça apenas seu beneficiamento seria crime que condenaria o indivíduo à reclusão. O simples ato de prostituição não seria tipificado, fazendo com que a justiça buscasse outras formas de combatê-lo. Essas formas eram encontradas através dos crimes de vadiagem, atentado ao pudor público, lenocínio, furto, roubo, homicídio entre outros que buscariam enquadrar essas mulheres prostituídas nos rigores das leis.

O falso conto de fadas de Maria Mercedes e Pedro Estevão,<sup>232</sup> conhecido como “*Cicia*” seria a manifestação do crime de prostituição que a justiça tanto procurava. Porém, até mesmo nesse caso, para se atingir o tal objetivo tiveram que transitar por outros crimes, que no caso a maneira encontrada foi junto à lesão corporal.

A relação amorosa de Maria Mercedes e Pedro Estevão estava marcada pelo amor venal, o amor bandido. Maria Mercedes declarava ser meretriz, havia cinco anos e conheceu Pedro Estevão na zona de meretrício onde começaram um relacionamento. Após um tempo, Pedro Estevão começou a usufruir do dinheiro obtido prostituição dela e começou a obrigar ela a se prostituir cada vez mais.

Quando a mesma não aceitava tal situação era insultada e violentamente espancada. Maria Mercedes dizia ter pedido por diversas vezes para parar de se prostituir e para que ele não batesse mais nela, entretanto nada disso fazia efeito e ele só a ameaçava mais enfatizando que ele a mataria se ela o abandonasse. Após a última surra protagonizada por ambos, a dona do prostíbulo decidiu registrar ocorrência junto às autoridades por lesão corporal.

O fato de Maria Mercedes ter deixado que a situação chegasse a esse ponto poderia ser analisado por algumas observações. A paixão, por mais cruel que fosse nesse caso era o grande agente sustentador da relação. A sua idealização e a crença que o outro possa sempre mudar, melhorar e se tornava uma pessoa melhor tem grande peso.

Essa paixão poderia também proporcionar um casamento que seria a porta de saída da prostituição e o seu aceite social, deixando seu passado de lado. Esse fato acabava sendo chamado em Assis de “dar condição” pelo seu caráter de transformação. Até que isso ocorresse, a questão da companhia era relevante gerando afeto, carinho e atenção num

---

<sup>232</sup> Processo Crime [IP47-83/198]

ambiente que muitas vezes seus agentes se sentiam solitários dentre os múltiplos personagens que formavam a zona de meretrício.

O ápice da relação se deu com o uso da violência por parte de Pedro Estevão. Essa violência vinha sendo constituída através de diversos discursos sociais que a reafirmavam. A dominação masculina sobre as mulheres define o homem como provedor do lar e de sua esposa. Essa “proteção” acabava ao invés de protege - a aprisionando junto à vontade masculina. Os discursos sócios morais faziam o aprisionamento fora do lar, coagindo-a a obedecer rigorosamente os preceitos morais.<sup>233</sup>

Esses discursos questionavam a fragilidade emocional da mulher e buscava subjugar-la, caso isso não procedessem de acordo com os rigores morais da época seriam tratadas como mulheres públicas, sendo mal vistas pela sociedade. Como Otilia, dona do prostíbulo, enfatizava no seu depoimento, ele *disse a ela palavras que nem cachorro deve dizer*.<sup>234</sup> Isso fazia com que Pedro Estevão a marcasse como uma desviante, dando-lhe direitos de tratá-la de forma desumana e justificando o tratamento violento.

Seu temperamento violento trazia consigo uma característica psicológica que lhe permitia o uso da violência. Era assim reconhecido na sociedade e Maria Mercedes, ao se relacionar com ele, tinha que arcar com essa característica previamente conhecida, sendo vista como mulher de malandro.

A transformação relatada por seus conhecidos se dava quando Pedro Estevão ingeria álcool e, por que fosse uma pessoa dada a tal vício, justificava seus atos por perder o controle sobre seu corpo e suas atitudes, se enquadrando como uma pessoa doente sob os olhares da sociedade.

Isso ampliava a análise sobre suas atitudes. A testemunha José S., ao comentar sobre Pedro Estevão, afirmava: *trata-se de um elemento viciado, dado ao vício da embriaguez e, por esse motivo, esteve várias vezes preso e foi despedido várias vezes por estar alcoolizado*.<sup>235</sup>

Outra testemunha, Francisco M. reafirmava essa idéia: *o acusado é um rapaz sem juízo e não tendo compromisso com a família, vive na boemia, frequentando as rodas de meretrício*.<sup>236</sup>

Desse modo, o vício da embriaguez o estimulava a perder o juízo, abandonar a família e não se firmar em emprego algum, o que lhe trazia reprovabilidade

---

<sup>233</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999

<sup>234</sup> Processo Crime [IP47-83/198]

<sup>235</sup> Processo Crime [IP47-83/198]

<sup>236</sup> Idem.

perante a sociedade. Estando aquém da sociedade e buscando consumir seu vício de embriaguez, a zona de meretrício seria o local ideal onde a boemia, a libertinagem, os jogos e a embriaguez faziam parte do ambiente.<sup>237</sup>

Outro ponto levantado foi a questão dos jogos. No termo de declaração de Maria Mercedes, ela destacava: *ele tem vício ao jogo e a embriaguez*, já no relatório do processo se destaca que *é dado ao vício da embriaguez, ao jogo de cartas e a dados, este denominado “buzo”*.<sup>238</sup>

Qual seria a relação dos jogos com a zona de meretrício? Quais os principais jogos? De que modo às autoridades se preocupavam com eles?

O ambiente da zona de meretrício com seu caráter de boemia e libertinagem permitiam que os jogos ali ocorressem. Sendo combatido desde a virada do século XIX pelas autoridades devido à questão de impostos e acumulação de indivíduos “perigosos” na zona de meretrício, o que lhe rendia a ilegalidade e o auxílio a sua existência.

Como relatado nos discursos, os principais jogos eram de cartas e dados, conhecidas popularmente como *buzo*. Esses jogos movimentavam dinheiro criando a expectativa de enriquecer e poder viver apenas com o ganho do jogo, que fazia com que muitos indivíduos se endividassem e se envolvessem em brigas e mortes por esses motivos.

Pedro Estevão era uma dessas pessoas que vivia para o jogo, pois como mostra o relato de Maria Mercedes, *ele pegava o dinheiro da prostituição e gastava no jogo e na vadiagem*.<sup>239</sup> Aos olhos da justiça, Pedro Estevão poderia ser enquadrado também no crime de vadiagem, juntamente com lesão corporal e por se beneficiar da prostituição alheia.

Maria Mercedes, antes da denúncia, enviou-lhe um bilhete para colocar um fim a essa situação.

Transcrição da carta de Maria Sicília à Sisia.

*Sisia eu mano saber si você quer eu ou outro para brigar comigo hontem.*

*O bem não si paga com o mau, Quero que você me diga si me quer ou não, disimgaria de uma vez.*

*Já vi que você não gosta de mim.*

<sup>237</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 148-149.

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Processo Crime [IP47-83/198]

*Quando eu tenho dinheiro você me conhece.*

*Quando não tenho você me espanqueia.*

*Quero que você venha hoje sem falta se entender comigo.*

*Fico muito grata pelo papel que você me fez ontem.*

*Maria Sisilia*

O bilhete tem importância significativa dentro da vida íntima das pessoas, destacava características ocultas, deixadas de lado, mas muito importante nas suas relações. Como alegou Ranun: *na vida íntima, os discursos amorosos se concretizam nos objetos-relíquia: o bilhete, a carta, até uma única palavra escrita pela amada.*<sup>240</sup>

Maria Mercedes iniciava já destacando sua indignação pela violência praticada contra sua pessoa, ao dizer que o “bem não si paga com o mal”, trazia consigo ainda o seu sentimento em relação a ele, o que foi revelado pela afirmação: “*quero que me diga si me quer ou não.*”<sup>241</sup>

Maria Mercedes ainda acreditava que o amor podia transformá-lo, torná-lo uma pessoa melhor, entretanto tinha dúvidas disso pois temia que ele a amasse somente quando possuía algum dinheiro, afirmando “*quando eu tenho dinheiro você me conhece.*”

Confirmava o uso da violência à questão do dinheiro, quando não tenho você me *espanqueia (SIC)*. Com essa afirmação, concretizava o beneficiamento sobre a prostituição, devido ao fato de que o único modo de obter dinheiro seja através da vítima.

Destacava-se ainda o fato de que a pessoa que escreveu o bilhete ser um menino de nome Orlandinho, porque a vítima era analfabeta, fez buscando justificar a prostituição pela sua formação e sua condição social. Maria Mercedes enfatizava a humilhação pela qual passou e esperava que, estando ele sóbrio, viesse até ela para se entender. Apesar de toda a violência sofrida por Maria Mercedes, ainda esperava que pudessem vir a ficar juntos.

---

<sup>240</sup> RANUN, Orest. *Os refúgios da intimidade. História da Vida Privada, Vol. III: da Renascença e Século das Luzes*. SP: Cia das Letras, 1991. pg 247.

<sup>241</sup> Processo Crime [IP47-83/198]

## 6 PEQUENOS PRAZERES FRATERNALIS

A zona de meretrício era frequentada por pessoas de todas as classes e cores, sem qualquer restrição. Por esse caráter de “liberdade” ela era um ambiente propício para aqueles que buscavam outros ares e tentavam uma nova vida.

Assim, quando se entrava nela e se convivia nesse âmbito, percebia sua estrutura, sua formação e suas leis. Leis que vigiavam e puniam e tentavam adequar àqueles agentes dentro da sua “permitida” liberdade.

Mesmo com esse contraponto, a zona de meretrício era muito procurada e se fortalecia dia após dia. Liberdade e controle andavam lado a lado e muitas vezes faziam confundir seus agentes e seus objetos.

Um caso claro disso era a relação da zona de meretrício com indivíduos menores de 18 anos de idade. Tanto meninos quanto meninas eram proibidos de frequentar esse ambiente, porém: como reconhecê-los e como identificá-los?

A zona de meretrício acabava tendo ideais, objetivos e critérios diferentes para esses dois personagens. Por mais que sua relação acabasse sendo a mesma dentro dela seu julgamento (quando preciso) era diferente. Desse modo a diferença jurídica e social entre meninos e meninas se tornava clara.

Desse modo, se continha esse primeiro mal e os médicos iriam se preocupar com medidas de caráter sanitário para que evitasse epidemias que a prostituição pudesse disseminar. No viés religioso, a sua existência vinha justificada pela ideia do “mal necessário”. A zona seria um local onde se preservaria o casamento e a virgindade de suas donzelas.

A zona de meretrício seria o local da iniciação dos meninos e do controle das “loucuras” sexuais dos mesmos. Nela, os meninos seriam levados para iniciar sua vida sexual, quase sempre por pais, padrinhos ou amigos mais velhos. Essa iniciação tinha por objetivo dentre outros tentarem combater estupro e incestos:

Enquanto os homens se divertiam com as chamadas mulheres públicas, suas mulheres e filhas eram aconselhadas, em nome da honra e moral cristãs, a permanecerem castas junto ao sagrado espaços do lar. Para muitos, a existência da prostituição justificava-se como sendo providencial para garantir a descarga dos instintos “naturais” masculinos, salvaguardando, dessa forma, a integridade moral das mulheres honestas da cidade.<sup>242</sup>

---

<sup>242</sup> LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. pg. 77

Esperava-se preservar a integridade física e moral das meninas, ou seja, a sua “virgindade”. Então, esse menino quando chegava à fase adulta, estaria preparado para sua mulher e após o ato do casamento iniciaria uma nova vida, procurando o ato sexual somente para a procriação. Vale destacar que havia também o discurso de total proibição e condenação da zona de meretrício, buscando proteger a pureza espiritual e virginal de seus indivíduos:

Se moralmente condenada, essa função era bem-vinda na sociedade, pois, segundo se acreditava então, garantia a virgindade das futuras esposas e permitia que os moços arrefecessem parte do “fogo interno”, numa fase da vida em que os impulsos libidinais eram muito prementes.<sup>243</sup>

No viés das autoridades, a zona de meretrício seria o local onde meninos e homens poderiam tentar amenizar os problemas do cotidiano, se divertir e se socializarem. Entretanto, esses “meninos” com o surgimento do Estado Novo, e de uma medicina com características antropológicas e sociais, tentava proibir o acesso dos meninos a esses meios, com a idéia de que ele poderia interferir na formação de cidadãos exemplares, sendo desviados de seu caminho pelo vício, a bebida, o jogo e a vadiagem.

Observava que, mesmo tendo permissões e proibições, esses jovens frequentavam a zona de meretrício pelo seu ideal libertário, seu caráter fantasioso junto às mulheres e como ponto de sociabilização, valendo destacar que os principais bares da cidade se encontravam dentro da zona de meretrício.

No viés religioso, era inaceitável que a mulher rompesse com sua caracterização do casamento. Por mais que o homem pudesse se purificar e ter uma nova vida através do casamento, a mulher jamais conseguiria isso, pois perderia sua pureza se não mantivesse sua virgindade. Se frequentassem esses meios estariam se corrompendo e dando mau exemplo para outras meninas, colocando em risco a instituição do casamento. Holtz lembrava isso ao destacar a ideia de mal necessário da prostituição no viés religioso:

A perspectiva da tolerância influenciou inúmeros pensadores católicos que passaram a ver na existência da prostituição um “mal necessário” para o equilíbrio da sociedade. A preocupação em defender as famílias, preservando suas mulheres honestas da volúpia “natural” masculina.<sup>244</sup>

---

<sup>243</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg25

<sup>244</sup> LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. pg.110.

Essa tolerância em relação à prostituição existia até o momento em que ocorresse o casamento, como destacava Espinheira:

A prostituição se torna, desse modo, um mecanismo que permite a persistência do casamento como instituição monopolizadora das relações sexuais, na medida em que é depreciada e não compromete quem dela se utiliza e dela se afasta, e lhe é permitido frequentá-la até o momento em que regulariza sua vida social casando-se e constituindo família.<sup>245</sup>

Isso ainda expunha a funcionalidade da prostituição para preservar normas e valores da sociedade:

A prostituição torna-se funcional na medida em que ajuda a preservar determinadas normas e valores, e disfuncional pode ser a expressão de comportamentos divergentes. Por paradoxal que pareça, a prostituição existe em função do seu oposto, que é a conduta sexual legítima, representada pelo casamento e organização da família.<sup>246</sup>

Às autoridades cabiam assegurar a manutenção da família nuclear, o controle de doenças e o controle sobre as mulheres. Cabia destacar que o discurso médico caracterizava as mulheres como seres frágeis, desprovidas de inteligência e facilmente manipuláveis.

Outro discurso que enfatizava a fragilidade feminina era o do operário, como apontou Rago:

O discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra don-juans das fábricas e conscientizá-las da importância de sua organização política.<sup>247</sup>

O papel das autoridades era de protegê-las, como se fosse um *pai* para elas. Observava isso no discurso de juízes relacionados aos crimes de sedução, onde o papel de conciliador do Estado acabava sendo como o de um pai protegendo e buscando ao máximo resguardar a honra de sua filha.

O trabalho de Marlene Gasque, “*Amores Ilícitos*” buscava compreender as imagens sobre a moralidade sexual e sobre a sexualidade feminina junto ao poder judiciário

<sup>245</sup> ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e Prostituição. Uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. BA: Tempo Brasileiro, 1984. pg.37

<sup>246</sup> Idem. Pg. 45.

<sup>247</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. RJ: Paz e Terra, 1985. pg.67.

em Assis, no período de 1940 a 1968. Nesse período, as normas e regras segundo a autora foram sendo corrompidas, dando lugar a um novo jeito de pensar e agir.

Observava a relação dessas pessoas com sua sexualidade e a relação que vivia num período de transição para os agentes, como a própria argumenta:

A vivência plena de sexualidade antes do casamento e especificamente por mulheres na faixa etária de 14 a 18 anos, foi uma transgressão geradora de conflitos que, em muitos casos, acabaram por se configurar como “crimes de sedução”, nos quais se procurará a visão dos agentes judiciários acerca da questão.<sup>248</sup>

Esses “crimes de sedução” expunham dúvidas e questionamentos desses agentes mostrando uma sociedade transgressora de normas e padrões do chamado “bom costume”:

As pessoas envolvidas no crime de sedução – a vítima e o sedutor – não são os únicos transgressores de normas e padrões referentes à sexualidade. Sabe-se que, a despeito de todas as regras do “bom costume”, que procuraram a “honra da mulher”, não raros eram os casos de “fugas”, de casamentos precipitados, nascimentos “precoces” de primogênitos ou filhos ilegítimos.<sup>249</sup>

Isso destacava ainda que os casos esperassem serem resolvidos em âmbito privado, poupando a imagem da pessoa, quando não tomavam outros rumos dentro do meio jurídico, como vemos:

A virgindade da mulher, a “sete chaves” e velada por pais, irmãos, comadres e até vizinhos, frequentemente não se mantinha até o casamento. Porém, se tal fato consistia em conflito, este, na maioria dos casos era resolvido no âmbito privado. Os conflitos não resolvidos nessa esfera e que acabavam se configurando como crimes de sedução, parecem-me a exceção, o extremo; os agentes desse conflito seriam, então as “vítimas” das ambigüidades inerentes a um período em que as mudanças de costumes se aceleram e se radicalizam.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> GASQUE, Marlene Aparecida de Souza. *Amores Ilícitos: Discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução*. (Dissertação de Mestrado) Unesp, Assis, 1994. pg. 7.

<sup>249</sup> Idem. pg 7.

<sup>250</sup> Idem. Pg 8.

Já Priscila David continuava a idéia de Gasque acrescentando o crime de rapto e de estupro dentro da sociedade Assisense, entre as décadas de 1950 a 1970, também as representações do Poder Judiciário junto as mulheres nos processos crime. Ela se focou com a relação dos personagens em seu tratamento, como criança ou como mulher, como ela apresentou:

Com exceção de uma pequena porcentagem, as jovens envolvidas nesses crimes pertenciam a uma faixa etária específica, entre 12(doze) e 21(vinte e um) anos de idade, pois apesar de os crimes de sedução e de rapto delimitarem idade superior a 14(quatorze) anos para as vítimas, a visualização de jovens com idade inferior a este limite foi significativa no delito de estupro. Assim, observamos que parte das vítimas eram crianças, que foram tratadas, pelo Poder Judiciário como mulheres rebeldes e, muitas vezes, promíscuas.<sup>251</sup>

Essa relação complicada entre o Poder Judiciário e as “meninas/mulheres” foi bem marcada nesses trabalhos, quando enquadrada num desses delitos. O papel do judiciário era de capturar essas meninas e protegê-las de todos os perigos de malfeitores, que iriam corromper todo o desenvolvimento de suas vidas. Entretanto, existiam meninas que não eram corrompidas por terceiros, mas sim buscavam essa vida transgressora para si como veremos no próximo tópico.

#### 6.1 FUGITIVAS OU ENCONTRADAS?

O ato de fugir era muitas vezes entendido como fraqueza, onde a hesitação de combater seus problemas levava a tal consequência. A pessoa se utiliza deste expediente poderia também o fazer para promover uma mudança radical na sua vida, deixando para trás tudo aquilo que gostaria de esquecer e construir uma nova vida.

A fuga era algo utilizado por “meninas” dentro da sociedade paulista e brasileira para enfrentarem momentos difíceis e buscarem uma nova vida. Conflitos internos, problemas familiares, tudo isso as compelia a realizar suas fugas. A fuga, para as mulheres de uma maneira geral, tinha cunho predominantemente negativo. A solução encontrada para o problema ocasionado pelo sexo praticado antes do casamento era o próprio casamento.

---

<sup>251</sup> DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)* (Dissertação de Mestrado) UNESP, Assis, 2009. Pg.15.

Entretanto, o homem acabava às vezes fugindo, o que ocasionava um grande problema para a donzela, que esperava do outro lado à solução final para seus problemas.

Essa ausência masculina acabava gerando uma condenação oposta pela sociedade, sendo que agora a mulher acabava assumindo a culpa por não ter incólume a sua imagem moral e social. Esse fato fazia com que essas mulheres já condenadas socialmente fugissem para outra cidade em busca de paz e um novo começo, uma nova vida pela frente com novas oportunidades e possibilidades de felicidade.

Outro fator para a fuga eram os amores proibidos. Esses amores muitas vezes intensos eram avassaladores e destruía tudo aquilo que tocavam. Eram condenados pelas famílias pela intensidade em que aconteciam que acabavam colocando em risco a moral de sua filha e a sua virgindade. Levavam os pais a cometerem abusos físicos sobre elas com punições, proibição e surras.

A fuga, desse modo, para elas era uma oportunidade de esquecer o passado e começar uma nova vida, mas para onde ir? O que fazer? A rota escolhida por muitas dessas “meninas” foi à cidade de Assis, porém, haveria algum motivo para isso?

Assis desde sua fundação sempre teve destaque regional e sua infraestrutura como chamativo da população regional e brasileira. A sua formação se deu por terras doadas pelo Capitão Francisco de Assis Nogueira a Igreja, tendo no registro o dia um de julho de 1905 como sua fundação e o pagamento do aforamento devido a isso. Em 1914, foi feita a primeira casa de tijolos na cidade, o que marcou seu processo de desenvolvimento.

Sua formação urbana ocorreu como quase toda cidade do Oeste e Noroeste Paulista, através das proximidades da Igreja Matriz, no centro da cidade. Entretanto, a chegada dos trilhos e a construção do prédio da estação ferroviária na parte oeste da cidade acabaram gerando um deslocamento espacial. No ano de 1914, a Estrada de Ferro Sorocabana, contribuiu para Assis se tornar Distrito de Paz, em 1915, e logo em seguida município, no ano de 1917.

Com a concretização da linha ferroviária, a companhia realizou a construção de residências próximas para seus funcionários, o que fez com que pessoas que prestavam serviço a ela, morassem perto da área central da cidade.

No ano de 1919, Assis se tornou Comarca regional, e seu encarregado, o Dr. Smith Vasconcelos, influenciou decisivamente para que a cidade recebesse o Bispado Católico e, em seguida, tornar-se Diocese o que ocorreu em 1928, vencendo a disputa com outras cidades. Ele usou dos seguintes argumentos:

- 1° Assis se situava no centro da região do Oeste paulista;
- 2° Possuía uma população inferior apenas a de Botucatu;
- 3° A cidade era Município desde 1918 e Comarca de 3ª Entrância desde 1919;
- 4° Possuía já as condições mínimas de urbanização e tendia a melhorar;
- 5° Era um importante centro comercial;
- 6° Era servida por estrada de ferro;
- 7° Estava começando a organizar o seu sistema de ensino <sup>252</sup>

Isso também promoveu a criação de escolas religiosas em caráter de internato que recebiam muitos alunos à cidade e, anos à frente, na década de 1950, hospedar a Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Na década de 1950, a cidade se modernizou e, como relatou David:

A cidade comportava rede de fornecimento de água, escolas, hospitais, empresas públicas e privadas, jornais, rádio, igrejas, diversos locais de lazer e de trabalho e, ainda, desde a década de 30, o Fórum, a delegacia e a cadeia pública. Além disso, apesar de as primeiras instalações se localizarem próximas à região central da cidade ou à estação ferroviária, o crescimento urbano, que já era significativo no final da primeira metade do século XX, recebeu novas rotas na década de 1950 [...] Possuindo 32.959 habitantes na década de 50, a cidade contava com o desenvolvimento urbano e a solução de problemas relacionados à energia elétrica, ao fornecimento de água e esgoto e à implantação da companhia telefônica.<sup>253</sup>

Outro fator que foi importante para o destaque de Assis e colocando-a como a região de emigração para a cidade foi ser parte constituinte da rota do “ouro verde”, ou seja, rota para o café encontrado principalmente na cidade de Londrina, Paraná, que teve um grande destaque nesse período anos a frente.

Holtz apontou esse fato ocorrido na década de 1940:

Na década de 1940, terminada a Segunda Grande Guerra, a economia cafeeira apresentou rápida recuperação no mercado internacional. Os preços da rubiácea não paravam de subir. As lavouras cresceram de forma acelerada em toda a região, fomentando a necessidade de um número cada vez maior de mão-de-obra. Criou-se uma “fama” de riqueza, atraindo de forma crescente e descontrolada um número cada vez maior de migrantes e imigrantes.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> PE, José Carlos D'Angelo & Ivan A. Manoel. *Diocese de Assis: Notas Históricas e Pastorais*.

<sup>253</sup> DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)* (Dissertação de Mestrado) Unesp, Assis, 2009. Pg.30-31.

<sup>254</sup> LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. pg.29

Tudo isso foi também encontrado nos discursos dentro do processo de Rosália Martins.<sup>255</sup>

Rosália Martins, com dezessete anos de idade, morava na cidade de Presidente Prudente e trabalhava como enfermeira numa clínica no período diurno. Após conhecer um soldado do destacamento local, iniciou um namoro em desgosto dos seus pais. O pai não aprovava o namoro devido ao fato de o rapaz não ir a sua casa, mostrando então más intenções para com a sua filha.

Mesmo sem o consentimento dos pais, Rosália continuava com o relacionamento, sendo surpreendida por seu pai numa tarde, encontrando os dois se beijando na rua. Após esse ocorrido seu pai pediu para que ela voltasse para casa, lá ele lhe deu uma surra e a proibiu de sair na rua após o trabalho.

Descontente com atitude de seu pai, da proibição de não poder sair e a condenação do namoro, Rosália conversou com a amiga Josefa, a qual contou uma história um pouco mais trágica. Josefa saía também com um soldado do destacamento local e, após se entregar ao mesmo, achava estar grávida. Resolveu então fugir da cidade de Presidente Prudente com uma amiga chamada Rosa, que possuía parentes na cidade de Assis.

Rosália, resolveu partir com a amiga. No ato da partida sua amiga pediu que ela não fosse e que reconsiderasse. Decidida, ela partiu com as amigas para a cidade de Assis. Ao chegarem a cidade, Josefa e Rosália decidiram se separar da amiga e pegaram um carro para irem até uma pensão de mulheres. Como não conheciam nada na cidade, apenas informações dadas pela amiga, se informaram por um menino, que indicou a pensão de Helena Santa.

Isso foi importante, pois destacou duas ações num mesmo ato. Ao se informarem com um “menino” mostrou que os cidadãos tinham conhecimento de onde se encontravam os pontos de prostituição e a zona de meretrício. Outro ponto foi o fato de a informação ter sido dada por um menino, mostravam que era de conhecimento de menores de idade as atividades ilegais da cidade, não ficando tão à parte daquilo que acontecia dentro da cidade, conhecimento adquirido através de seus pais, amigos e por morarem próximo ou dentro da zona de meretrício.

Na pensão, Helena Santos perguntou a elas qual era sua a idade e afirmaram serem maiores. A dona da pensão acreditou no que falavam pelos seus modos, suas atitudes e suas falas da vida que levavam em Presidente Prudente.

---

<sup>255</sup> Processo Crime [IP31-74/85] - 1942.

Somente no dia seguinte, Rosália recebeu seu primeiro cliente. Foi Elias, um comerciante da cidade, com quem teve relações não ocorrendo perda de sangue, apenas muitas dores corporais. Elias lhe pagou quarenta cruzeiros pelo ato e parte. No outro dia, ela teve relação com um homem que trabalhava no Banco do Brasil e lhe pagou quinze cruzeiros, alegando já ter gasto muito na casa e prometendo lhe pagar mais numa próxima vez. Ela manteve novamente relação com Elias, que dessa vez lhe pagou trinta cruzeiros pelo ato. Um comissário de menores apareceu na casa no outro dia e a levou embora a pedido do pai, que havia registrado ocorrência de crime de corrupção de menores. Após sua apreensão, Rosália passou por um exame psicológico a fim de fazer uma análise para saber se a mesma compreendia a situação em que estava envolvida e a um exame corporal para saber se ela foi corrompida e desflorada.

O exame de nível mental destacou que a capacidade dela foi média. Esse fato reafirmou o papel das autoridades de proteger a vítima de todos os perigos em que ela pudesse enfrentar até atingir a sua maioridade.

O exame de corpo delito destacou o fato que *teve conjunção carnal, datando de alguns dias, não se achando ainda cicatrizadas as lesões de seu defloramento*,<sup>256</sup> afirmando desse modo que a mesma foi desflorada na zona de meretrício.

Surgiu um grave problema. Quem seria o autor do desfloramento? A dona da pensão Helena Santos afirmava que não sabia que ela era virgem, devido à história que contava de ter se entregado para um senhor na cidade de Presidente Prudente.

Assim, dois homens se enquadravam dentro do ato. Elias e o homem do Banco do Brasil. Segundo Helena Santos, Rosália havia marcado bem esses dois homens devido a sua posição social dentro da cidade, buscando um bom partido para se casar posteriormente e “dar condição”.

O homem do Banco do Brasil não foi encontrado pelas autoridades, sendo apontado como desaparecido. Entretanto, Elias, um comerciante conhecido na cidade, foi indiciado e contou que não percebeu que ela era virgem devido suas falas e jogando-a uma mulher traquejada<sup>257</sup>.

Elias articulou sua defesa junto com seu advogado. Questionou a honra da mulher e o ato do desfloramento. Alegou que Rosália ter vindo para Assis somente para fazer a vida, já trazia consigo características de sua personalidade. Por mais que o exame de corpo

---

<sup>256</sup> Processo Crime [IP31-74/85] - 1942.

<sup>257</sup> O termo mulher traquejada tem o mesmo significado de mulher de relacionamento aberto.

delito tivesse mostrado que ela ainda fosse virgem quando chegou à cidade e que ele tivesse sido o primeiro homem a deitar com ela, não queria dizer que fosse o autor do ato em si.

Justificou dizendo que Rosália livremente permitiu a cópula, não sendo forçada a nada e sabendo que receberia pelo ato, tendo sido contratada para essa finalidade. Porém, *por questões fisiológicas, que não comportam discussão, Elias não pode manter relação*<sup>258</sup>. O advogado alegava que Elias tivesse *broxado* durante o ato, não conseguindo chegar a concluir o ato sexual. Afirmou sim, ter mantido relação após o fato com a vítima, mas reafirmou que Rosália era uma menor corrompida.

Ironizou que se Elias conseguiu desflorar Rosália, o ato para ele constituía num prêmio, porque se trataria de cópula livremente consentida por uma mulher maior de 16 anos e, como não consumou o ato sexual, não devia merecer castigo, punindo com as penas somente de crime de corrupção de menores e não tentativa de defloramento.

A relação do abuso dentro da prostituição era extremamente complicada e foi com esse argumento que Elias se defendeu. Primeiramente, o fato de ter havido um convite e de tê-lo aceitado, por si só já indica que houve consentimento por parte dela,

Você não era obrigada a ir pro quarto com o homem. Não era obrigada, só que a partir da hora que ele olhou, não se interessou, achou que não dava certo, não queria, sei lá o que, ela também não podia sentar-se à mesa e fazer despesa. Se ela sentasse e o homem gostasse, aí ela estava quase que obrigada a ir pro quarto. Mas senão, ela não se sentava à mesa e não tinha problema. Não era obrigada.<sup>259</sup>

Elias recorreu para outro ponto, até mesmo dentro das casas, na relação das mulheres junto ao quarto - o que acontecia e o que era comentado por elas. Simili trabalhou com esses pontos baseada nos discursos retidos de depoimentos de gerentes e ex-meretrizes das casas de Assis. Segundo ela, o gerente ou a dona tinha somente um papel de vigilância sobre as meninas quanto à sua integridade física, o que acontecia dentro do quarto só era notado quando ocorriam pedidos de ajuda e sinais de violência. Outra questão é a distância entre os quartos e o salão da casa, o que permitia tanto a intimidade como o controle das meninas:

<sup>258</sup> Processo Crime [IP31-74/85] - 1942.

<sup>259</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memórias da Prostituição: Lembranças da "casa da Antonieta"*. (Dissertação de Mestrado). Unesp, Assis, SP, 1995. Pg. 146.

O salão era longe dos quartos e o barulho do salão dificilmente se escutava o que acontecia nos quartos. Eu (dona da casa) sempre ficava andando por ali, olhando e ouvindo se acontecia alguma coisa.<sup>260</sup>

Mesmo dentro da casa, a questão da imagem da mulher tendia a ser preservada, para não ganhar fomas absurdas que ultrapassariam as portas e virariam “histórias” pela cidade, conforme apontou Simili:

A necessidade de preservação da imagem, ainda fala alto no presente, podendo ser observada em algumas avaliações feitas, como a que realiza a gerente quando se recorda de qual era o comportamento de algumas mulheres em relação ao quarto e ao sexo: “tinha muitas que gostavam do que faziam, mas tinha outras que não.”<sup>261</sup>

E em relação a elas mesmas, ao se pautarem nas práticas sexuais feitas pelas colegas para caracterizá-las como vagabunda ou menina completa. A vagabunda gerava um desprazer até mesmo entre elas:

Ela [...] foi a mulher mais vagabunda que apareceu na zona, a primeira. É a única mulher que fazia sacanagem! Ela foi a primeira que... Nós tínhamos nojo dela! Nossa Senhora! Essa era... a perdição!<sup>262</sup>

Já a menina completa ganhava fama pela sua ousadia e suas fantasias criadas, que ultrapassavam a barreira do quarto:

Tinha sexo fora do normal, se passasse do normal, a gente cobrava. Eu nunca trabalhei desse tipo, era o certo, só papai e mamãe. Agora, tinha as meninas que já... por exemplo: Ah! me dá uma menina completa! Ah! já indicava. A gente tinha a recepcionista, ia lá e buscava a menina! É essa aqui!<sup>263</sup>

Nesses discursos, Elias argumentava a sua defesa e escapava da condenação. Por mais que Elias assumisse a culpa da corrupção de menores, ele negava fielmente o ocorrido crime que era mais grave e que poderia levar à conseqüências muito mais graves. O juiz não conseguiu levar o processo adiante porque Rosália retornou para Presidente

---

<sup>260</sup> Idem.Pg. 165.

<sup>261</sup> Idem.Pg.163.

<sup>262</sup> Idem.Pg.163.

<sup>263</sup> Idem.Pg.167

Prudente e a família preferiu suspendê-lo com toda essa incógnita para proteger o que resta da moral da sua filha.

Os juízes acabavam tomando duas atitudes em relação a esses casos, como mostrou Bessa:

Os juízes costumam alegar, como justificativa da condenação do acusado, a necessidade de proteger as moças “desonradas” para que não caiam no vício da prostituição. E, por outro lado, justificam a absolvição como forma de beneficiar homens sérios e trabalhadores das armadilhas preparadas por mulheres espertas, que vivem do “comércio carnal”.<sup>264</sup>

A fuga para Rosália acabava sendo o seu próprio aprisionamento. Na realidade em que passou a viver muito mais condenada por seus atos perante a sociedade e sua família. Por que Rosália e Josefa se separaram da amiga e preferiram ir à zona de meretrício se prostituir do que à casa dos parentes? Por que essas meninas “fugitivas” buscaram a zona de meretrício?

A fuga das meninas fora feita numa crença de mudança, da busca de algo novo e do rompimento com o mundo antigo. As duas, por mais que pudessem vir a ficar na casa dos parentes da amiga, acabariam encontrando os mesmos meios, formas e vivências que encontravam nas suas antigas residências. Ainda o fato da total desconfiança sobre suas pessoas e o extremo medo de serem delatadas aos seus pais e parentes.

O rompimento com seu passado e seu ideal de mundo seria mais fácil de ser atingido dentro da zona de meretrício. O único problema seria a linha tênue que separava a fantasia da perdição dentro desse ambiente de libertinagem. Como alegava Rago, ao destacar as características dos bordéis:

No bordel, buscava-se não apenas a transgressão dos comportamentos moralmente sancionados, mas os excessos, as fugas, os êxtases, os prazeres da orgia [...] Não importa a medida do prazer que era atingido no encontro dos corpos prostituídos. Importa ressaltar a existência de fantasias que moviam os indivíduos em direção ao mundo da prostituição - lugar de coesão social, forma simbólica e concreta de escapar ao isolamento da vida conjugal e do fechamento circular das teias que configuravam o âmbito da vida privada.<sup>265</sup>

---

<sup>264</sup> BESSA, Karla Adriana Martins. *Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas* (Uberlândia, 1950 a 1970). (Dissertação IFCH – Unicamp) Agosto, 1994. Pg. 134.

<sup>265</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg 188-189.

Desse modo, o bordel era o lugar onde as fantasias se tornavam realidade e todos os desejos e personalidades poderiam se manifestar centrado nesse caráter de teatralização:

No cabaré, a prostituta faz sua aparição solene, teatralizada, barroca, projetando-se com destaque para a sociedade elegante. Ao lado do teatro, local de movimentada circulação social nesse momento histórico, principal atividade cultural especialmente dos setores mais privilegiados, o cabaré e suas derivações – o bar, a “pensão de artistas”, o bordel de luxo e, posteriormente, o rendez-vous- com todos os equipamentos modernos de prazer e conforto que a cidade fornece, introduzem um nível mais sofisticado e diversificado de vivência erótica.<sup>266</sup>

A busca dessa teatralização se centralizava no ambiente, nos clientes e nas mulheres com seus papéis estabelecidos. Essa representação era o que levava muitas casas a ganhar o nome de “pensão de artistas” tanto nas grandes capitais, como no interior:

Embora muitas prostitutas viessem do meio artístico, o vínculo que superpõe suas imagens tem camadas mais espessas, sedimentadas por uma forma de conceptualização, que carrega toda a elaboração romântica do século XIX. Ambas habitam o mundo da representação, das ilusões e dos artifícios que, ao mesmo tempo, situa a mulher honesta no campo da natureza. Por isso, os bordéis podiam ser chamados de “pensões de artistas”.<sup>267</sup>

A facilidade de recepção ao primeiro contato nas casas teve papel relevante, Rosália e Ivone não tiveram problemas ao chegar ao contrário, foram muito bem recebidas, essa fraternidade assisense na zona foi destacada por uma das personagens presentes no trabalho de Simili:

Ah! Primeiro, eu cheguei com a gerente. A gente chegou de táxi. As meninas apresentavam a gente, daí a gerente explicou como é que era. Explicou que ali era pensão, que as meninas tinham que sentar à noite no salão, só que tinham que se arrumar muito bem. Saber tratar muito bem as pessoas que chegavam. Se não dançavam, tinha que aprender a dançar.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> Idem.Pg 194.

<sup>267</sup> Idem .193.

<sup>268</sup> SIMILI,Ivana Guilherme.*Memórias da Prostituição:Lembranças da “casa da Antonieta”*.(Dissertação de Mestrado).UNESP,Assis,SP,1995.Pg. 122.

O único empecilho encontrado seria a dança, e quem não gostava de dançar? Não necessariamente a vivência dentro da zona de meretrício refletia a escolha pela prostituição, outros fatores também justificavam a visita. A questão da moradia, com o aluguel de quartos com preços mais acessíveis, a facilidade de emprego, como lavadeira, doméstica, costureira, cozinheiras nas casas e nos bares e também por ser considerado o último lugar a serem procurado por seus pais e parentes.

## 6.2 YUNGA SOARES: A PEQUENA NOTÁVEL!

Analisando os processos-crime várias identidades e vários nomes vêm à tona dentro das estruturas da trama do processo penal brasileiro. Relatórios, exames, interrogatórios e decisões finais ao separar os processos para a finalidade desse capítulo, um nome começava a se destacar: o de Yunga Antunes dos Santos.

Yunga Santos transitava em dois processos-crime como uma das peças principais da acusação relacionada à prostituição e à corrupção de menores dentro da zona de meretrício de Assis.

Numa tarde, após uma denúncia de uma casa fosse de *rendez-vous* e a dona da mesma permitia que menores mantivessem encontros carnais ali, o comissário de menores fez uma visita à casa de Lazineha<sup>269</sup>. Dentro dela encontrou algumas pessoas, entre elas estava Yunga Antunes dos Santos.<sup>270</sup>

Yunga tinha quinze anos, declarava branca, sabendo ler e escrever e dizia-se natural da cidade Iepê no interior de São Paulo. A mesma afirmou em suas declarações que havia conhecido Lazineha havia algumas semanas, e que somente na última começou freqüentar a casa da mesma. Sabia que era uma casa de *rendez-vous*, porém as pessoas que freqüentavam aquele ambiente não faziam algazaras e nem gritarias, sendo uma casa tranqüila.

Alegava ser mentira que foi a casa para manter encontros sexuais, sendo que foi lá somente após ser convidada por uma amiga para verem as roupas que a dona da casa vendia somente isso. Lazineha reafirmava o discurso de Yunga, modificando-o um pouco. Apontou que sua casa não era de *rendez-vous* e o movimento que ali existia era devido por ela ser vendedora de roupas de qualidade e também alegava que seus filhos moravam consigo e seria um absurdo acusá-los.

---

<sup>269</sup> Lazineha era a proprietária de uma pensão na cidade de Assis no ano de 1962.

<sup>270</sup> Processo Crime [IP51 – 507/522] - 1962.

O processo acabou ganhando outros contornos, centrando-se mais na questão da movimentação em torno da casa do que a corrupção de menores. Ocorreu a mudança da localidade da casa, ainda que não houvesse provas suficientes para o juiz condenar a casa como sendo um local de rendez-vous. Yunga acabou desaparecendo na trama do processo, mas não da vida jurídica assisense.

Após um ano e três meses, Yunga <sup>271</sup>voltou a figurar nos processos criminais da cidade. Novamente, foi registrada uma ocorrência de desaparecimento de duas menores de idade provindas de outra cidade, que acreditavam que elas estavam em Assis e se prostituindo.

O comissário de menores foi na zona de meretrício procurar nas casas relacionadas com “tendência” à corrupção de menores. Ao fazer a inspeção na casa de Carlinda Junqueira, vulgo “Ivone”, às quinze horas e trinta minutos se surpreendeu com o movimento dentro da casa e a porta foi fechada às pressas. Vendo isso, forçou a porta e antes de ser colocada abaixo, e conseguiu abri-la. Dentro da casa ele encontrou Carlinda e mais duas mulheres, Yunga, uma “costureira” e alguns homens. Encaminharam-nas para a delegacia e começaram a recolher os depoimentos.

Segundo Yunga, ela vinha se prostituindo desde o quatorze anos e agora estava com dezesseis anos. Afirmou que foi às quinze horas na casa de Ivone para se encontrar com um homem para manter relações sexuais, que ela já havia “ficado” com ele algumas vezes e, logo após adentrar na casa, “ficou com ele”. Não sabia dizer o nome do homem, somente que era um homem de idade, com descendência árabe. Finalizando o “encontro”, o homem lhe deu dois mil cruzeiros. Afirmou já ter estado diversas vezes na casa com essa finalidade e sempre atendendo os convites feitos por Ivone.

Ivone, nas suas declarações alegava que mantinha a casa para fins de encontros amorosos e passou a fazer isso para poder viver, uma vez que não tinha outros recursos de vida, nem parentes, além de ser mulher idosa, de saúde abalada e sem possibilidade de arrumar alguma espécie de trabalho. Jamais cobrava aluguel dos quartos de ninguém, e que os homens que levavam as mulheres à sua casa, gostavam de dar presentes a ela, como um corte de vestido, um par de sapatos ou mesmo mantimentos para a casa.

Recebeu a visita de Yunga, que ali foi por livre e espontânea vontade para manter relações sexuais com um homem e que ela não sabia o nome do mesmo, só sabendo ser um árabe e de idade avançada. Yunga ficou com ele num quarto e logo após foi embora.

---

<sup>271</sup> Processo Crime [IP52 – 71/106] – 1963.

Enfatizou que jamais arranjou encontros para as pessoas que freqüentavam a sua casa e não faz isso por gosto, somente por necessidade.

Uma terceira testemunha identificada como a “costureira”, alegou que foi somente levar roupas para Ivone comprar e que no momento da batida, a menina tentou pular a janela e ao não conseguir, tentou acalmá-la fazendo com que não fugisse alegando que seria pior para todos se fizesse isso.

Num dos depoimentos dos homens que estavam dentro da casa, alegavam que tentaram conversar com o comissário de menores para deixar que a “mocinha” fosse embora, porque não fizera nenhum mal e só tentou pular a janela por estar assustada com aquela situação constrangedora.

Recolhido os depoimentos, o delegado foi atrás do suspeito árabe de idade, que haveria corrompido Yunga. Encontraram Chequer Jabur, um comerciante de sessenta e dois anos de idade, conhecido por frequentar as rodas da zona de meretrício.

Jabur afirmou que existiam vários árabes que frequentavam aquele ambiente, e que árabe com seu nome existiam quantos outros, por ser um nome comum em seu país de origem, o Líbano. Que freqüentou a casa de Ivone, mas jamais manteve relações sexuais com aquela “mocinha”.

Com o recolhimento dos termos de acusação das vítimas, ocorreu uma mudança significativa nos discursos de ambas às partes. Ivone se dizia agora tendo como ofício prendas domésticas, ou seja, doméstica e que sua casa não era um local de *rendez-vous*, nunca tendo acolhido casais para essa finalidade de manter encontros libidinosos. Que a movimentação na mesma era por ser uma mulher de grandes relações na cidade de Assis e muito sociável. Que Yunga foi lá somente para entregar uma roupa a ela, pois sua mãe era sua lavadeira e que várias mulheres freqüentavam sua casa para vender produtos de beleza e mesmo para visitá-la.

Yunga sustentou a declaração de Ivone, dizendo agora ligada às prendas domésticas e que foi o somente para levar as roupas que sua mãe tinha lavado para a mesma. Jamais tinha se “prostituído”, dizendo ainda ser “donzela”. A costureira reafirmava a história das outras, enfatizando que a menina se encontrava no local somente para realizar a entrega das roupas e que a casa era um ambiente saudável, de família, diferentes das outras em seu bairro.

O juiz extinguiu o processo fundamentando não haver provas suficientes para demonstrar sinais de prostituição e corrupção de menores. Ivone, numa declaração final, alegava agora estar “amasiada” com um bom homem e que se resguardava das amizades que

podiam prejudicar sua vida. Yunga desapareceu no processo e em outros analisados no período, nos deixando somente uma dúvida. Yunga era somente uma “criança” que frequentava ambientes impróprios ajudando sua mãe, ou, era uma pequena notável dentro da zona de meretrício?

## 7 BOEMIA, ÁLCOOL E CONFUSÃO.

A boemia foi um dos principais meios de ligação de diversos tipos as chamadas zonas de meretrício. O convívio entre amigos, a fuga da rotina, as rodas de música e o sexo se tornaram o grande atrativo. Entretanto, algo essencial e de grande importância para o desenvolvimento desses atos foi a introdução das bebidas alcoólicas na vida das pessoas.

Um atrativo, um declínio, um alívio ou um deslize as bebidas iam ser encontradas em boa parte dos relatos e por isso não poderiam ficar de fora desse trabalho. Cabe agora entender qual a importância da bebida dentro da zona de meretrício e de que maneira influencia direta ou indiretamente seus agentes.

Maria da Conceição<sup>272</sup> estava por volta das quinze horas reunida com outras mulheres na casa de tolerância denominada Pensão Isaura, localizada na Rua Palmares, bebendo algumas cervejas e conversando. Quando Maria Isaura, que já estava embriagada, começou a discutir com ela.

Maria Isaura incentivava nas casas de tolerância, que as mulheres se esforçassem ao máximo para que os homens gastassem com bebidas para elas. Maria da Conceição, indignada, disse que isso não era um procedimento correto, que não era o que uma pessoa boa deveria fazer e que não se devia fazer isso. A discussão tomou proporções maiores e as duas saíram nas vias de fato, armando-se com garrafas.

Esse pequeno relato trouxe consigo muitas informações importantes a respeito do consumo de bebidas, do funcionamento das casas de tolerância e imaginário que conviviam as meretrizes.

Para desvendar esse mundo permeado pelas bebidas, devemos entender o papel das bebidas alcoólicas dentro das casas de meretrício. O primeiro ponto de destaque era a tentativa de escapar da lei como beneficiamento a prostituição, utilizando as bebidas sendo bares, restaurantes ou pagando impostos dentro das casas. Através do pagamento de taxas e impostos para as autoridades, a casa poderia funcionar, devendo passar por inspeções regularmente.

Bebia-se dentro do salão ou da sala da casa, reduzindo a responsabilidade das donas das casas sobre o que acontecia nos quartos. Na sala, as meretrizes ficavam à espera

---

<sup>272</sup> Processo Crime nº [IIC38] – Ano: 1930.

de seu cliente, interagindo com eles entre as mesas, enquanto os mesmos bebiam e poderiam ou não ter relação com as mesmas.

Outro ponto relacionado era o lucro obtido pelas donas das casas para sua manutenção e como forma de concretizar sua renda. Num depoimento recolhido por Simili de um antigo gerente de uma das casas mais tradicionais da cidade, a casa de Antonieta, ele revelava essa intenção: “*a bebida que vem para vocês, não é para embriagar, nem prá nada, é para dar lucro.*”<sup>273</sup>

Esse lucro se dava de duas formas, através do consumo elevado de bebidas dentro das casas, como expos Simili novamente, ao expor o gerente: “*bebia-se muito, mas bebia muito mesmo*”.<sup>274</sup> Ou através do elevado preço das bebidas dentro das casas, quase o dobro do valor da mesma bebida em outro ambiente, e as técnicas de sabotagem feitas por gerentes e funcionários das casas, como mostra Simili ao relatar as falas de um garçom da mesma casa:

Quando misturávamos água ou guaraná às bebidas, tinha algumas que contavam para os caras. A Tereza mesmo era feroz nisso, viu!! (risos). Ela falava: “se eu pôr...” e, tinha que pôr. A gerente é que pedia: “Não põe forte não, põe fraquinha, o homem paga bastante, quer dizer...”<sup>275</sup>

Após esse relato podemos pensar que tipo de bebida poderia ser modificado com a inserção de água, pensando: quais seriam as bebidas consumidas dentro da zona de meretrício e nas casas de tolerância?

Através dos depoimentos recolhidos dentro dos processos-crime, observava-se o consumo de cerveja, cognac, uísque e pinga. Simili também se questionou quanto a essa questão e pode nos dar outra visão sobre o que era consumido em Assis: “*Ali era uísque, vinho, cerveja de jeito nenhum*”. *Só dose, só dose mesmo! Só dose [...] Era só uísque e cuba libre.*<sup>276</sup>

Observando isso, podia-se constatar o consumo de diversos tipos de bebida dentro da zona de meretrício, questionando apenas quais eram as bebidas consumidas por

<sup>273</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 149.

<sup>274</sup> Idem. Pg. 149.

<sup>275</sup> Idem. Pg. 152.

<sup>276</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 151.

homens e quais eram as das mulheres. Simili relatava as lembranças de um garçom, expõe com extrema precisão:

Para os clientes era servida a bebida, tinha cerveja, mulher não bebia cerveja, mas tinha Uísque, Campari, Cuba-Libre, Martini, Vinho. Vendia muito vinho licoroso branco. Geralmente quem começava a tomar uma bebida, tomava uma só – tomava uísque.<sup>277</sup>

Dos diversos tipos de bebida consumidos tanto por clientes como por meretrizes, fica claro um pouco das relações culturais da sociedade assisense da época, entretanto, qual seria a influência direta da bebida sobre as meretrizes e os clientes.

Para os clientes a bebida tinha relação de sociabilidade entre seus pares dentro das casas de tolerância e também para concretizar o ritual da espera por sua parceira para o ato sexual, tentando aliviar pressões sócias, familiares e religiosas, por estar ali e concretizar ou não o ato sexual. Adler aponta isso:

Os homens, com ar embotado pelo cansaço e pelo álcool, olham-nas com excitação e gula enquanto elas trocam seus carinhos [...]. Imagina o momento em que estará nos braços daquela mulher para a qual entrega totalmente sua fortuna, honra e dignidade. Ele gosta disso.<sup>278</sup>

Essa teatralidade que a bebida ajudava a constituir dentro daquele ambiente fazia com os clientes esquecessem todos os seus problemas e assumissem qualquer personagem que quisessem ser por aquela noite, mesmo assim não deixava de ser explorados também pelas casas, como mostrava Simili, “o cliente que é lembrado como pressionado por ambos os lados, a tudo se submetendo e pouco reivindicando, nada reclamando e tudo pagando.”<sup>279</sup>

Já as mulheres bebiam com a intenção de tentar aliviar o peso do ambiente em que estavam tentando controlar suas paixões como lembrava Simili: *sofríamos nossas paixões bebendo [...]. Estava alegre, tomei 3 vinhos e uma cuba, meu amor chegou, bebi*

---

<sup>277</sup> Idem.Pg. 151.

<sup>278</sup> ADLER,Laure.*Os Bordeis Franceses(1830-1930)*.SP:Cia das Letras,1991.Pg. 9.

<sup>279</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis,1995.Pg. 152.

*bastante me lembrando de alguém, fiquei doida, chorei, fui para o salão dancei muito triste, bebi.*<sup>280</sup>

Através desses diversos relatos podiam-se sentir as paixões agindo diretamente sobre essas mulheres, tanto de seus amores até pela escolha de profissão. É evidente nas falas foi a espera pelo cliente, a espera da sua atuação, a espera do seu ofício, ou seja, a espera de qualquer situação dentro da casa como expos Adler: *elas esperam. Esperam o cliente, bebendo para matar o tempo. [...] As moças convidam os clientes a beber e também elas bebem.*<sup>281</sup>

Por fim a bebida para tentar suavizar a sua relação com o cliente e incorporar o seu personagem da noite, como relatava Simili:

Os brindes com os vinhos, a champanhe e as cubas a deixa “um pouco alta” liberando-a para relacionar-se com os clientes [...] Elas queriam beber, estavam ali dançando, estavam junto com a pessoa de quem gostavam ou estavam com quem não gostavam e daí bebia de raiva. Outras bebiam exclusivamente para dar lucro para a dona da casa, sabiam que o cara tinha bastante dinheiro e daí caíam matando em cima dele.<sup>282</sup>

As autoridades também tinham ligação direta com a venda de bebidas, pois devido a sua autorização de comercialização, se responsabilizavam diretamente pelo que acontecia nesses locais, sendo um dos motivos da excessiva vigilância exercida sobre eles. O lucro obtido através da arrecadação de taxas de liberação de funcionamento às casas e bares e ligadas diretamente à venda de bebidas, geravam uma excelente arrecadação para o Estado.

## 7.1 BEBER, CONVERSAR E FAZER CONFLITOS.

A boemia percorria o imaginário das pessoas em histórias, contos, relatos, testemunhos e de outras tantas maneiras. Grandes poetas, artistas e personalidades viveram e ganharam fama nesse meio. Um dos pontos cruciais da boemia foi a zona de meretrício, local onde se encontravam bares, restaurantes, pensões e casas de tolerância.

Um meio sociável que trazia diversas lembranças nas memórias dos seus participantes:

<sup>280</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 150.

<sup>281</sup> ADLER, Laure. *Os Bordeis Franceses (1830-1930)* SP: Cia das Letras, 1991. Pg. 94.

<sup>282</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP – Assis, 1995. Pg. 149-150.

Os boêmios mais saudosos da antiga zona de meretrício, ao recordarem-se das festivas noites que lá passaram, sempre terão para contar histórias de festas, bailes shows, jogos, amores, mas também de inúmeras brigas e confusões envolvendo clientes e prostitutas.<sup>283</sup>

Um desses relatos nos trazia a história de Wanderley Horácio<sup>284</sup>, casado, 26 anos que furtou uma carteira e partiu para a zona de meretrício a fim de gastar o dinheiro obtido. Segundo testemunhas, ele era um mau colono que não queria trabalhar e somente saber do jogo de bicho, bebidas e mulheres. Seguindo a testemunha, havia vários colonos como ele, e o município estavam cheio de indivíduos perigosos, que não queriam trabalhar.

Para outros, ele tido com três características terríveis a um homem, tarado, que trocava a sua família por qualquer rabo de saia; vagabundo, que só sabia gastar o dinheiro ganho na zona de meretrício e não com sua família; e valentão que só gostava de ocasionar algazarra e confusão.

Aos olhos das testemunhas, os motivos dele ser assim era a falta de princípios religiosos e o alcoolismo que fazia com que ele gastasse todo seu dinheiro em bebida e o tornava valentão, não querendo mais saber de trabalho. Boa parte da culpa, segundo eles, vinha das prostitutas, que não se importavam com a origem do dinheiro que recebiam por seus trabalhos e pela bebida paga a elas e fazendo com que ele se endividasse, não conseguindo dinheiro para sustentá-las.

Dos relatos do processo observamos o porquê Horácio preferiu ir à zona de meretrício após roubar a carteira. Observava que sua escolha se devia ao intento de ser respeitado e aceito naquele meio, por não se importarem com a origem da pessoa, sua história e nem com a origem de seu dinheiro.

Após, podia-se observar a influência da zona de meretrício com meio corruptor dos bons cidadãos com princípios religiosos, apresentava Soares:

[...] a prostituição ao incentivar a libertinagem celibatária, dificultava os casamentos e a procriação [...] Por outro lado, a prostituição, ao encaminhar homens e mulheres para a vida de orgias, para a luxúria e a libertinagem, negava todos os preceitos da religião católica.<sup>285</sup>

<sup>283</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, EDUEL, 2005Pg.160.

<sup>284</sup> Processo Crime [IP28 – 2547] – 1939.

<sup>285</sup> SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas... (A prostituição no RJ do século XIX)*. SP: Editora Ática, 1992, pg86.

Observava-se que a família nuclear perdia seu pai, seu líder familiar, para a boemia e a zona de meretrício transformava Horácio como um *tarado*, tornando-se um indivíduo perigoso entre outras mulheres. Outro ponto era a zona de meretrício como um catalisador dos problemas pessoais de pessoas com tendência ao alcoolismo e à vadiagem, argumentava Rago:

[...] a prostituta, situada no último degrau da decadência feminina, era responsabilizada como “corruptora de menores” pela existência de jovens viciados, já que se considerava que a grande maioria delas ingeria freqüentemente amplas doses de drogas.<sup>286</sup>

No caso de Cesário Nelson Travassos<sup>287</sup>, 44 anos, solteiro, comerciante de terras, o álcool tinha outra função dentro do mesmo contexto social. Cesário caminhava pela rua quando observou duas mulheres na sala de uma pensão e resolveu entrar para tomar alguma bebida. Na Pensão *Máxime*, da proprietária Antonieta Detilio, Cesário começou a beber na sala junto com Josefina Figliolio, 27 anos, doméstica e Maria Jorge da Silva, 19 anos e também doméstica.

Josefina estava jantando e Maria bebia ao seu lado a acompanhando junto a mesa. Cesário se juntou a elas e começou a beber. Após algumas doses, ambos já se encontravam um pouco alcoolizados, como ficou comprovado no exame de embriaguez, e, após a chegada de outra mulher, que não foi encontrada para depor, o ambiente se transformou.

Essa mulher, ao ver Josefina e Maria sentadas com Cesário, começou a dizer coisas impróprias para elas, questionando sua moral e o que faziam ali no momento, chamando-as de cretinas. Josefina tomou as dores para si e retrucou-a, partindo logo em seguida. Ao ver essa cena, Cesário começou a caçoar de Josefina dizendo que tudo o que ela havia dito era verdade e que ela era realmente uma cretina, perdida na vida e que merecia uns tapas. Josefina indignada se levantou e xingou Cesário, disse que iria ao seu quarto para terminar sua refeição.

Cesário provocado por Maria que insinuou que ele era pau mandado de qualquer mulher e covarde foi atrás de Josefina invadiu seu quarto e deu-lhe uns tapas, para se proteger ela quebrou o prato na sua cabeça e conseguiu sair do quarto. Na sala, Antonieta

<sup>286</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RJ: Paz e Terra, 1991. Pg. 103.

<sup>287</sup> Processo Crime [IP34 – 144/158] – 1943.

remediou o caso, dizendo para Cesário que já estava farta dele que já era a terceira vez que ele alcoolizado causava algazarra na casa e que isso o transformaria numa pessoa indesejada ali se continuasse a agir dessa forma. Cesário, indignado, disse que iria à delegacia prestar queixa de agressão e que contaria a todos o que realmente acontecia nessa residência.

Nos autos, o advogado de defesa questionou a moral da casa através dos testemunhos e do ato de violência remetido ao seu cliente. Já o juiz, entendeu por justiça assistir razão à Josefina, baseado no exame de embriaguez de Cesário, alegando que ele já era reincidente e que era o papel dele, como juiz, *se alguma coisa resta às decaídas, é que a sociedade lhes assegure a integridade física contra a sanha de machos nesses lugares de submoralidade.*

Dos pontos citados pode-se destacar a visibilidade das moças na sala da casa. Seguindo um costume popular de vilas e pequenas cidades no Brasil de deixar as portas e janelas abertas para ventilar e socializar com seus pares. Nesse caso, a abertura da casa pode ter a intenção de arejar o ambiente, mas também tem a função de atrair clientes para a casa.

O exame de embriaguez teve uma importância por dar um caráter oficial a embriaguez. Esse exame, feito através da coleta de sangue do indivíduo, pode pesar tanto com um caráter condenador ou libertário dentro do processo. No caso de Cesário, o exame veio concretizar o discurso do juiz ao inocentar Josefina. Disso pode-se observar como a medicina novamente atua junto à justiça nos casos referentes às zonas de meretrício.

Ficava claro em processos referentes à zona de meretrício e à prostituição que a fala dos agentes estava interligada à moralidade do indivíduo, simples palavras acabam ganhando um sentido pejorativo colocando em questão a conduta moral do indivíduo. Um exemplo disso era a utilização do termo cretina num sentido pejorativo colocando em jogo a conduta moral da mulher e já a pré-determinando a um traçado dentro do processo. Já na fala de Maria, ao insinuar que Cesário era um pau mandado de qualquer mulher e covarde, ajudou a eclodir a situação e destacar uma tendência masculina e da época do uso da violência e da sua banalização, quando questionado quanto a sua masculinidade.

Dessa forma o uso da violência pelas partes acabava ganhando um caráter de sobrevivência entre as partes, como reafirmação entre o grupo e constituição de sua personalidade como lembrava Chalhoub: *o surgimento do ajuste violento, essenciais para a estratégia de sobrevivência dos homens e mulheres, possuindo, assim, um caráter construtivo e organizador das relações sociais entre seres essencialmente iguais.*<sup>288</sup>

---

<sup>288</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP. Unicamp, 2001. Pg. 202.

Partindo desse princípio, utilizar-se-á de algumas idéias de Hannah Arendt para concretizar o uso da violência de Cesário contra Josefina. Iniciando, destacava-se um recorte feito por Arendt dentro do seu livro *Sobre a violência*<sup>289</sup>, em referência ao filósofo Jean-Paul Sartre<sup>290</sup> comentando sobre o jornalista Bertrand de Jouvenel em referência ao uso da violência que *um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade, o que lhe dá um prazer incomparável.*<sup>291</sup>

Dessa análise sobre a violência nesse recorte podíamos observar claramente Cesário dentro dessa frase como o uso da violência como uma reafirmação da sua masculinidade e a busca de prazer num local onde o que se espera era a realização do prazer.

Sustentando isso, Cesário poderia utilizar em sua defesa judicial a corriqueira tese de defesa de sua honra, justificando a ofensa referida por Maria de que ele era *pau mandado de mulher e um covarde*. Como mostrava Arendt, o uso dessa afirmação para conceituar a violência é muito recorrente: *Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios são imediatos.*<sup>292</sup>

O insulto e o questionamento da sua conduta masculina levam Cesário à ira e ao ódio, que também age como justificador do uso da sua violência. Arendt reafirmava isso em dois momentos:

Que a violência frequentemente advenha do ódio é um lugar-comum, e o ódio pode realmente ser irracional ou patológico, mas o mesmo vale para qualquer outro sentimento humano [...]. O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não. Reagimos com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido e esta reação de forma alguma reflete necessariamente uma injúria pessoal.<sup>293</sup>

Um relato ajudou a destacar alguns pontos sobre o álcool, cotidianos e uso da violência. Onofre Alcântara<sup>294</sup>, vulgo “Pombo”, com vinte e nove anos, lavador de carros, ao passar pela Rua José Bonifácio, às quinze horas, resolveu entrar na pensão para ouvir um disco que portava em mãos. Ao entrar pelos fundos da pensão, se deparou com Jandira Rodrigues, com vinte e oito anos, meretriz, que estava lavando roupas numa bacia de ferro

<sup>289</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. RJ: Relume-Dumará, 1994.

<sup>290</sup> Filósofo francês de grande importância mundial com base na sua teoria sobre o existencialismo.

<sup>291</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. RJ: Relume-Dumará, 1994, pg.32.

<sup>292</sup> Idem. Pg.41.

<sup>293</sup> Idem. Pg.47.

<sup>294</sup> Processo Crime [IP41 – 155/172] – 1953.

com água quente. Onofre pediu para ela largar o que estava fazendo e ouvir o disco com ele. Ela negou-lhe o pedido. Ao ouvir um “não” de Jandira, Onofre, que se encontrava alcoolizado e tem fama de arruaceiro na zona de meretrício – e que por isso ganhou o apelido de Pombo, por “empombar” quando arruma confusão - pediu novamente e recebeu outro “não”. Com isso, contrariado, ele começou a falar mal dela, ordenando que ela o obedecesse e calasse a boca, que era uma vagabunda. Não sendo obedecido, Onofre partiu para cima de Jandira, que estava com um garfo em mãos para mexer a roupa, utilizou-o para se defender e acabou atingindo Onofre na cabeça, fazendo-lhe sangrar. Atordoado ele parte da pensão, mas volta minutos depois chantageando Jandira, que se lhe desse algum dinheiro ele não prestaria queixa contra ela. Jandira não concordou com a atitude e o mesmo fora à delegacia prestar queixa. Na delegacia, após o exame de verificação de embriaguez, comprovou-se que Onofre se encontrava muito alcoolizado. Na tentativa de remediar isso o seu advogado tentou desmoralizar Jandira, dizendo que era ela quem lhe pediu dinheiro e não o Onofre, e que seu cliente era um bom trabalhador, mas infelizmente é dado ao vício da embriaguez. O juiz, ao ouvir ambas as partes, deu razão à Jandira.

Dos relatos retirados do processo, evidenciam-se vários pontos que deviam ser destacados. O primeiro deles, na história de Onofre, era a questão do horário, o ocorrido acontece no período da tarde, às quinze horas, constatando que não seria somente à noite que a zona de meretrício atraía seus clientes.

Dessa constatação podia-se ver que, pela proximidade das áreas centrais, o trajeto era quase uma obrigação pelas pessoas que vão trabalhar ou fazer algo relacionado ao seu ofício, um pequeno desvio de olhar poderia mudar completamente o trajeto. Onofre, que tinha como trabalho ser lavador de carros, deveria estar no horário de almoço ou trabalhando nesse momento, mas o fato de estar portando um disco em mãos pode-se considerar que se sua origem seria outro local. Ele poderia ter esquecido ou pego o disco no seu trabalho e o levava para sua casa, tendo podido ter feito o trajeto ao contrário, ou num relativo tempo de folga no trabalho fora distrair na ouvindo uma música.

Rago destacava essa questão pensando por que o operário iria ao bar ou à zona de meretrício:

O operário busca o botequim e o cabaré para se refugiar da casa insalubre e nojenta; no álcool e no jogo, procura as compensações que lhe faltam dentro do ambiente doméstico, quer divertir-se e esquecer: “vai ele pouco a pouco, entregando-se ao vício do jogo e da bebida”. O fantasma do botequim popular (a boate ou café burgueses não são objetos de degenerescência) aparece na representação deste imaginário como instituição ameaçadora para

os valores da sociedade, pois é o lugar do pecado e do vício. A imagem do operário que ao sair da fábrica se instala no bar, porque lhe é insuportável ficar em sua casa, que gasta os seus míseros tostões na bebida ou no jogo, ou divertindo-se com prostitutas.<sup>295</sup>

O agravante dessa situação era que ele já se encontrava alcoolizado antes de chegar à pensão e não ficar se alcoolizando lá, não se sabendo onde ele haveria bebido. Era que havia parado em algum bar durante o trajeto, ou era que havia bebido em pleno ambiente de trabalho?

Assis possuía bares e restaurantes dentro da zona de meretrício que eram frequentados não somente por moradores da zona, mas também de outras regiões. O bar e o botequim, assim, acabavam tendo um caráter convidativo para os moradores da cidade por alguns motivos, como lembrava Chalhoub:

A relação entre o proprietário do botequim e seus fregueses está longe de se caracterizar sempre pela animosidade. A posição do proprietário do botequim é tanto ambígua: por um lado, sua condição de proprietário fundamenta um antagonismo básico entre ele e seus fregueses, mas, por outro lado, ele fazia parte do mundo dos populares, compartilhando sua visão das coisas e assimilando seu código de conduta. Tanto é assim que o botequim é quase sempre o ponto de abrigo preferido de populares que procuram escapar à ação dos meganhas ou de outros quaisquer agressores.<sup>296</sup>

Outro ponto que valia destacar do horário da tarde pelo ocorrido era o pretexto para os encontros amorosos devido ao fato de boa parte dos frequentadores da zona de meretrício serem casados ou comprometidos, esse período do dia era o que mais facilitava a sua presença nas casas e nos bares. No período noturno se esperava que os homens estivessem em suas casas com suas famílias e suas mulheres, ou interagindo em alguma atividade na presença deles. Qualquer saída noturna por mais que não fosse obrigado a dar satisfação para sua esposa era muito bem vigiada e também pelos seus próprios vizinhos, que colocavam em dúvida sua participação familiar. Desse modo, o período da tarde era perfeito, pois era o período em que ele estaria trabalhando ou fazendo qualquer atividade relacionada à sua casa, como compras ou pagamento de contas.

---

<sup>295</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. SP: Paz e Terra, 1997. Pg. 196.197.

<sup>296</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP. Unicamp, 2001. Pg. 265.

Simili expos um relato referente a isso de um gerente de uma das casas de Assis: *“como eram todos casados e não podiam sair à noite, então eles inventavam uma viagem de negócios e ficava a tarde toda ali.”*<sup>297</sup>

Vale destacar também nesse relato uma exceção à regra de conduta da meretriz em relação ao seu cliente, conforme Simili: *“Não importava dia nem hora: a qualquer momento os clientes podiam chegar, obrigando-as a abandonar o que estivessem fazendo para atendê-los.”*<sup>298</sup>

Dessa maneira, como vemos nos relatos Jandira, teve o livre arbítrio para decidir o que fazer e seguir em frente com o seu trabalho manual, que muitas vezes poderia ser um dinheiro extra que entraria no fim do mês lavando roupas para outras pessoas. Esse fato destaca a relação das meretrizes com seus clientes, que em alguns momentos se apresentam fortes e não se inclinam completamente à vontade de seus clientes, tendo liberdade de escolha.

Por fim, nos resta observar outro fator influenciado pelo álcool na zona de meretrício: quando a pessoa que estava alcoolizada era uma “pessoa das leis” e não um cidadão comum como ocorreu no caso do sargento João Francisco de Andrade.

João Francisco de Andrade, vinte e cinco anos, 3º sargento da força pública, casado, natural da cidade de Bananal – São Paulo veio para Assis com intenção de regressar no mesmo dia, entretanto junto com alguns amigos do quartel decidiram ir a casa de Maria Chapeta, na zona de meretrício, e lá começaram a beber. Na casa, já alcoolizado, ele tirou suas divisas de sargento e obrigou Maria Joaquina, 28 anos, meretriz, a colocá-las, a mesma fez sem recriminação. Em seguida ele despiu-se e ficou apenas de ceroulas e arrastou Maria Joaquina até o quarto e a obrigou a se deitar com ele, ela o vendo bêbado, se negou. Contrariado, ele sacou seu revólver e deu dois tiros para cima e começou batê-la. Com o barulho algumas pessoas entraram no quarto e conseguiram separar os dois, indignado ele partiu da casa de ceroulas e ao encontrar com Emilio de Campos, 37 anos, lavrador, deu-lhe dinheiro para comprar uma pinga e buscar um violão, pois fariam serenatas pela zona de meretrício atrás de raparigas. Após retornar e caminhar pela zona, João Francisco observa uma movimentação vinda de uma casa e entra nela. Na casa ele pegou o violão e começa a cantar e os moradores da casa que comemoravam um aniversário se assustam ao ver aquele homem sem roupas cantando e mexendo com os convidados da festa. João Francisco pára de

<sup>297</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: Lembranças da “Casa da Antonieta”*. (Dissertação de mestrado). UNESP, Assis, 1995. Pg. 105.

<sup>298</sup> Idem. Pg. 105.

cantar e grita perguntando quem era o que mandava ali, porque tinha uma reclamação para fazer, ele não queria saber de mulher casada, e sim solteira. Em seguida, ele agarra Delphina Luiza da Silva, 18 anos, casada e se inicia uma briga entre ele e seu marido. Após alguns minutos, os participantes da festa separam os dois e partem rumo à delegacia para noticiar a ocorrência. Na delegacia, pedem para esperar enquanto vão chamar o sargento local.

A história de João Francisco era importante para mostrar a participação de uma autoridade junto aos delitos ocorridos na zona de meretrício. Não eram somente os populares que conviviam nessa região que ocasionavam problemas, como já foi visto em outros relatos. Nele também se percebe como a cidade de Assis, devido à linha ferroviária, muitas vezes era uma cidade de passagem, na qual as pessoas vinham fazer seus afazeres e voltavam para seus referidos lares.

O fato de o sargento não retornar no mesmo dia mostrava uma insubordinação perante ao exército e lhe causava maior complicação por ser julgado nas leis militares. Entretanto pode-se questionar porquê ele foi procurar a zona de meretrício e tantas outras pessoas também a procuravam.

Numa passagem de Adler, ao relatar o motivo pelo qual os franceses procuravam as casas na França, expôs que: *“esse local ao quais os burgueses se referem dizendo ‘ a casa que você sabe’ é um lugar de encontro, um centro de sociabilidade, o único estabelecimento que fica aberto até tarde da noite”*<sup>299</sup>

Esse local de sociabilidade permitia que todas as classes interagissem numa mesma área, podendo se relacionar sem seus problemas do cotidiano, interagindo sem nenhum pudor ou preocupação quanto ao seu papel na sociedade. Muitas vezes a pessoa que se destacava na zona de meretrício também acabava se destacando na sociedade. A zona era um local, por exemplo, onde se recolhia apoio para campanhas políticas e voto para se eleger um candidato. Entretanto, a zona enfrentava problemas mais sérios ligados aos homens armados, que por mais que houvesse fiscalização das autoridades, muitas vezes não enfrentavam problemas e, em alguns casos, era a própria autoridade quem ocasionava o problema.

Holtz trabalhava essa sociabilidade e o problema do porte de arma na zona de meretrício:

---

<sup>299</sup> ADLER, Laure. *Os bordéis franceses (1830-1930)* SP: Cia das Letras, 1991. pg62.

Na zona do meretrício, o comércio sexual gerava um intenso movimento de homens e mulheres, os quais proporcionavam a criação e manutenção de redes de sociabilidade e de solidariedade. Nessas redes envolviam-se clientes, prostitutas, cáptens, policiais, jogadores, dentro outros. Porém a suposta harmonia era abalada por conflitos que cotidianamente ocorriam nas boates, bares e ruas da zona. O fato de muitos clientes armados e o alto consumo de bebidas formava um quadro propício para inúmeros desentendimentos e brigas. Muitas dessas desavenças se originavam de discussões pela posse das prostitutas, as quais, por uma questão de dever de ofício, precisavam se manter disponíveis para servir à quem melhor as pagasse.<sup>300</sup>

Da análise de Holtz, percebemos toda a estrutura de sociabilidade criada e permitida pela zona de meretrício e os problemas ligados a homens armados que, em muitos casos, ao serem questionados sobre sua honra, ao verem suas companheiras com outros homens e até mesmo meramente por estarem alcoolizados ocasionavam problemas, que não raro acabava em óbito.

---

<sup>300</sup> HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. Pg. 148-149.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após diversas análises sobre o tema da prostituição somos capazes de chegar a múltiplas observações construídas ao longo da narrativa aqui apresentada, entretanto, gostaria de expor um cordel que apresenta uma passagem interessante sobre o tema da prostituição.

No cordel “A chegada da prostituta no Céu” de José Francisco Borges uma questão é levantada, ao morrer para onde deveria ir à ‘prostituta? Deveria ir ao céu ou ao inferno? De partida, Borges narra que ao morrer a prostituta foi enviada ao inferno e ao se deparar com o diabo, o mesmo ouriçado começou a persegui-la e devido a isso acabaram entrando no purgatório. Lá se depararam com uma mulher casada que argumentava com São Pedro que deveria ir para o céu por sua vida e sua conduta, entretanto a mesma ao ver a prostituta no purgatório partiu para cima dela e começaram a brigar.

Enfurecido, São Pedro disse que: “*não tem lugar para mulher com bestalhão, só tem para mulher sozinha*”<sup>301</sup>, assim a prostituta partiu ao céu. Lá ela começou a dormir com São Pedro e todos os outros santos, ocasionando uma algazarra no paraíso, entretanto não quis se deitar com Santo Oscar por ser barbudo. Indignado com a rejeição ele foi reclamar com Jesus pela mudança ocorrida no paraíso com a chegada da prostituta, o mesmo a defendeu argumentando:

[...] deixa essa pobre coitada, se na terra sofreu tanto, como vai ser castigada? Na terra não teve apoio em meio a sociedade, levou a vida sofrendo e fazendo caridade, aceitando preto e branco, que tinha necessidade. Mesmo com as prostitutas, vive cheio de tarado correndo atrás das moças e mulher de homem casado, se não houvesse prostituta, qual seria o resultado?<sup>302</sup>

Essa pequena passagem do cordel é muito significativa para o nosso pensamento final, pois podemos de início já destacar o porquê do pré-julgamento da prostituta ao falecer, porque ela não poderia ir ao paraíso, ou seguir o trajeto natural apresentado e ser analisada no purgatório? Toda essa construção vem construída de longa data como a ideia de que as prostitutas seguiriam as mesmas representações de Lilith<sup>303</sup> e depois Maria Madalena, as representações do mal do ponto de vista religioso cristão.

<sup>301</sup> BORGES, José Francisco. *A chegada da prostituta no céu*. Pg.4

<sup>302</sup> Idem. Pg 7 – 8.

<sup>303</sup> Lilith é referida na Cabala como a primeira mulher do bíblico Adão, sendo que em uma passagem (Patai81:455f) ela é acusada de ser a serpente que levou Eva a comer o fruto proibido.

Essa idealização da mulher misteriosa, a mulher condenável, também é percebida em um dos mais expressivos poemas lírico-amoroso de todo o Modernismo de Manuel Bandeira a Estrela da Manhã.<sup>304</sup>

### **Estrela da Manhã**

*Eu queria a estrela da manhã  
Onde está a estrela da manhã?  
Meus amigos meus inimigos  
Procurem a estrela da manhã*

*Ela desapareceu ia nua  
Desapareceu com quem?  
Procurem por toda à parte*

*Digam que sou um homem sem orgulho  
Um homem que aceita tudo  
Que me importa?  
Eu quero a estrela da manhã*

*Três dias e três noite  
Fui assassino e suicida  
Ladrão, pulha, falsário*

*Virgem mal-sexuada  
Atribuladora dos aflitos  
Girafa de duas cabeças  
Pecai por todos pecai com todos*

*Pecai com malandros  
Pecai com sargentos  
Pecai com fuzileiros navais  
Pecai de todas as maneiras  
Com os gregos e com os troianos  
Com o padre e o sacristão  
Com o leproso de Pouso Alto  
Depois comigo*

*Te esperarei com mafuás novenas cavalhadas  
[comerei terra e direi coisas de uma ternura tão simples  
Que tu desfalecerás*

<sup>304</sup> BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem & Estrela da Manhã*. RJ: Nova Fronteira, 2005.

*Procurem por toda à parte  
Pura ou degradada até a última baixaza  
Eu quero a estrela da manhã.*

Após a sua leitura, não conseguimos perceber quem é a estrela da manhã, se é uma mulher experiente, ou uma prostituta pela passagem “*Pecai com malandros, Pecai com sargentos , Pecai com fuzileiros navais, Pecai de todas as maneiras, Com gregos e com os troianos, Com o padre e o sacristão, Com o leproso de Pouso Alto, Depois comigo*”<sup>305</sup> Não nós importa ao fim quem ela seja, o importante é uma idealização desse ambiente que vive a boemia brasileira, em bares, restaurantes, botequins, casas de tolerância e bordéis, muitas vezes localizados dentro da zona de meretrício.

Essa dualidade religiosa, amorosa atravessa outras áreas da sociedade se construindo dentro da formação de muitas cidades, como a cidade de Assis. Auxiliando aos fundadores e construtores das cidades estando lado a lado da sua construção, distraindo e trazendo aconchego dessas pessoas longe do seu lar. Depois como ponto de distração na cidade, principalmente nas quais se localizam distantes das capitais, como é o caso de Assis e também pode ser observado na cidade de Londrina, situada no Paraná.

A prostituição é um ponto interessante a ser estudado na história de toda cidade, pois nos expõe outra história a ser narrada, uma história que muitas vezes é esquecida e marginalizada pelas autoridades e a sua idealizada história oficial. Assis participa também disso e diferencia-se das cidades da região ao não trazer consigo o discurso de cidade pioneira e sim cidade fraternal que foi se construindo ao longo da sua trajetória. Por essa diferença a prostituição e a zona de meretrício na cidade caminharam junto com a sua história sendo aceita e combatida conforme ela foi se desenvolvendo e ganhando outros ares.

A aproximação da zona de meretrício com a área central da cidade muitas vezes não nos permitia diferenciar uma localidade da outra expondo como o cotidiano da prostituição interagiu com a população assisense e se tornava algo integrado ao imaginário popular ao se transferir para outros locais como o “Lá na curva” e as chácaras na década de 1980. As suas famosas pensões e casas de tolerância, como a casa de Antonieta ganharam fama e ultrapassaram a história local, regional e até nacional ao serem lembradas por cantores, autoridades e literatos.

A sua história foi de grande importância dentro da cidade como local de diversão, convivência e até de pontos políticos como em propagandas políticas de seus

---

<sup>305</sup> BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem & Estrela da Manhã*. RJ: Nova Fronteira, 2005. Pg. 41 - 42.

próprios candidatos entre os bares, restaurantes, casas de meretrício e as pensões. A dualidade do ponto de vista das autoridades em agir conforme a lei e agir conforme o agravamento dos crimes foi um interessante de ser analisado, pois nos mostrou que nem sempre a lei agia conforme a lei existia e sim para tentar amenizar conflitos sociais e de interesses próprios.

Tantos objetos de análise, tantos pontos a serem analisados foram expostos nesse trabalho e permitiram a partir de agora que a historiografia desvende cada vez mais a história da cidade de Assis e todos os por menores e múltiplos agentes que vem ao longo do tempo dando cores a sua existência e construindo a sua significativa história.

## 9 FONTES

**Processos-crime do Fórum da Comarca de Assis.** Cartório do 1º, 2º e 3º ofício. Anos de 1930 a 1964. CEDAP. Faculdade de Ciências e Letras de Assis/UNESP.

- Processo Crime [IP253] – 1943  
 Processo Crime [IP253] – 1943  
 Processo Crime [IP253] – 1943  
 Processo Crime [IP31-86/92] – 1941.  
 Processo Crime [IP37 – 99/110] - 1946  
 Processo Crime [IP15-56/61] – 1930.  
 Processo Crime [IP27-1/11] – 1938.  
 Processo Crime [IP47-83/198] - 1957  
 Processo Crime [IP31-74/85] - 1942.  
 Processo Crime [IP51 – 507/522] - 1962.  
 Processo Crime [IP52 – 71/106] – 1963.  
 Processo Crime [IP43-133/152] – 1954.  
 Processo Crime [IP157/42] – 1942.  
 Processo Crime [IP01/19] – 1919.  
 Processo Crime [IP10/13] – 1911.  
 Processo [IIC45] – 1933.  
 Processo Crime [IP35 – 72/88] – 1946.  
 ] Processo Crime [IP51 – 507/522] – 1962.  
 Processo Crime [IP49 – 614/628] – 1961.  
 Processo Crime [IP49 – 614/628] - 1961.  
 Processo Crime [IP34 – 144/158] – 1943.  
 Processo Crime [IP49 – 614/628] – 1961.  
 Processo Crime nº [IIC38] – 1930.  
 Processo Crime [IP28 – 2547] – 1939.  
 Processo Crime [IP34 – 144/158] – 1943.  
 Processo Crime [IP41 – 155/172] – 1953.

## REFERENCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 26. ed. São Paulo: Martins, 1974.

AGUIAR, Roberto A. R. *Direito e poder e opressão*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

ADLER, Lauren. *Os bordéis franceses*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BANDINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. *Obras escolhidas III*.

BESSA, Karla Adriana Martins. *Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas (Uberlândia, 1950-1970)*. Dissertação (Mestrado) - IFCH, Unicamp, 1994.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: FAPESP, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 248.

CARPINTEIRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho “habitação econômica” – projetos e discussões (São Paulo – 1917/1940)*. Dissertação (Mestrado de História) - Unicamp, 1990. v.2.

CERTEAU, Michel. Operação histórica. In: Le GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

CIRPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 2002.

CORBIN Alain. *Les filles de noces*. Flammarion, 1982.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

D'ANGELO, José Carlos; MANOEL, Ivan A. *Diocese de Assis: Notas Históricas e Pastorais*.

DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis(1950-1979)*. Dissertação (Mestrado) - Unesp, Assis, 2009.

ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do maciel*. BA: Tempo Brasileiro, 1984.

ELIAS, Norbert. *o processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. Dissertação (Mestrado) - UFF, 1985.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano.(1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2007.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* São Paulo: Passagens, 2000.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GASQUE, Marlene Aparecida de Souza. *Amores Ilícitos: discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução*. Dissertação (Mestrado) - Unesp, Assis, 1994.

HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: Eduel, 2005.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MACHADO, Roberto. "Introdução: Por uma genealogia do poder "in (Foucault, Michel. *Microfísica do poder*.

Pe. José Carlos D'Angelo; Manoel, Ivan A. *Diocese de Assis: notas históricas e pastorais*.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas* São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. São Paulo: EDUNESP, 1998. (Observar a questão do espaço feminino dentro da sociedade.Os limites permitidos e banidos).

POGREBINSCHI, Thamy. *Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder*.

PRADO, Antônio Lázaro de Almeida; MORELI, Maria Sílvia Moraes Nórdia. *Assis. Passado, presente e futuro*. Assis: Conosco, 2003.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente*.

RANUN, Orest. *Os refúgios da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. *Historia da Vida Privada*, v. III: da Renascença e Século das Luzes.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Memória da prostituição: lembranças da “Casa da Antonieta”* Dissertação (Mestrado) - Unesp, Assis, 1995.

SOARES, L. C. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SWAIN, Tania. *Mulheres em ação*. SC: Editora Mulheres, 2005.

VALVERDE, João Batista. *Funcionamento do poder e dispositivo disciplinar em foucault*.

## **ANEXO**



Nº2

Francisco Feneiro Faria  
 Francisco Agostinho  
 Juvenal Maria da Silva  
 Antonio Zeferino  
 João de Oliveira  
 Manoel de Oliveira  
 José Wiser  
 J. Almeida  
 João Ignacio Vieira  
 Cipriano Teixeira

Em vinte  
 dois fa  
 da Coma

Declaramos que as firmas, supra e retro, em número de 44 (quarenta e quatro), são verdadeiras. Assis, 20 de Maio de 1942.

Albertino Paulista Souza  
 José Strunk

Reconheço as duas firmas supra de  
 Albertino Paulista de Souza  
 José Strunk; data de 20  
 Assis, 20 de Maio de 1942

Em testemunho *ff.* da verdade

*Handwritten signature*



Firma no Tabelião UBALDINO  
 R. José Bonifácio, 292 - S. Paulo

REGISTRADO nesta data, no livro proprio, sob  
 nº de ordem 7. Assis, 25 de Maio de 1942.

O Escrivão Interino,

*Handwritten signature of the interim scrivener*

Delegacia Rec. de Pol. de Assis  
 5  
 Sisia eu mando saber  
 de você quer eu ou outro  
 para ligar contigo hontem  
 O bem não si pega com  
 o mau, Quero que você  
 me diga por me quer  
 ou não, abracinhos de  
 uma vez.  
 Já vi que você não gosta  
 de mim.  
 Quando eu tenho dinheiro  
 você me rouba.  
 Quando não tenho você  
 me espanquia.  
 Quero que você venha  
 hoje sem falta, se entender  
 contigo.  
 Fico muito grata pelo  
 papel que você me  
 fez hontem.  
 Maria Sibilina

Carta de Maria Sisilia a Sisia.